

REVISTA ORBIS LATINA

racionalidades. desenvolvimento & fronteiras

ISSN 2237-6976



VOLUME 6, NÚMERO 2
JULHO - DEZEMBRO

2016

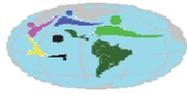


INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:

latindex



LivRe
Revistas de livre acesso



REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



Os artigos publicados na *Revista Orbis Latina* são de responsabilidade plena de seus autores. As opiniões e conclusões neles expressas não refletem necessariamente a interpretação do GIRA – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Conselho Editorial

Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR)
Claudia Lucia Bisaggio Soares (UNILA)
Dirceu Basso (UNILA)
Exzolvildres Queiroz Neto (UNILA)
Gilcélia Aparecida Cordeiro (UNILA)
Gilson Batista de Oliveira, **Editor** (UNILA)
Janine Padilha Botton (UNILA)
Lucas Lautert Dezordi (UP/PR)
Luiz Alberto Esteves (UFPR)
Mauro Cardoso Simões (UNICAMP)
Regis Cunha Belém (UNILA)
Rodrigo Bloot (UNILA)

Edição e Capa

Gilson Batista de Oliveira

Revista Orbis Latina

web site: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis> e ou <https://sites.google.com/site/orbislatina/>

Volume 6, Número 2, Julho – Dezembro de 2016.

Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil

Periodicidade Semestral.

Multidisciplinar. Interdisciplinar.

ISSN 2237-6976

- I. Conteúdo interdisciplinar com ênfase em racionalidades, desenvolvimento e fronteiras.
 - II. Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras – GIRA.
 - III. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD/UNILA.
-

Endereço para correspondência:

Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

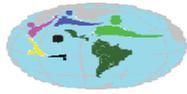
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA)

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 04, Espaço 03, Sala 11

CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil

Tel.: +55(45)3529 2830/ *E-mail*: orbislatina@gmail.com ou gilson.oliveira@unila.edu.br



APRESENTAÇÃO

A Revista Orbis Latina, agora com periodicidade semestral, é uma publicação associada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA). Esse volume, que traz oito artigos científicos, marca o cadastro e reconhecimento do nosso periódico em diversas bases de dados e indexadores nacionais e internacionais.

No primeiro artigo desse volume, *Luana Caroline Künast Polon* trata sobre os “Elementos Interdisciplinares para Reflexão sobre o Consumo Na Ciência Geográfica”. Para autora, “consumo é um dos elementos essencial em relação a configuração das dinâmicas territoriais no espaço”.

No próximo artigo, *Beatriz de Souza Chefer, Flora Duarte Raymundo Raduy e Thais Ghisi Mehl* falam das crianças e adolescentes que sofrem com alienação parental no Brasil.

Na sequência, a escravidão de negros na Região Platina é debatida por Maria Claudia de Oliveira Martins, que busca centrar o estudo entre as décadas finais do colonialismo e nas primeiras décadas do pós-independência dos países da região.

O quarto artigo traz um estudo sobre a demanda por serviços odontológicos do Sistema Único de Saúde (SUS). O trabalho faz uso do modelo econométrico *probit* para a estimação dos fatores que influenciam na utilização dos serviços bucais do SUS.

No artigo seguinte é feito um estudo sobre o comportamento da distribuição da renda domiciliar *per capita* (RDPC) no Paraná de 2004 a 2013. O artigo é fruto de um projeto financiado pela Fundação Parque Tecnológico de Itaipu.

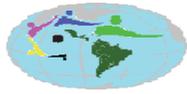
No sexto artigo, os autores analisam o processo de acumulação de tesouros, comparando a análise teórica de Marx com a de Keynes.

No penúltimo artigo, os autores falam de questões relacionadas à logística reversa e a responsabilidade socioambiental no trato os resíduos industriais gerados em uma agroindústria canavieira.

No artigo final, a questão ambiental é tratada na geração e consumo de energia eólica. O trabalho busca investigar as possibilidades de desenvolvimento regional no Nordeste a partir da atividade de geração de energia eólica.

Aproveitem a leitura!

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira (**Editor**)



SUMÁRIO

ARTIGOS CIENTÍFICOS

ELEMENTOS INTERDISCIPLINARES PARA REFLEXÃO SOBRE O CONSUMO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA <i>Luana Caroline Künast Polon</i>	04
A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO JURÍDICO NO CONTEXTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL <i>Beatriz de Souza Chefer, Flora Duarte Raymundo Raduy e Thais Ghisi Mehl</i>	30
ESCRavidÃO NEGRA NA REGIÃO PLATINA <i>Maria Claudia de Oliveira Martins</i>	44
PERFIL DA DEMANDA DE SAÚDE BUCAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) <i>Daniela P. Cardozo, Luana Las Schaab, Marina S. da Cunha e Cássia Kely Favoretto Costa</i>	58
DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA NO PARANÁ DE 2004 A 2013 <i>Eduardo de Pintor, Flávio Braga de Almeida Gabriel, Mônica Rafaeli Barbosa e Draine Fernanda Dalposso</i>	73
O DINHEIRO ENTESOURADO EM MARX E KEYNES <i>José Guilherme Silva Vieira e Ricardo Schmitd Filho</i>	88
O USO DA LOGÍSTICA REVERSA PARA ATENDER A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: ESTUDO DE CASO EM UMA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO PARANÁ <i>Ana Carolina Alves Gomes, Angélica Patrícia Sommer Meurer e Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor</i>	111
MERCADO EÓLICO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA EÓLICA MOTRIZ PARA O NORDESTE BRASILEIRO <i>Calisto Rocha de Oliveira Neto e Elaine Carvalho de Lima</i>	129
<u>ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO</u>	154



ELEMENTOS INTERDISCIPLINARES PARA REFLEXÃO SOBRE O CONSUMO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA*

INTERDISCIPLINARY ELEMENTS FOR REFLECTION ON CONSUMPTION IN SCIENCE GEOGRAPHIC

Luana Caroline Künast Polon**

Resumo

O consumo é um dos elementos essencial em relação a configuração das dinâmicas territoriais no espaço. Tendo esta afirmativa como premissa, torna-se pertinente reconhecer as interfaces que compõem as relações de consumo. Compreender o consumo enquanto elemento que influencia as relações sociais e espaciais transforma o consumo em um dos aspectos de significativa relevância nos estudos geográficos. O presente artigo pretende, com base em revisão bibliográfica interdisciplinar, desenvolver reflexões acerca das formas pelas quais o consumo pode ser interpretado. Assim, a intenção não é promover uma discussão de cunho estritamente geográfico, mas discorrer sobre questões que são pertinentes, em maior ou menor escala, aos estudos no âmbito da Geografia.

Palavras-chave: Geografia; Sociedade de Consumo; Consumismo; Discussão.

Abstract

Consumption is one of the essential elements regarding the configuration of territorial dynamics in space. Taking this statement as a premise, it is pertinent to recognize the interfaces that make up consumer relations. Understand consumption as an element that influences the social and spatial relationships transforms the consumer in one aspect of significant importance in geographical studies. This article aims, based on interdisciplinary literature review, develop reflections on the ways in which consumption can be interpreted. Thus, the intention is not to promote a strictly geographical nature of discussion, but discuss issues that are relevant to a greater or lesser extent, studies under geography.

Keywords: Geography; Consumer Society; Consumers; Discussion.

* O presente artigo tem como base o Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* Marechal Cândido Rondon, defendido em 2011, cujo título é "Sociedade de consumo ou o consumo da sociedade? um mundo confuso e confusamente percebido".

** Docente do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em Geografia; Especialista em Neuropedagogia e Graduada em Licenciatura em Geografia. Concentra seus estudos na área da Geografia Humana, com ênfase nos temas: Dinâmica Territorial e Conflitos Sociais em Espaços de Fronteira; Análise Socioambiental; Geografia do Consumo e Ensino/Aprendizagem. Integrante dos Grupos de Pesquisa: Ensino e Práticas de Geografia (ENGEO); Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional e Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da Localidade (GEPILLO). Marechal Cândido Rondon, Paraná. Cep 85960-000. Rua Edwino Dorzbacher, 1037. Loteamento Porto Seguro. E-mail: luanacaroline.geografia@gmail.com.



1 Introdução

Uma das preocupações mais relevantes no contexto da Ciência Geográfica é a configuração e dinâmica espacial, sendo que esta é intensamente influenciada pelo momento histórico, político, econômico e social vigente. As marcas dos múltiplos períodos históricos e suas especificidades ficam impressas no espaço, gerando representações e interpretações acerca do uso do espaço, entendendo que toda constituição de territorialidades é pautada na ideia do espaço vivido.

Um dos elementos de maior relevância para compreensão da configuração espacial é o consumo, entendido como aspecto motivador das dinâmicas no âmbito do trabalho, bem como em relação aos fluxos de pessoas pelo espaço. O projeto de uma sociedade de consumo modificou a forma como as empresas e pessoas se deslocam pelo mundo, impulsionou uma maior intervenção no meio, por meio da retirada de recursos naturais e, ainda pelo descarte inadequado dos desejos do consumo. Assim, o consumo está presente no cotidiano das sociedades, nas decisões políticas, nos investimentos em mobilidade, nas transformações do espaço público e privado, e em diversas outras situações que influenciam, direta ou indiretamente, a forma como a sociedade se organiza e, em especial como se constitui a dinâmica espacial.

O presente artigo se propõe a apresentar algumas das principais discussões que permeiam o tema consumo, de forma interdisciplinar, e abordando as ideias de alguns dos principais autores que refletem acerca da questão. Mesmo que de forma indireta, estes elementos são relevantes para os estudos na Geografia, uma vez que são as relações de consumo que movimentam o capital e as pessoas no mundo. Sendo, portanto, elementos fundamentais para compreensão das dinâmicas populacionais e do espaço. O artigo não pretende esgotar as discussões, tendo em vista que são amplas e complexas, devendo estar em constante debate e revisão.

O artigo está dividido em tópicos que visam debater questões específicas que envolvem o consumo. A primeira parte do texto diz respeito aos debates conceituais de definição do que seria o consumo e o consumismo propriamente dito. Enquanto em um segundo momento é debatida a constituição de uma sociedade de consumo, entendida como aquela em que os atos de consumo se sobrepõe a produção estritamente dita. Portanto, são as relações de consumo que impulsionam a produção de objetos, a quantidade e qualidade dos bens produzidos. Uma sociedade na qual todos os indivíduos devem tornar-se consumidores, tendo em vista que o consumo se transformou em requisito para o pertencimento social.

Discute-se ainda, no âmbito deste trabalho, a influência do consumo na forma pela qual as pessoas se relacionam, verificando o processo de fragilização que assola os relacionamentos interpessoais. Os ritmos de vida intensos e as cobranças pelo pertencimento social por meio do consumo, são fatores que impulsionam a competitividade e o individualismo, os quais serão os elementos que caracterizam



este tipo de sociedade. Há uma tendência em tornar fluidos os vínculos humanos, especialmente em se tratando dos relacionamentos iniciados por meio das redes sociais, locais de ampla volatilidade.

Tendo-se essa premissa como base, analisa-se também a relevância dos meios de comunicação na constituição da sociedade de consumo, percebendo como estes formulam, em favor das empresas, os gostos de consumo dos expectadores. A mídia tem, portanto, papel fundamental na perpetuação de um modelo consumista, incentivando as práticas de consumo nas variadas idades, despertando desejos de consumo, impondo padrões estéticos e modelos ideais. A atuação da propaganda, neste sentido, é uma das bases para que o consumismo seja uma constante na sociedade.

Dentre os vários eixos possíveis ao debate sobre consumo, optou-se pelas abordagens citadas como forma de recorte diante da amplitude da questão. O consumo é um elemento que precisa ser compreendido para que a sociedade seja adequadamente interpretada, uma vez que consumir sempre foi um fator essencial para que houvesse a mobilidade humana ao longo do tempo. Novas formas de consumo surgiram, pautadas em um sistema econômico cujas bases são a exploração do trabalho e a produção em ampla escala. Essas novas modalidades de consumir são as responsáveis pela flexibilização do trabalho, pela aceleração dos fluxos, criação de novas infraestruturas e ampliação das já existentes. Além disso, o consumo tem o poder de influenciar a concretização de medidas políticas, como o acesso ao crédito, cria e dissolve fronteiras em momentos específicos. Portanto, o consumo é um elemento primordial para o entendimento das dinâmicas no espaço, sendo assim, tema essencial ao contexto da ciência geográfica.

2 Consumo e consumismo: pontos para reflexão

Para que se possa compreender a sociedade de consumidores é necessário que a princípio se faça uma análise do próprio termo consumo. Consumir é algo indispensável para o ser humano, sendo que existe um ciclo de consumo, onde o homem “ingere” coisas, faz a digestão dessas coisas e se desfaz das mesmas, isto está ligado com a própria vida humana. Ou seja, o ato de consumir surgiu junto com o homem, é algo natural a ele. Segundo Migueles (2007, p. 09) “construímos a nossa identidade, amamos, incluimos, desprezamos e excluimos via atos de consumo sem nos darmos conta disso”. Portanto, o simples ato de consumir coisas é próprio do homem, e nada tem de prejudicial quando visto dessa forma.

Porém, as formas de consumo sofreram alterações ao longo do tempo, sendo que deixaram de ser tão simples quanto neste primeiro momento, o consumo se tornou algo mais expressivo conforme passou a modificar as relações sociais e do homem com o meio. O mundo passou por diversas transformações ao longo da história até que veio a se constituir no que vemos hoje, sendo que as mudanças



continuam acontecendo, afinal, as sociedades não são estáticas, estão em constante transformação. Após as transformações no modo de produção e os avanços no meio tecnológico, o padrão de consumo da sociedade se alterou sendo que houve a emergência do consumismo ao qual os indivíduos estão expostos hoje. Assim, é necessário compreender que o excesso de consumo produz consequências negativas tanto ao sujeito, quanto ao meio, gerando mudanças na sociedade e na forma como se dão as relações entre os indivíduos e destes com o ambiente em que vivem. Segundo Bauman (2008, p. 41.), quanto ao consumismo, é possível afirmar que este “é um tipo de arranjo da reciclagem das vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer, neutros quanto ao regime, transformando-os na principal força propulsora e operativa da sociedade”.

O consumismo acontece quando a preocupação maior deixa de ser a produção, para ser em primeiro lugar o ato de consumir, as coisas não são mais produzidas de acordo com as necessidades básicas sociais, como alimentos e vestimentas, mas são criadas necessidades novas, como as tecnologias da informação, com o intuito de gerar o consumo. O consumo que era algo simples e necessário se transforma em consumismo, onde o poder de compra é um determinante social.

Esses estratagemas criados pelo capitalismo levam as pessoas a adquirir mercadorias muitas vezes dispensáveis, ou seja, em diversas situações, são impulsionadas pelo simples desejo de comprar algo de que na realidade não necessitam naquele momento. Esse tipo de comportamento social é denominado consumismo (BOLIGIAN; BOLIGIAN, 2010, p. 136).

Assim, “o consumismo chega quando o consumo assume o papel-chave que na sociedade de produtores era exercido pelo trabalho” (BAUMAN, 2008, p. 41). O valor do indivíduo passa a estar contido no seu poder de compra, e não mais na valorização de seu trabalho. Na sociedade de produtores, o consumo era visto como algo necessário para a sobrevivência do homem, sendo que o objeto consumido era valorizado pelo tempo que durava e pela qualidade que possuía. “Na era sólido-moderna da sociedade de produtores, a satisfação parecia de fato residir, acima de tudo, na promessa de segurança a longo prazo, não no desfrute imediato de prazeres” (BAUMAN, 2008, p. 43).

Já na sociedade de consumidores, os objetos adquiridos possuem prazos de validade curtos, e a qualidade dos produtos deixa a desejar, isso acontece, pois o ciclo do consumo precisa estar sempre se renovando, novas coisas precisam ser adquiridas e coisas antigas descartadas, embora haja na atualidade a tendência entre algumas pessoas de restaurar coisas antigas, devido ao seu valor simbólico ou por serem mais resistentes, mas isso ainda é muito raro. A tendência continua sendo o consumismo desenfreado. “Consumir, consumir sempre, é a regra básica para todos. Ter é mais importante do que ser, pois a posse de determinadas coisas pode



conduzir ao sucesso, à felicidade, ao prazer e a elevação do status, prioridades supremas na escala de valores do capitalismo” (ALVES, 2004, p. 88).

Em suma, age-se conforme o ciclo de consumo citado anteriormente: ingestão, digestão e excreção, mas se age fazendo isso com bens que não são naturais, mas sim produzidos pelo homem, e o ciclo está sendo renovado em um tempo cada vez mais curto. Poucas são as pessoas que pensam nos resultados desse processo, se dão conta de que o padrão de consumo que adota-se está se tornando insustentável. No pensamento social o que é realmente importante é consumir mais e mais, e não se preocupar com o futuro social e ambiental, sem refletir nos rumos que a sociedade está tomando e as consequências no meio causadas por nossas ações de consumo. Em síntese, a diferença básica entre o consumo e o consumismo está nos motivos que levam aos dois atos, o consumo sendo algo comum e necessário, uma questão de sobrevivência. Já o consumismo uma busca por suprir anseios, consumindo coisas desnecessárias, uma valorização excessiva dos bens como portadores de significados e de poder. Em nossa sociedade se torna cada vez mais difícil definir aquilo que é realmente necessário consumir, e o que é supérfluo em nossa vida.

3 A constituição da sociedade de consumo

Dentre os diversos acontecimentos históricos e fatores que levaram a constituição da atual sociedade de consumo, um momento na história em especial merece destaque, a Revolução Industrial, que teve seu início na metade do século XVIII na Inglaterra; levando a consolidação do sistema fabril mecanizado, uma revolução nos meios de transporte, crescente urbanização, grande desenvolvimento tecnológico e a substituição da força humana de trabalho pela máquina. Com intuito de atender as pressões do mercado, os capitalistas buscavam alguma forma de intensificar a produção de mercadorias e, nesse processo emerge a utilização da máquina, sendo que ao longo do tempo os tipos de máquinas foram sendo aperfeiçoados, com a crescente evolução das técnicas. As máquinas industriais além de produzir com mais agilidade, reduzem os custos com a produção, podendo dessa forma comercializar os produtos com custos menores, aumentando a demanda de consumo. Com o advento da maquinofatura, se consolidou o capitalismo industrial, sendo que as antigas formas de produção artesanais foram substituídas pela produção em série e com novas tecnologias, as ferramentas rudimentares antes utilizadas foram sendo com o tempo substituídas por máquinas mais eficientes, com a finalidade de acelerar o processo da produção. “Com a Revolução Industrial, a relação entre produção e consumo ganhou maior importância no mundo, encurtando a distância entre as duas pontas do relacionamento de consumo” (VOLPI, 2007, p 45).



Outra grande característica que merece destaque é a forma como a produção é realizada no período pós-Revolução Industrial, a nova divisão do trabalho, sendo que como artesãos os homens elaboravam um produto por completo, desde a coleta do material necessário até o término da confecção do produto. Com o advento da produção em maior escala o trabalho passou a ser dividido, cada trabalhador é responsável por uma determinada parte do processo de produção, sendo que a função de construir um objeto foi tirada do trabalhador, ele constrói apenas uma pequena parte do objeto, e muitas vezes nem tem acesso ao produto finalizado.

A maquinofatura é a forma de produção de mercadorias que trocou as ferramentas rústicas pelas máquinas, iniciada na Revolução Industrial e que permanece até a atualidade. Permitiu a produção em larga escala de produtos, favorecendo, dessa forma, a comercialização e consumo das coisas produzidas. Na maquinofatura o empregado é obrigado a se adaptar ao ritmo de trabalho das máquinas. A maquinofatura foi a base para constituição do sistema de produção em massa.

Segundo Alcântara (2008, p. 68),

O capitalista aliena o trabalhador ao promover a divisão do trabalho social e a especialização de funções, impedindo-o de perceber o que de fato o seu trabalho produziu, deixando-o apto a ser convencido de que seu trabalho vale menos do que o valor real.

Outro ponto importante referente à Revolução Industrial diz respeito à desvalorização do trabalho humano, as condições nas fábricas são precárias e as jornadas de trabalho extensas, já que o objetivo era a produção em grande escala. Foi comum a utilização do trabalho infantil como forma de suprir a necessidade de mão de obra, além é claro das baixas remunerações pagas aos trabalhadores. Bottomore (2011, p. 193), referenciando Marx, afirma que “a transformação das ferramentas operadas manualmente em instrumentos de uma máquina reduz o trabalhador a uma ‘simples fonte de energia’”. Também os recursos naturais passaram a ser explorados com maior intensidade, já que era preciso obter da natureza os elementos necessários a produção, o homem acaba por se considerar autorizado a retirar do meio tudo quanto precisa para produzir, sem se preocupar com as consequências deste ato. Um exemplo claro disso está no fato de que as máquinas são movidas por recursos naturais não renováveis, como o carvão, enquanto antes a força era humana, animal e outras fontes que se renovam. Segundo Featherstone (1995, p. 32),

Afirma-se que a expansão da produção capitalista, especialmente depois do impulso recebido da gerência científica e do fordismo, por volta da virada do século, necessitou da construção de novos mercados e da educação de novos públicos consumidores por meio da publicidade e da mídia.



Para que o novo modo de produção obtivesse êxito era necessário que as mercadorias produzidas fossem consumidas, criaram-se formas de despertar os desejos consumistas na sociedade. Um ponto importante neste aspecto foi o incentivo de Henry Ford para que os funcionários de suas fábricas consumissem o carro que produziam (Ford Modelo T). Ford criava condições para que o empregado suprisse suas necessidades e ainda conseguisse comprar um automóvel, dessa forma, a sociedade poderia conhecer o carro e consumir, acabava sendo uma forma de divulgação do produto, eram as bases para a produção e o consumismo em larga escala.

O que não fica claro nesse sentido é quanto o empregado possa ter sofrido para pagar esse carro e de quantas coisas precisou privar-se para quitar sua dívida. Torna-se assim uma forma de manipulação deste trabalhador, mostrando a ele que pode consumir um carro, que na época era artigo de luxo, mas encobrendo as dificuldades que viriam como consequência desse consumo. Apesar de a Revolução Industrial ser considerada um marco, os elementos que levaram ao sistema atual foram se acrescentando ao longo do tempo, sendo que houve uma profunda mudança do pensamento social ligado a esse processo. A nova forma de produção exigiu também uma maior demanda de consumo de mercadorias, e com isso era preciso que a sociedade se inserisse ao sistema.

O acesso à tecnologia se tornou mais simples e a mídia fez o papel de divulgar os produtos novos que estavam sendo lançados ao mercado, com a finalidade de moldar o mercado consumidor que o novo modelo de produção exigia. As bases da sociedade de consumo na qual vivemos estavam lançadas, e se tornava importante transformar as pessoas antes de qualquer coisa em consumidores. Após firmadas as bases do novo modelo de produção, era preciso que a demanda de produtos feitos fosse consumida, com a emergência da percepção de que para que haja o consumo dos bens produzidos é necessário que o homem queira consumir, expande o mercado da propaganda e a alienação social em favor do consumismo, a mídia trabalha fortemente para divulgar os produtos e convencer o indivíduo de que ele precisa consumir tais coisas. A indústria passa então a investir primeiramente na construção de desejos de consumo para posteriormente investir na produção dos bens em si.

O que se começa a perceber é o fato de que os objetos deixaram de ter importância unicamente por sua utilidade, mas passaram a ter uma simbologia embutida que define o poder de que o consome, deixam de ser mercadorias produzidas para o fim específico de seu uso, e passam a ter um significado maior, definindo quem é quem dentro da sociedade, sendo que “o tempo que usamos em práticas de consumo conforma-se a nosso *habitus* de classe, transmitindo, assim, uma idéia precisa de nossa condição de classe” (FEATHERSTONE, 1995, p. 37).

Segundo Volpi (2007, p. 51) “ao final do século 19, a sociedade capitalista mundial passou a receber estímulos consumistas contínuos e graduais no compasso



em que o mercado ajustava o foco na produção”. O modelo de produção e os padrões de consumo têm sido desenvolvidos ao longo dos anos, sendo que na atualidade percebe-se claramente o quanto o consumismo é representativo na sociedade, com a infinita variedade de produtos que existe no mercado, a intensidade com que se dá a produção de mercadorias e o avanço das técnicas em favor das crescentes demandas de consumo. Os Estados Unidos são tidos como símbolo do consumismo no mundo.

Após a crise de 1929, o mundo encontrava-se em um momento de depressão econômica, sendo que no período após a Segunda Guerra Mundial se fazia necessário que houvesse um crescimento econômico e o desenvolvimento de meios para garantir a estabilidade financeira dos Estados Unidos. Para isso, as corporações como Mc Donald, Coca Cola e outras, aliadas ao governo buscavam formas de aquecer a economia, e foi Victor Lebow, um economista, que sugeriu o consumo como forma de reestabelecer a ordem econômica. Para tal, as pessoas não deveriam conter os gastos, mas sim comprar muito, fazendo com que a economia não estagnasse.

O valor dos produtos é medido não pelo custo de sua produção, mas pelo que representa consumi-los. Alguns produtos são consumidos por costume, outros para que o indivíduo sinta-se bem, e outros ainda como forma de permitir a inclusão em um grupo, embora essa inclusão seja fruto da ideologia. Os homens são manipulados a conformidade, precisam consumir sem questionar o motivo daquilo. “A ideologia nasce da classe dominante mas é assumida pelas demais” (ALVES, 2004, p. 86). A sociedade não permite questionamentos, cada qual deve estar conformado de ser como é, deve-se aceitar calado a forma de consumo imposta. A partir da idéia proposta por Lebow, estava lançada a semente da qual se está colhendo os frutos na atualidade, o *American way of life*, estilo de vida pautado no consumo e almejado por muitos outros países, o qual foi difundido principalmente através de *Hollywood*. Anos mais tarde George Bush, ex-presidente dos EUA afirmaria a preocupação do país com a manutenção das altas demandas de consumo, após o atentado terrorista em 11 de Setembro de 2001, em entrevista alerta: “não podemos deixar com que o terrorismo atinja seu objetivo de intimidar nossa nação ao ponto de que não possamos mais [...] Não possamos mais conduzir nossos negócios. Onde as pessoas não possam mais comprar”. A preocupação dos americanos com os padrões de consumo é perceptível através dos discursos consumistas, sendo o país um dos pioneiros do modelo de vida baseado no consumismo, conforme reflexão de Fontenelle (2002, p. 109):

E foi, de fato na América, que a nova classe média emergiu mais cedo e teve seus contornos mais bem definidos. Por isso, foi o entendimento desse “tipo americano” – seu modo de vida, suas aspirações e seus valores – que permitiu uma melhor compreensão de para onde caminhava a sociedade moderna na passagem da sociedade de produção para a de consumo.



Foram anos marcados por muita prosperidade e uma significativa melhora de vida da população, o desenvolvimento econômico propiciou a sociedade estadunidense um maior poder de consumo, sendo que até a atualidade os EUA são o símbolo maior do consumismo no mundo (embora haja desigualdades acentuadas, e muitas pessoas que não possuam condições de consumir tudo que desejam).

Referente ao *American way of life*, Alves (2004, p. 66) reflete que “era de todas as formas oferecido como modelo de modernidade e progresso, e utilizado como estímulo para o consumo dos produtos que o simbolizavam” A obsolescência é a regra do sistema que foi criado, e isso significa que os produtos não podem ser feitos para durar e sim para serem trocados o mais rápido possível, mesmo que estejam em perfeito estado de conservação e funcionamento. Os Estados Unidos são o modelo perfeito desse sistema, pois “nós absorvemos, com os produtos consumidos, a idéia de que o que é bom para os USA é bom para o Brasil” (ALVES, 2004, p. 31). A tecnologia avançada e as variadas formas de consumo são o alvo almejado por muitos países em desenvolvimento, sem uma maior preocupação sobre as consequências que este estilo de vida traz. Torna-se necessário refletir sobre o papel dos meios tecnológicos, pois não servem somente para solucionar problemas na sociedade, mas causam outros tantos. Conforme Bauman (1998, p. 250),

Hoje, a tecnologia não serve à solução de problemas; em vez disso, é a disponibilidade de determinada tecnologia que redefine partes sucessivas da realidade humana como problemas que clamam por uma solução. Nas palavras de [Herbert] Wiener e [Herman] Kahn, os desenvolvimentos tecnológicos produzem meios para além das demandas, procurando as demandas de modo a satisfazer as capacidades tecnológicas

A tecnologia serve também à criação de coisas desnecessárias, existem dois tipos de obsolescências, a “Planejada” e a “Perceptiva”, sendo que a primeira é aquela onde as coisas são criadas com a finalidade de ir para o lixo, são feitas para o descarte. E a segunda é aquela onde as coisas perfeitamente úteis são jogadas fora, sendo que coisas novas são criadas para substituí-las. A obsolescência é a condição de que algumas coisas deixam de ter utilidade para o homem, mesmo estas estando em perfeito estado de funcionamento, é uma característica marcante da sociedade de consumo. São coisas trocadas por novas simplesmente por serem consideradas desatualizadas. Um exemplo disso são os automóveis, surgem constantemente novos modelos e os antigos vão sendo desprezados, mesmo sem ter qualquer problema. Em suma, é o ato de trocar coisas quando alguma versão atualizada surge no mercado, muitos produtos são criados justamente com a finalidade de substituir versões antigas, mesmo tendo ambas a mesma finalidade.

Para Volpi (2007, p. 36), “o mercado consumidor europeu, sob forte influência da revolução industrial na Inglaterra, abriu-se para novas experiências, como a de sentir o doce sabor da possibilidade de escolha, seja pelo preço ou pela qualidade



dos produtos manufaturados”. Outra questão relevante quanto aos EUA está no fato de que muitas coisas consumidas no mundo todo são típicas da cultura deles, como os enlatados, busca-se consumir produtos de outros países e dessa forma desvaloriza-se o produto interno do Brasil, no caso. Segundo Alves (2004, p. 14), “contentamo-nos em consumir os produtos finais de tecnologia estrangeira, produzidos fora e dentro das nossas fronteiras, ou as suas imitações, estrangeiras e nacionais, e, com isso, atrofiamos nossa capacidade criativa e desprezamos a produção brasileira, como se esta fosse inferior”.

Assim, tem-se a falsa idéia de que os produtos importados são melhores do que os nacionais, além disso, as marcas estrangeiras transmitem maior status ao indivíduo, por ter condições de comprar algo produzido fora do país. As marcas estrangeiras são cobiçadas devido ao poder que representam no pensamento social. Esse é outro fator que traz muitas multinacionais ao Brasil, o mercado se mostra receptivo e as relações entre a empresa matriz e suas parceiras é facilitado com os avanços tecnológicos de comunicação e transportes. Alienados, busca-se um modo de vida semelhante ao dos norte-americanos, mas não se percebe que a realidade social deles é diferente da nossa.

Na sociedade de produtores o homem não tem muitas escolhas de consumo, consumia-se o básico necessário para sobrevivência, e quando consumiam-se outras coisas não se tinha muita variedade de produtos, obrigados a aceitar e consumir os produtos que estavam disponíveis para venda, que nem sempre possuíam qualidade. Já na sociedade de consumidores que estavam surgindo, o alvo central é a pessoa como consumidor, os produtos são feitos para atender ao público que consome, existe uma variedade muito grande de mercadorias e o homem pode escolher aquilo que deseja consumir, ele opta pelo produto mais barato, com maior qualidade ou mais bonito, o consumidor faz as escolhas. De acordo com Padilha (2000, p. 73), “tudo muda na vida social quando a produção deixa de ter como objetivo o autoconsumo para atender o consumo do mercado, as atividades passam a ser reguladas pelos cálculos que determinam o mercado”.

O homem que derivou desse processo é aquele que busca constantemente inventar-se e entender-se, a ele é dado o comando de suas atitudes, sendo que ele é o responsável pelas consequências sociais, como a inversão dos valores, e as consequências ambientais, como a degradação dos recursos naturais. O consumo envolve o âmbito cultural, pois não se trata apenas de consumir por consumir, mas o consumo criou signos e valores culturais na sociedade. Estes signos e valores são vendidos junto com os produtos consumidos, são tipos de roupas, estilos, gostos que possuem um significado. “O consumo, portanto, não deve ser compreendido apenas como consumo de valores de uso, de utilidades materiais, mas primordialmente como o consumo de signos” (FEATHERSTONE, 1995, p.122). O homem moderno pertencente a cultura de consumo tem poder para fazer suas escolhas em nome da “liberdade” que lhe é dada, essa liberdade acaba sendo um



falso sentimento, já que o homem é alienado e induzido a fazer escolhas que não são suas. Segundo Bauman (2008, p. 113), “Culpe a si mesmo, e a ninguém mais, se tudo isso não resultar na felicidade que você esperava.” O homem é induzido a acreditar que o consumo pode lhe trazer satisfação e felicidade, porém se esquece que são sentimentos momentâneos, e que posteriormente novos desejos são criados e precisam ser satisfeitos, nessa busca por se satisfazer não há a quem culpar pela não satisfação, senão a si mesmo, o que torna o homem ainda mais infeliz. Conforme Lipovetsky (1989, s/p.):

Jamais se consome um objeto por ele mesmo ou por seu valor de uso, mas por seu valor de troca signo, isto é, em razão do prestígio, do status, da posição social que confere. Para além da satisfação espontânea das necessidades, é preciso reconhecer no consumo um instrumento da hierarquia social e nos objetos um lugar de produção social das diferenças e dos valores estatutários.

A cultura de consumo é a cultura de acumulação material. Antigamente bastava ao capital produzir mercadorias, o consumo sendo mera consequência. Hoje é preciso produzir os consumidores, é preciso produzir a própria demanda e essa produção é infinitamente mais custosa do que a das mercadorias (BAUDRILLARD, 1985, p.16).

O homem para estar incluído na sociedade atual precisa ser consumidor, o consumo deixou de ser apenas o resultado da produção, e passou a ter o poder de “inclusão social”, o indivíduo é incluído na sociedade de acordo com aquilo que consome. As relações de consumo se dão de forma muito rápida e o indivíduo precisa se adaptar ao ritmo imposto, caso contrário, será excluído do grupo dos que consomem. Na sociedade consumista, consome para manter-se incluída no sistema sim, já que vê outras pessoas usando tal produto e sente desejo de usar também. Portanto, o consumo passa a ser determinado como consumismo quando consumimos para o “outro” e não para nós próprios, o consumo conspícuo. A rapidez com que as coisas se processam na atualidade torna o homem um escravo do tempo, sempre em busca de satisfação instantânea, as coisas precisam dar resultado no momento, não se pode esperar que aconteçam no momento natural, precisam ser apressadas, pois as vontades humanas devem ser saciadas no agora. A satisfação de consumir algo não pode durar, após consumido determinado produto, novas vontades precisam surgir para serem saciadas, o homem consumidor deve estar sempre desejando algo, a ordem é consumir, descartar e consumir algo novo, o que se tornou um ciclo que está acontecendo cada vez de forma mais veloz. Tudo aquilo que não oferece satisfação momentânea, deve ser substituído.

Segundo o professor Ricardo Petrella, da Universidade Católica de Louvain na Bélgica, citado por Bauman (1999, p. 86) “a globalização arrasta as economias para a produção do efêmero, do volátil (por meio de uma redução em massa e



universal da durabilidade dos produtos e serviços) e do precário (empregos temporários, flexíveis, de meio expediente)”. As facilidades criadas pela globalização são um impulso para o consumismo no mundo, com a diminuição das distâncias e a popularização dos meios de comunicação, que promovem a divulgação de novos produtos e facilitam as compras. O consumo deixou de ser algo que se faz apenas por necessidade, tornando-se uma forma de seleção social. De acordo com Featherstone (1995, p. 38), “preferências de consumo e estilo de vida envolvem julgamentos discriminadores que identificam nosso próprio julgamento de gosto e, ao mesmo tempo, o tornam passível de ser classificado pelos outros”.

O consumo em si é algo que envolve diversas esferas da sociedade, porém, a forma como o homem consome é o que o classifica dentro de um grupo, o Consumo conspícuo pode ser definido como “a prática de comprar e ostentar posses materiais com vistas a indicar ou realçar o próprio prestígio aos olhos dos demais”. (JOHNSON, 1997, p. 51). O importante na sociedade atual é que os indivíduos possam consumir, o homem passa a ter valor pelo que pode consumir e não mais por sua mão de obra, como na sociedade de produtores. Os indivíduos buscam de alguma forma consumir, para aqueles que possuem condições financeiras este processo é mais simples, porém para a classe mais pobre o consumo não é tão fácil, e muitas vezes acabam-se buscando meios alternativos para se conquistar o produto desejado, aumenta o número de furtos, buscam através da violência conseguir o que desejam. Ou ainda busca-se adquirir o desejado através dos parcelamentos das lojas, não avaliando a quantidade de juros que são pagos nessas compras. Não existem mais limites para se ter algo desejado. Segundo Bauman (2004, p. 87),

À medida que consumir (e gastar) mais do que ontem, porém (espera-se) nem tanto quanto amanhã, se torna a estrada imperial para a solução de todos os problemas sociais, e que o céu se torna o limite para o poder de sedução das sucessivas formas de atrair o consumidor, as empresas de cobranças de débitos, as firmas de segurança e as unidades penitenciárias tornam-se importantes.

Portanto, a sociedade atual pode ser caracterizada como a “Sociedade do consumo” e em um mesmo momento, como a “Sociedade da falsa abundância”. Isso se dá, pois o consumismo não atinge a todas as pessoas, enquanto alguns possuem condições de consumir bens diversos, outros sobrevivem com os restos daquilo que é consumido. A desigualdade social é uma marca profunda da nossa sociedade, de um lado o consumismo desenfreado, e de outro, a miséria devastadora. São muitos os indivíduos que vivem do lixo produzido pelos consumidores em potencial, buscando nos restos de comida a sua fonte de sobrevivência. Alguns muito têm, outros buscam um pouco ter



4 A liquidez das relações humanas na sociedade de consumo

Na sociedade de consumo, as relações pessoais se comparam as relações de mercado, o que todos almejam é se apoderar dos produtos disponíveis e acumular o máximo de bens possíveis. As pessoas estão sempre em busca dos melhores produtos, pois acreditam que estes possam satisfazer suas necessidades, trazendo a felicidade tão almejada. O que podemos perceber é que nossa sociedade está passando por uma profunda inversão de valores, sendo que gostos e preferências são moldados de acordo com as exigências do mercado.

Em sua maior parte tais valores nos foram impostos por um sistema ideológico veiculado pelos meios modernos de comunicação de massa e pelos produtos consumidos após a estimulação publicitária de algumas necessidades materiais ou psicológicas que não tínhamos e que passam a nos parecer básicas (ALVES, 2004, p. 24).

O materialismo passa a ser mais importante do que as questões humanas, as mercadorias estão substituindo os sentimentos e tornando cada vez mais fragilizados os laços humanos. O homem como agente nessa sociedade, é além de consumidor, fazendo o sistema funcionar, também mercadoria, pronta para ser adquirida ou trocada. Segundo Bauman (2008, p. 20), “na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria.” Ao se tornarem mercadorias as pessoas usam de artifícios diversos para valorizar seu produto, o produto que colocam a disposição no mercado, são elas mesmas.

As pessoas precisam ser desejadas, e para tal buscam a todo custo uma valorização de si, esse valor pode ser estético ou intelectual, embora neste tipo de sociedade a valorização do corpo seja algo que ultrapasse qualquer outra capacidade, pessoas com boa aparência possuem vantagem sobre as demais. Conforme Marx (2005, p. 66), “a existência do trabalhador torna-se reduzida às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador transformou-se numa mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador. E a procura, à qual está sujeita a vida do trabalhador, é determinada pelo capricho dos ricos e dos capitalistas”.

De acordo com Alcântara (2008, p. 57),

É predominante em Marx a idéia de que o homem encontra-se alienado em sociedade, e, como tal, não se dá conta das condições materiais nem simbólicas segundo as quais vive. Na sociedade capitalista esta dominação estaria ainda mais exacerbada porque o trabalhador, ao se tornar livre e assalariado transformou-se em uma mercadoria de fato.

Ainda, conforme destaca Bauman (2008, p. 22), “numa sociedade de consumidores, tornar-se uma mercadoria desejável e desejada é a matéria prima de que são feitos os sonhos e os contos de fadas”. E nesse sentido a invisibilidade é um medo constante, a regra para ser uma boa mercadoria é poder ser visto, afinal,



um produto escondido em uma prateleira dificilmente será vendido. Percebemos isso ao analisar quantas novas redes sociais têm surgido ao longo do tempo, as pessoas sentem a necessidade de mostrar que existem. Aliado a isso está o crescimento da indústria de cosméticos e de cirurgias estéticas, com a finalidade de deixar os produtos (pessoas) com aparência melhor, para que possam ser valorizados e facilmente comercializados.

A sociedade de consumo vende a satisfação dos desejos, mas, ao mesmo tempo, desperta nos consumidores novos desejos que precisam ser satisfeitos. Ao adquirirmos uma mercadoria esperamos que esta nos traga algum tipo de satisfação, dessa forma também nas relações pessoais esperamos que as pessoas com as quais nos relacionamos possam nos trazer algum tipo de vantagem. Quando determinado produto acaba não suprimindo as necessidades, o descartando e buscando algo novo capaz de nos satisfazer, dessa forma tem-se agido com as pessoas que nos cercam, quando deixam de nos satisfazer plenamente em algo, busca-se algo novo que possa substituir o “antigo produto adquirido”.

Na sociedade de consumo o descarte é o fim para os produtos que não satisfazem aqueles que consomem. Essa transformação das pessoas em mercadorias é a responsável pela fragilidade com que se dão as relações humanas na atualidade, onde as pessoas não buscam completar-se de forma que um fará companhia ao outro, mas visam alguma vantagem, uma satisfação própria que se não for alcançada deve ser buscada em outra “mercadoria”. A maioria dos relacionamentos não transmite estabilidade, e as pessoas se sentem sozinhas mesmo estando na companhia de alguém, relacionamentos na atualidade são quase sinônimos de insegurança. Assim, “quanto menos investir no relacionamento, menos inseguro vai se sentir” (BAUMAN, 2004, p. 37).

Não somente entre casais os relacionamentos se mostram fragilizados, mas também com filhos e demais pessoas próximas. Percebe-se que as relações estão sempre mais baseadas em vantagens, um exemplo claro disso é o fato de que os pais na atualidade se preocupam ao extremo em dar boas coisas aos seus filhos, os melhores brinquedos e as melhores escolas, roupas e cursos, mas se esquecem do amor que as crianças precisam, e da atenção que devem ter na adolescência. A impressão que fica é que o amor se materializou, como se presentes fossem capazes de substituir esse sentimento, tamanha é a fragilidade dessas relações. Muitos casais acabam optando por não ter filhos, devido à dificuldade de conciliar a vida moderna com os cuidados que uma criança requer. A sociedade não permite coisas duradouras, tudo precisa ser descartado de forma cada vez mais rápida, para que novos bens possam ser consumidos, claro que não se pode generalizar, pois algumas pessoas ainda valorizam objetos antigos, os restauram, e não se deixam levar pelas artimanhas do consumismo.

Da mesma forma acontece nos relacionamentos humanos, uma prova disso é o crescente número de adeptos dos relacionamentos através da internet, relações a



distância que não necessitam de dedicação total por parte de nenhum dos envolvidos. O relacionamento acaba no momento em que os botões são desligados, e volta a acontecer quando os indivíduos sentem-se sozinhos, ou buscam algum tipo de satisfação pessoal, com a finalidade de suprir suas carências emocionais, carências estas que são frutos do modo de vida que levamos movido pelo dinheiro. Outra vantagem desse tipo de relacionamento online é o fato de que os indivíduos podem escolher os tipos de pessoas com as quais querem se relacionar, sendo que os laços são facilmente criados, sem que haja qualquer responsabilidade entre as partes envolvidas, e estes mesmos laços criados são ainda mais facilmente desfeitos, caso uma das partes não se sinta satisfeita.

É justamente este o tipo de relacionamento que prevalece em uma sociedade de consumo, com tantas necessidades instantâneas e onde o relacionamento com bases sólidas está “fora de moda”. As relações precisam ser instáveis, sem qualquer apego entre os indivíduos. “Parcerias frouxas e eminentemente revogáveis substituíram o modelo de vida da união pessoal até que a morte nos separe” (BAUMAN, 2004, p. 112). O que atrai tantas pessoas a aderir aos relacionamentos à distância, é que neste tipo de ligação o indivíduo não precisa estar disponível quando o outro precisa dele, ele escolhe os horários em que quer se relacionar e segue sua vida normalmente, com todos os compromissos que uma vida moderna possui. “Os contatos exigem menos tempo e esforço para serem estabelecidos, e também para serem rompidos” (BAUMAN, 2004, p. 82).

Este tipo de relacionamento onde não há um compromisso entre os indivíduos se torna cada vez mais comum, claro que há casos onde este tipo de relação se consolida e os agentes acabam vivendo juntos, mas o mais visto são casos onde os relacionamentos acabam de forma tão fria como começaram, com um simples “deletar”. “Com o advento da cultura de massa, o significado da felicidade foi subvertido. Na sociedade de consumo, ser feliz deixou de representar um meio como se vai e passou a ser percebido como um fim a que se chega” (VOLPI, 2007, p. 90). Conforme reflexão de Alexandre Volpi, o sentido da palavra felicidade foi sendo modificado ao longo do tempo, sendo que na sociedade de consumo, segundo Bauman (2004, p. 87) “a soma total da felicidade humana cresce conforme uma quantidade maior de dinheiro troca de mãos.” E ainda conforme o mesmo autor (2008, p. 62) “E com muita frequência o consumo se mostra desafortunado como fator de felicidade”.

O termo felicidade tornou-se “sinônimo” de gastar, o homem sente-se feliz e satisfeito quando pode consumir algo, os momentos de lazer adquiriram valor mercadológico, sendo que para muitos é impossível ficar em casa um final de semana sequer, é preferível sair e gastar, jantar em restaurantes, ver filmes nos cinemas, pagar para passar momentos junto à natureza. Embora essas coisas possam ser substituídas por outras que propiciam a mesma satisfação, sem que seja necessário investir dinheiro nisso. Consumir tornou-se diversão! Um exemplo



claro disso são as promoções feitas por grandes lojas de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos. Estes eventos reúnem milhares de pessoas, mesmo sendo em um domingo ou feriado, logo cedo estão paradas na frente das lojas, esperando para entrar e comprar em busca de boas ofertas. Sentem-se realizadas quando conseguem comprar algum produto por um bom custo, saem felizes e satisfeitas com suas compras. O poder que o consumo representa é considerado como algo satisfatório, para que haja o sentimento de alegria é preciso que se tenha dinheiro para consumir aquilo que se deseja, aqueles que não podem consumir são taxados como infelizes e excluídos da sociedade de consumo, consumir define status e enquadra o homem em um determinado grupo social.

Na sociedade de consumidores, o que se consome é o fator que determina a identidade do indivíduo, de forma que o que se compra é o que se é. A pessoa é definida de acordo com as roupas ou os objetos que consegue consumir, se não consome não tem credibilidade. Na sociedade de consumo os que mais sofrem são os pobres, pois enquanto os ricos possuem condições de viver de forma confortável, sendo que em seus momentos de lazer podem se divertir em viagens e conhecer lugares, os pobres têm como diversão as liquidações das lojas, o que os faz gastar ainda mais e conseqüentemente trabalhar mais para pagar as dívidas. O pobre acaba “sendo obrigado” a gastar o pouco que tem, pois o pertencimento a sociedade se faz através das relações de consumo, se não consumir é excluído ou vira motivo de piadas e gozações.

Conforme reflete Bauman (2008, p. 176), “cara você perde, coroa eles ganham. Para os pobres da sociedade de consumidores, não adotar o modelo de vida consumista significa o estigma e a exclusão, enquanto abraçá-lo denuncia mais a pobreza que impede a chegada dela”. A mercadoria consumida não é somente uma coisa, conforme Bauman; May (2010, p. 247): “o que está sendo vendido não é apenas o valor de um produto, mas sua importância simbólica, como um bloco da construção de um estilo específico de vida.” O homem como mercadoria em exposição precisa se adaptar ao sistema, caso contrário será excluído, estará fora dos padrões impostos e não conseguirá ser uma mercadoria desejada. As coisas que ele consome vão o encaixar na sociedade, sendo que quanto maior a quantidade e mais cara a mercadoria, melhor visto será o consumidor.

Os objetos possuem uma significação singular e o homem deixa de ser valorizado pelo que é para ser valorizado por aquilo que tem. Na sociedade atual praticamente todas as coisas possuem valor mercadológico, não somente bens materiais, mas também a cultura, o conhecimento e os sentimentos. Segundo palavras de Leonardo Boff “há famintos porque tudo virou mercadoria, a água, a vida e os meios de vida como os alimentos. E o mercado é implacável: não conhece solidariedade, apenas competição” (PINTO, 2016, s/p.). Nesta sociedade não existe um alvo final a ser alcançado, existem sim novos desejos criados para que o homem



nunca se sinta satisfeito, mas busque sempre consumir mais. Não existe um ponto onde se sintam totalmente satisfeitos e possa-se parar de consumir para relaxar e curtir aquilo que se conquista.

Há uma busca constante por melhores coisas e para não ficar ultrapassados como consumidores, não importa quantas coisas tenhamos, sempre haverá novidades lançadas ao mercado, e em uma sociedade de consumo quem não se atualiza, é rejeitado. O homem nessa sociedade acaba consumindo não somente por vontade própria, mas por ser forçado a isso, para sentir-se parte do mundo.

A sociedade atual é marcada pelo domínio da velocidade, e tudo quanto precisa de um tempo maior para acontecer é rejeitado, o que as pessoas desejam é satisfação instantânea, e isso pode ser percebido principalmente pelo tipo de alimentação escolhida por muitos, as comidas prontas e de rápido consumo, sem que seja preciso perder muito na preparação dos alimentos. Os Estados Unidos é um exemplo típico desse modelo de vida, o *fast-food* é a opção dos estadunidenses, sendo uma comida de rápido consumo, porém de péssima qualidade. Além disso, outra questão que fica em aberto é quanto ao que é feito com os restos dessa alimentação, e ainda com as embalagens que também são comercializadas com os produtos que não são poucos, as pessoas fazem deste tipo de alimento suas refeições diárias.

O modo de vida movido pela velocidade é próprio do tempo em que estamos vivendo, sendo que em uma sociedade de consumo as coisas precisam estar em constante movimento, e o quanto mais rápido elas se movem mais vantajoso é ao sistema. O homem acaba sendo um escravo do tempo nesse processo, sem que muitas vezes se dê conta disso, simplesmente vive e não pensa que suas ações são controladas pelo relógio. “O relógio, não a máquina a vapor, é a máquina-chave da moderna era industrial” (MUNFORD, *apud* PORTO-GONÇALVES, 1996, p. 103).

De um lado criam-se meios de facilitar os fluxos e diminuir as distâncias, aumentando a velocidade com que pessoas e coisas se movem no espaço, tudo precisa acontecer de forma veloz, sem demora. Porém, de outro lado, o homem se torna submisso ao tempo, e suas ações são controladas por este. Ele acaba tendo que se adaptar ao mundo da velocidade que ele mesmo criou, e nesse processo acaba deixando de lado coisas importantes, como a família e o lazer, pois precisa trabalhar mais tempo para consumir mais coisas, e então trabalhar mais ainda para pagar tais coisas, tudo em um espaço de tempo muito curto, as consequências deste modo de vida não podem ser outras, senão um estresse diário que leva a um novo tipo de consumo: de medicamentos antidepressivos e consultas terapêuticas. São estas as consequências do modo de vida que o próprio homem criou, e que acaba escravizando-o.

O novo homem pequeno de hoje parece não ter raízes firmes, qualquer segurança que dê sentido a sua vida...Está freneticamente apressado, talvez porque não saiba para onde vai; [...] as intranquilidades vividas e as



dificuldades enfrentadas [...] fazem parte do modo de vida de todos os que vivem no nosso século, tornando-a, assim, “o sintoma e o símbolo da sociedade contemporânea em seu todo” (FONTENELLE, 2002, p. 111).

Assim, é possível encerrar (por enquanto) essa discussão com um pensamento de Vanderlinde (2009, p.21) sobre o filme “Tempos Modernos”, protagonizado por Charles Chaplin, uma crítica a sociedade industrial emergente na década de 1930 nos Estados Unidos.

A velocidade e a técnica são elementos presentes em “Tempos Modernos”. Refiro-me àquela velocidade que leva a um progresso questionável, e que faz experiências com as pessoas deixando-as perplexas e alucinadas. Está tão preconizada velocidade, que quase ninguém sabe efetivamente explicar para que serve (a não ser, acreditem alguns, para ganhar mais dinheiro), leva as pessoas, assim como levou o protagonista da história, ao limite da loucura, à perda da consciência e à alienação.

5 A influência dos meios de comunicação na constituição e emergência da sociedade consumista

Como forma de introdução a este tópico, é possível se pensar em uma frase de Milton Santos (2003, p. 167), quando este afirma que “a mídia trabalha com o que ela própria transforma em objeto de mercado, isto é, as pessoas”. A televisão se tornou acessível a grande maioria da população, se constituindo em uma fonte de informação das massas, a relação entre televisão e o povo se faz desigual, já que não há reciprocidade entre estes, os telespectadores apenas recebem a informação e estão sujeitos a manipulação por parte daqueles que detêm o domínio dos meios de comunicação. Sobre a mídia, Guimarães (2007, p. 58) afirma que esta é onipresente e reflete ser “um mercado que procura utilizar todas as brechas e possibilidades para promover a publicidade e direcionar o consumo de bens materiais e simbólicos.”

O telespectador recebe diariamente várias mensagens com imagens e palavras dirigidas a ele através das programações televisivas, e grande parte destas possui caráter mercadológico, sendo que em muitos casos, o sujeito não tem a criticidade necessária para selecionar o que observar ou não, e acaba como alvo de muitas propagandas e opiniões, que de alguma forma influenciam suas escolhas de consumo e sua maneira de pensar. “Os produtos da indústria midiática não são veículo de entretenimento puro e inocente” (VIANNA; SETTON, 2004, p. 84). Mas carregam consigo um interesse embutido, em geral mercadológico. Conforme Chauí (2006, p. 29), “basta darmos atenção aos horários dos programas de rádio e televisão ou ao que é vendido em bancas de jornais e revistas para vermos que as empresas de divulgação cultural já selecionaram de antemão o que cada grupo social pode e deve ouvir, ver ou ler”.



Assim, o tipo de programação que será emitida à população é escolhida de acordo com os interesses daqueles que possuem o poder sobre os meios comunicativos. “A mídia tem um papel socializador dos mais importantes na formação dos sujeitos” (GUIMARÃES, 2007, p.61). A opinião popular é moldada a desejar determinados tipos de programas, em geral um entretenimento empobrecido que não contribui em nada na formação do indivíduo como ser pensante, senão torná-lo ainda mais alienado. “A desinformação, aliás, é o principal resultado da maioria dos noticiários de rádio e televisão” (CHAUÍ, 2006, p. 45). Os programas pouco informam, e muito manipulam. Estão repletos de simbologias que influenciam o consumismo, o fato de determinado produto aparecer em um programa de televisão faz com que ele transmita ao telespectador uma confiabilidade maior quanto a sua qualidade, e dessa forma crie no homem o desejo de consumir tal coisa. Segundo Volpi (2007, p. 56), “na verdade, a necessidade de consumo não é natural. Portanto, pode ser criada ou moldada constantemente. Fazer publicidade de algo que se quer vender é um conceito antigo, mas o mercado publicitário passou a ser realidade na sociedade capitalista e ganhou ímpeto com a cultura de massa”.

É possível se pensar que, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, as atividades publicitárias foram as responsáveis por apresentar os bens de consumo à classe média urbana brasileira, a qual estava em ascensão, bem como influenciar os gostos e preferências de consumo. A publicidade aliada à industrialização impulsionou as relações de consumo, fazendo com que houvesse a ascensão de novas marcas e produtos diferenciados à disposição do consumidor. As empresas começaram a perceber que para que a demanda de consumo se mantivesse alta, se tornava necessária a criação de uma classe consumidora. Nessa época a mídia buscava preencher o espaço vago de comunicação entre o consumidor e o produtor, levando ao telespectador as novidades do mercado, favorecendo dessa forma as relações de consumo. Segundo Santos (2003, p. 48, 49),

Atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos. Um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede à produção dos bens e dos serviços. Daí o império da informação e da publicidade. Tal remédio teria 1% de medicina e 99% de publicidade, mas todas as coisas no comércio acabam por ter essa composição: publicidade + materialidade; publicidade + serviços, e esse é o caso de tantas mercadorias cuja circulação é fundada numa propaganda insistente e frequentemente enganosa.

Juntamente aos produtos são comercializados seus símbolos, o significado se ter ou não determinada coisa, o produto comercializado não é vazio, mas traz consigo emoções, sentimentos e significados, que para o homem fazem toda diferença nas suas escolhas de consumo, pois no mundo confuso em que vivemos a busca por felicidade é constante, e os produtos que podem causar qualquer



satisfação são bem aceitos pelos consumidores. Para além dos produtos, a publicidade vende estilos de vida, bem como emoções diversas, sensações e lembranças, modos de ver o mundo, formas de relacionamento interpessoal, etc. Influenciam, portanto, a formação da identidade do público expectador e consumidor.

As propagandas normalmente trazem pessoas famosas e admiradas apresentando os produtos a serem comercializados, ou então mostram cenas que tornam o consumidor íntimo do produto. São apresentadas famílias felizes e unidas, momentos de alegria e descontração, pessoas vivendo um relacionamento harmonioso com a natureza, amizades verdadeiras e amores reais. Não se torna lucrativo emitir propagandas que incentivem a leitura ou hábitos de estudos, ou ainda que motivem as pessoas a valorização da família ou dos momentos de lazer, o que é transmitido através da mídia são produtos, bens materiais a serem comprados, coisas palpáveis a serem consumidas. E para isso são despertados no ser comum os sentimentos e desejos, e são estes que motivam suas escolhas como consumidor.

De acordo com Chauí (2006, p. 38), “para ser eficaz, a propaganda deve realizar duas operações simultâneas: por um lado, deve afirmar que o produto possui valores estabelecidos pela sociedade em que se encontra o consumidor [...] e, por outro, precisa despertar desejos que o consumidor não possuía e que o produto não só desperta como, sobretudo, satisfaz”. A alienação da pessoa em favor do consumismo está em toda parte, nas ruas que percorre-se cotidianamente, entre os programas televisivos, nas próprias novelas e filmes, nos outdoors, nas rádios, músicas e mesmo nas conversas habituais, estamos alienados e temos o poder de alienar ao outro, incentivando-o ao consumo.

Neste sentido, é possível pensar no livro clássico de Aldous Huxley, “Admirável mundo novo”, no qual as pessoas eram alienadas através da hipnopédia, recebiam diariamente inúmeras mensagens que ficavam gravadas em suas mentes, estes dizeres traziam conteúdo falso, com a finalidade de alienar aqueles que estavam sujeitos a ouvir. Uma das mensagens emitidas dizia “mas as roupas velhas são horríveis [...] Nós sempre jogamos fora as roupas velhas. Mais vale dar fim que conservar, mais vale dar fim” (HUXLEY, 2001, p. 83). Essa era uma forma encontrada de influenciar as pessoas ao consumo de coisas novas, não valorizando aquilo que possuíam. Querendo ou não, somos da mesma forma influenciados através das propagandas a que estamos expostos diariamente, e sem perceber nos deixamos manipular pelo sistema. As propagandas trazem produtos diversos ao conhecimento do consumidor, apresentando lançamentos e inovações tentadoras.

Embora nem sempre seja dessa forma, se acaba comprando coisas mais caras do que podemos pagar, pois as lojas parcelam em diversas vezes, facilitando as compras, e esvaziando os bolsos. Aqueles que estão por detrás dos meios midiáticos têm conhecimento do quanto o homem busca encontrar a tão almejada felicidade, e usam isso com o intuito de vender os produtos anunciados, como se



estes fossem a fonte de resolução dos problemas pessoais dos telespectadores. Não a televisão em si manipula o homem, mas aqueles que têm poder sobre este meio, “A questão, portanto, não é se a televisão manipula ou não, e sim, quem manipula os produtos da mídia” (ARAÚJO, 2008, p. 186). Ao manipular os meios de informação, a realidade também acaba sendo manipulada, pois as pessoas espelham suas vidas naquilo que veem, no mundo irreal que lhes é transmitido.

Noticiários, documentários, artigos e programas da imprensa escrita e falada procuram dar aos seus informes todo um aspecto de neutralidade ou imparcialidade, que na realidade eles não têm. Uma seleção prévia é feita entre as notícias que podem ou não ser divulgadas, e uma determinação posterior estabelece o ponto de vista, ou ótica de interpretação, segundo a qual serão difundidas (ALVES, 2004, p. 92).

O que se faz necessário entender é que aliado aos meios de comunicação estão as empresas privadas, estas se utilizam da mídia para alienar o homem a consumir seus produtos. O indivíduo deveria agir de maneira mais crítica ao selecionar os programas que vai ou não assistir, porém muitos acreditam não ter outras opções de entretenimento, e acabam se sujeitando a manipulação dos meios de comunicação de massa que trazem uma visão de mundo irreal, longe daquilo que estamos vivendo. Conforme Chauí (2006, p.14) “para muitos, o maior malefício trazido à cultura pelos meios de comunicação de massa tem sido a banalização cultural e a redução da realidade à mera condição de espetáculo.”

As novelas, principalmente, mostram condições de vida que não são verdadeiras para a maioria da população brasileira, e criam no indivíduo a vontade de ser como tais personagens que encenam em suas luxuosas mansões e seus automóveis importados, representando através destes objetos uma vida considerada feliz e realizada. Conforme Padilha (2000, p. 75), “basta assistir aos comerciais de televisão com o olhar um pouco mais crítico para perceber o quanto a publicidade expressa a ideologia capitalista para a manutenção do seu sistema.” Muitos telespectadores não possuem a criticidade necessária para compreender o que está mascarado por detrás dos programas transmitidos ao público pelas redes de televisão, e não se dão conta do quanto estão sendo manipulados. Algumas pessoas julgam não haver uma verdadeira manipulação da mídia, e alegam ser falha dos jornalistas que desconhecem alguns fatos ou que expressam opinião própria e dessa forma o telespectador recebe uma informação equivocada. “Claro que a ignorância e a estupidez cumprem a sua parte, ninguém nega isso. Mas é igualmente claro que a determinação de manipular a notícia também existe” (ARBEX JR, 2003, p. 11). Portanto, existe sim uma desinformação por parte daqueles que transmitem a programação quanto alguns assuntos, porém fica claro que há a manipulação do indivíduo através de opiniões, propagandas, imagens e atitudes expressas na televisão. “A imprensa pode deflagrar manobras e burlar seus próprios atos, deslizar e escapar dos mecanismos de controle que ela própria arquiteta para



a sociedade” (SCHLOSSER, 2011, p. 86). Esta reflexão não pode ser finalizada, pois uma das artimanhas do consumo continua sendo o uso da mídia em seu favor, moldando a forma pela qual as pessoas percebem os fatos, impondo padrões de consumo, manipulando a opinião dos telespectadores. Assim, a mídia continuará sendo fonte de análise permanente, em especial em relação a forma pela qual as pessoas desenvolvem suas práticas de consumo, nada naturalizadas.

6 Conclusões

O tema em questão não deve ser finalizado, pois o assunto é amplo, e demanda ainda muita discussão. As relações de consumo possuem significado importante para a ciência geográfica, devido ao fato de modificarem o espaço, construindo e desconstruindo-o, tornando este confuso e confusamente percebido. Não somente o espaço físico, mas também a própria sociedade é alterada devido à influência do consumismo, as prioridades e os valores sociais são invertidos e transformados pela lógica do capital.

O consumismo é a marca da sociedade moderna, e as ações de consumo são o que mantêm o sistema capitalista vigente. A mídia tem papel importante na manutenção dos atuais padrões de consumo da sociedade, influenciando as escolhas consumistas e manipulando os desejos do indivíduo. Deve-se compreender que por detrás das propagandas e programações a que se expõem existem interesses mercadológicos, o objetivo é conquistar desejos e fazer-nos consumir coisas supérfluas, simplesmente para que o sistema continue obtendo êxito. São os consumidores que movem o consumismo, e cabe a eles escolher o que querem consumir.

O jovem é alvo fácil do consumismo devido à facilidade com que se permite influenciar. As crianças são manipuladas através dos meios de comunicação, com muitas imagens e cores atrativas que as fazem desejar consumir os produtos apresentados. E estas conquistam os pais para que lhes deem aquilo que desejam. Os manipuladores da mídia sabem perfeitamente como atingir seu público consumidor. Devido à facilidade com que nos se desfaz de bens materiais considerados ultrapassados e se adquire coisas novas, acaba-se agindo da mesma maneira em nossas relações sociais, tratamos as pessoas como mercadorias.

Esperamos sempre mais de nosso semelhante, e se este não nos puder satisfazer será trocado ou desprezado. O ambiente tem sido agressivamente alterado pela demanda de consumo, e a necessidade de se retirar do meio os recursos naturais exigidos pela demanda da produção. O espaço tem sofrido transformações, desde a retirada dos recursos até o processo de circulação dos bens, ação que exige a adaptação do espaço às necessidades dos fluxos. Tem sido retirado da natureza muito além do que é necessário, a exploração para produção



do que é supérfluo. Quando perguntados, os alunos que participaram da pesquisa empírica afirmaram que ao longo da vida já tiveram vários aparelhos de celular. A questão que se coloca é se existe a necessidade de se trocar tanto de aparelho, sendo que os alunos são jovens de em média quinze anos e muitos deles já tiveram mais de dez celulares, o que corresponderia a aproximadamente um aparelho por ano de vida. E ainda, para onde vão estes aparelhos após serem descartados? São questões que muitos jovens e demais pessoas da sociedade de consumo não pensam, não refletem as consequências de suas demandas de consumo.

A questão é muito ampla, pois envolve discussões sociais e ambientais. Além disso, se torna complexo pensarmos que o desenvolvimento econômico e a preservação da natureza estão intimamente ligados, embora tão contraditórios. Torna-se necessário refletir o consumismo devido aos problemas relacionados a este, sendo que nossas ações influenciam direta ou indiretamente na organização social. O que se coloca não é compreender o consumo por si só, mas entender de que forma o ato de consumir em excesso coisas supérfluas têm modificado nosso pensamento, nos fazendo tratar as coisas como mercadorias. A forma como somos conduzidos a consumir, e como nossas ações de consumo alteram o meio em que vivemos, modifica também nossas vidas. Deve-se ter em mente que as ações geram consequências, e cabe aos indivíduos ter a consciência de saber quais são estas. Embora a resolução do problema social/ambiental gerado pelo consumismo não dependa somente dos indivíduos isolados. “Pois a biodiversidade, a preservação de toda riqueza cultural e ecológica sobre o planeta é um valor em si, universal, acima de classes” (VESENTINI, 1997, p. 55).

Essa questão deve ser pensada por todos, porém sabe-se que poucos devastam, destroem e exploram os recursos naturais do planeta. E “muitos” são culpados pelos danos causados. É repassada para a sociedade a responsabilidade pelo meio ambiente, embora não seja o cidadão comum que realmente arruíne os recursos, mas aqueles que detêm o poder sobre os meios tecnológicos e produtivos. Para que as consequências do consumismo sem limites não sejam tão agressivas às gerações futuras, a sociedade como um todo precisa ser transformada: a política, a economia e o pensamento social.

Porém, essa questão não é facilmente resolvida, então continua cabendo às pessoas comuns escolherem de forma consciente sua maneira de consumir. Refletindo sobre as possíveis consequências, percebendo a realidade de forma mais crítica e sem tanta manipulação. Quem sabe não seja um primeiro passo para a mudança que deve acontecer, e se esta não atingir a todos, que seja pelo menos uma transformação naqueles que desejam a mudança, em seus pensamentos e principalmente em suas ações. Embora por muitas vezes os homens tenham se acomodado e sentem-se satisfeitos com a situação como se mostra atualmente, apesar de conhecerem os problemas e dificuldades que derivam do comodismo social perante o sistema.



REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. **Os clássicos no cotidiano**: Augusto Comte, Karl Marx, Aléxis de Tocqueville, Émile Durkheim; Max Weber. São Paulo: Arte e Ciência, 2008.

ALVES, Júlia Falivene. **A invasão cultural norte-americana**. 2. ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.

ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar. Mídia Eletrônica de Massa e Política. Mediações: **Revista de Ciências Sociais**, Vol.1, n.1. Londrina: Midiograf, 2008.

ARBEX JR, José. O legado ético de Perseu Abramo e de Aloysio Biondi. In ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 7-13.

BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: As consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**: Sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BOLIGIAN, Levon; BOLIGIAN, Andressa Turcatel Alves. **Geografia**: espaço e vivência. São Paulo: Saraiva, 2010.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Ediouro, 1996.



CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder, uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FONTENELLE, Isleide Arruda. **O nome da marca: Mc Donald's, fetichismo e cultura descartável**. São Paulo: Boitempo, 2002.

GUIMARÃES, Iara. Ensino de geografia, mídia e produção de sentidos. **Revista Terra Livre**, São Paulo – Ano 23 – Volume 1, Número 28 – páginas 46-66. Associação dos Geógrafos brasileiros (AGB), jan./jun. 2007.

HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. São Paulo: Globo, 2001.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: Guia prático da linguagem Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MIGUELES, Carmen (org.). **Antropologia do Consumo: Casos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. São Paulo: Editora Alínea, 2000.

PINTO, Luiz Eduardo de Souza. A libertação e a vida planetária. Entrevista com Leonardo Boff. **Revista Ciência e Vida**. Disponível em:
<http://sociologiacienciaevida.uol.com.br/ESSO/Edicoes/34/artigo213718-1.asp>.
Acesso em 07 dez. 2016.

PORTO-GONÇALVES. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003.



SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. Formadores de opinião e intervenção da mídia no campo: Imprensa X Informação no extremo Oeste do Paraná 1980-2000. In: VANDERLINDE, Tarcísio (org.). **Fronteiras: Impactos socioambientais na terra prometida**. Porto Alegre: Evangraf, 2011, p. 83-95.

VANDERLINDE, Tarcísio. **Fragmentos de inconformidade: sociedade, territórios, espaços**. Cascavel: Edunioeste, 2009.

VESENTINI, José William. **Geografia, Natureza e Sociedade**. 4^a ed. São Paulo: Contexto, 1997.

VIANNA, Claudia Pereira; SETTON, Maria da Graça Jacintho. O conceito de gênero e a construção dos sujeitos femininos na família: o uso do cinema nas reflexões educacionais. In: SETTON, Maria da Graça Jacintho (Org.). **A cultura da mídia na escola: ensaios sobre cinema e educação**. São Paulo: Annablume: USP, 2004, p. 83-100.

VOLPI, Alexandre. **A história do consumo no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

*Recebido em 10/11/2016
Aprovado em 07/12/2016*



A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO JURÍDICO NO CONTEXTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

THE MATTER OF JUDICIAL PSYCHOLOGIST'S PERFORMANCE IN THE CONTEXT OF PARENTAL ALIENATION

*Beatriz de Souza Chefer**
*Flora Duarte Raymundo Raduy***
*Thais Ghisi Mehl****

Resumo

Atualmente, estima-se que milhões de crianças e adolescentes sofram com alienação parental no Brasil. A alienação parental é comum e corriqueira, presenciada cotidianamente por muitas pessoas, e pode ser entendida como a prática de um genitor desmoralizar o outro através da indução da criança para a rejeição do mesmo sem justificativa plausível, afastando-o do convívio com o filho. O presente artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica sobre a importância da atuação do psicólogo jurídico neste contexto, enfatizando a Lei Federal nº 12.318/2010, que dispõe sobre a alienação parental, bem como as resoluções do Conselho Federal de Psicologia. A partir da literatura e dos demais materiais analisados, foi possível constatar que o psicólogo é fundamental nestes casos através de três formas de atuação: perícia e avaliação psicológica, mediação e acompanhamento psicológico. Esta importância se estabelece, principalmente, pela alienação parental se caracterizar como uma forma de violência psicológica que envolve situações complexas e camufladas na instituição familiar.

Palavras-chave: Psicologia; prática; violência doméstica.

Abstract

Nowadays, it is estimated that millions of children and adolescents are suffering from parental alienation in Brazil. The parental alienation is common and usual, attended daily by many people, and can be understood as the practice of a parent demoralize the other by inducing the child to reject it without plausible justification, away from the contact with the child. This article is a bibliographic research on the importance of the legal psychologist work in the context, emphasizing the Federal Law n 12.318/2010, wich provides for parental alienation. From the literature and the material analyzed, it was possible to show that the psychologist is fundamental in these cases with three types of action: forensics and psychological evaluation, mediation and psychological monitoring. This importance is established firstly, by parental alienation be characterized as a form of psychological violence involving complex and camouflaged situations in the family institution.

Keywords: Psychology; practice; domestic violence.

* Psicóloga com Especialização em Terapia Cognitiva Comportamental Faculdade Anglo Americano (FAA) e-mail biachefer@hotmail.com.

** Psicóloga da Faculdade Anglo Americano (FAA) e-mail flora.raymundo@gmail.com.

*** Psicóloga, especialista em Psicologia Jurídica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), professora adjunta no curso de Psicologia da Faculdade Anglo Americano (FAA) e-mail tghisi@hotmail.com.



Introdução

A Psicologia Jurídica é uma das ramificações da Psicologia que oferece um leque de oportunidades para a atuação do psicólogo. Este profissional está inserido nas Varas Criminais, da Infância e Juventude, na Justiça do Trabalho e, entre outras, nas Varas de Família, onde são tratados os casos de violência, abandono, separação conjugal, disputa de guarda, regulamentação de visita e, recentemente, os casos de alienação parental – foco da presente pesquisa.

Entende-se por alienação parental o contexto em que a mãe ou o pai manipula o filho para que este rompa seus laços afetivos com o outro genitor, afastando este filho de convívio com ele, sem que haja motivos significativos para subsidiar sua atitude (Silva, 2009).

Segundo o Dr. Júlio Cesar Rosa (2012), especialista em alienação parental, em artigo publicado no site da Associação Brasileira Criança Feliz [ABCF], estima-se que 16 milhões de crianças e adolescentes sejam vítimas de alienação parental no Brasil, sendo esta uma prática muito comum no cotidiano de diversas famílias, podendo acarretar problemas psicológicos relevantes na adolescência e na fase adulta.

Recentemente, no ano de 2010, foi promulgada a Lei Federal Nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental. Nesta, revela-se a importância da perícia psicológica e, dependendo do caso, do acompanhamento psicológico, ou seja, da participação ativa do profissional psicólogo na detecção e no trato desta prática.

A partir das considerações realizadas, percebe-se a importância da pesquisa sobre a atuação do psicólogo jurídico neste contexto, por ser uma prática recente e também por atingir nacionalmente milhões de crianças. Portanto, o presente artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica que teve por objetivo descrever sobre a importância da atuação do psicólogo jurídico no contexto da alienação parental, através da caracterização deste fenômeno com conceitos e definições, forma como ocorre, sintomas e possíveis danos causados às vítimas desta prática. Ainda, objetivou-se investigar e descrever sobre as possibilidades de atuação do psicólogo neste universo.

1 Alienação Parental

O termo alienação parental surgiu em 1985, através do psiquiatra forense norte-americano Richard Alan Gardner, com a função de denominar a prática de campanha de difamatória de um genitor sobre o outro, envolvendo o filho em situações conflituosas (Brockhousen, 2012; Silva, 2009; Serafim e Saffi, 2012). De acordo com Rocha (2012, p. 60), trata-se de um problema antigo, “uma maldade disfarçada pelo sentimento de amor e dos cuidados parentais”.

Atualmente, vários autores definem alienação parental. Segundo Dias (2008), citado por Associação de Pais e Mães Separados [APASE] (2008), a



alienação parental consiste na prática de um genitor desmoralizar o outro, com intuito de que o filho passe a odiá-lo. Para Silva (2009), baseia-se na indução da criança para a rejeição de um dos genitores sem justificativa plausível. Ainda, conforme Brockhausen (2012), pode ser definida como a intervenção de um dos pais para que o filho renuncie o outro.

A advogada Ana Brusolo Gerbase (2010), especialista em mediação de conflitos, aponta que a alienação parental é a prática do pai ou da mãe em afastar o outro da vida da criança, usando esta, entre outras formas, como instrumento de vingança, e que a ocorrência desta prática é mais comum nos casos de separação conjugal. Na mesma linha de pensamento, Brockhausen (2012) e Serafim e Saffi (2012) concordam que a maioria dos casos ocorre após o processo da dissolução conjugal seguido da disputa de guarda dos filhos.

Para Rocha (2012) e Brockhausen (2012), a alienação parental é comum e corriqueira, presenciada por muitas pessoas, sejam elas profissionais que atuam neste contexto ou não. Além disso, é uma questão que vem sendo analisada como uma forma de violência psicológica. Entendendo a alienação parental como uma forma de violência psicológica e emocional, podendo ainda ser classificada como uma forma de violência doméstica, cabe conceituar estes pontos.

Os tipos mais frequentes de violência contra crianças e adolescentes são a violência física, a violência sexual, a violência psicológica ou emocional e a negligência, ou de privações ou descuido. Estas diversas formas de maus tratos podem ocorrer em diversos contextos. Porém, como afirma Santos (1991), ocorrem com muita frequência no ambiente familiar, pelos próprios pais ou responsáveis.

Dados de 2010, publicados no livro Retratos dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil: Pesquisa de Narrativas Sobre a Aplicação do ECA, demonstraram que das 1.276 histórias classificadas como exemplos de violação de direitos, 36% referem-se à violência psicológica (Fischer & Schoenmaker, 2010).

A alienação parental, foco do presente artigo, vista como violência psicológica, pode ser conceituada como tal sendo uma forma de interferência negativa do adulto ou de pessoas mais velhas sobre a competência social da criança, conformando um padrão de comportamento destrutivo (Marques, 1994). Para a Organização Mundial de Saúde [OMS] (2003), este tipo de violência ocorre quando o responsável ignora as condições apropriadas para a saúde emocional e para o desenvolvimento da criança, podendo incluir ameaças e intimidações.

Em outra definição, pode ser entendida como o conjunto de atitudes, palavras e ações dirigidas para envergonhar, censurar e pressionar a criança de forma permanente. Caracteriza-se por ameaças, humilhações, gritos, injúrias, privação de amor, rejeição etc. Inclui, segundo Day et al. (2003), toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade e



ao desenvolvimento do ser humano.

Ballone e Ortolani (2003) afirmam que esta modalidade de violência ocorre quando os adultos usam ameaças ou estratégias semelhantes para exigir que a criança obedeça a um comando, depreciando-as, ou quando lhes negam afeto.

A caracterização da alienação parental como violência doméstica, por sua vez, é entendida como um fenômeno complexo, de múltiplas causas e de difícil definição. É um problema mundial que atinge milhares de crianças e adolescentes. Para Ballone e Ortolani (2003) e Santos (1991), trata-se de um problema que acomete ambos os sexos e não costuma obedecer nenhum nível social, econômico, religioso ou cultural específico.

A violência doméstica pode ser conceituada como toda a ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito pleno ao desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família, que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue (Day et al., 2003).

Para Hirschheimer e Waksman (2011), a violência doméstica deve ainda ser reconhecida como uma enfermidade, encontrada na Classificação Internacional de Doenças (CID), a exemplo do abuso psicológico, cuja classificação é T74.3.

Segundo Day et al. (2003), a violência psicológica ou emocional doméstica contra crianças e adolescentes é uma forma de violência que não deixa marcas visíveis, mas que pode comprometer o desenvolvimento mental e psicológico da criança ou adolescente vitimizado. É difícil de ser percebida e diagnosticada, tanto a nível institucional e até mesmo pelo agressor ou pela própria vítima. Por isso, ocorre repetidamente no cotidiano da família. Segundo Brockhausen (2012), é uma situação que envolve questões complexas, justificando a introdução de uma definição jurídica acerca do termo em questão. Cabe ressaltar que o Brasil é único país do mundo que possui uma lei específica para a alienação parental.

Em agosto do ano de 2010, foi promulgada a Lei Federal nº 12.318/2010, que dispõe sobre a alienação parental. Em seu Art. 2º, considera a alienação parental como sendo o ato de interferência na formação psicológica dos filhos, provocado por um dos genitores. A lei ainda prevê que esta prática ausenta a criança alienada do seu direito fundamental de convivência familiar saudável, constituindo como uma forma de abuso moral e o não cumprimento dos deveres relacionados ao poder familiar.

Denomina-se *alienador* o genitor que pratica a ação. Já os *alienados* referem-se ao genitor que sofre a ação e aos filhos que, a partir desta vivência, podem adquirir sequelas emocionais e comportamentais (Silva, 2009; Serafim e Saffi, 2012).



Silva (2009) e Rocha (2012) apontam que Gardner (1985) descreveu esta ação em três níveis de instauração. No nível leve, as campanhas de difamação e de desmoralização do outro genitor são mais brandas e discretas, no sentido de prejudicarem a imagem do mesmo, porém o filho ainda quer manter contato com ele. Já no grau médio, a criança entra em um conflito de sentimentos, ou seja, ama o genitor alienado, mas procura evitar contato com ele para não desgostar o genitor alienador; neste ponto, os laços afetivos já não estão mais saudáveis. O nível grave, por sua vez, se estabelece quando o filho rejeita e odeia o genitor alienado e busca cortar totalmente o vínculo com o mesmo; aparecem os comportamentos violentos por parte da criança ou do adolescente; os laços com o alienador parecem estar fortes e maciços, enquanto que os laços com o genitor alienado parecem ter desaparecido. Neste último nível, os filhos alienados são incapazes de demonstrar culpa ou remorso em relação às suas atitudes depreciativas para com o genitor alienado.

Segundo Serafim e Saffi (2012) e a Lei Nº 12.318/2010, são formas de alienação parental: realização de campanhas de difamação e desqualificação da conduta de um dos genitores; criação de dificuldade ou impedimentos tanto no exercício da autoridade parental como no contato com o filho; omissão de informações relevantes sobre o filho; mudança de domicílio para outros bairros ou cidades com intuito de dificultar a convivência do filho com o pai alienado; apresentação de falsas denúncias contra o genitor alienado, estendendo-se a seus familiares.

A questão das falsas denúncias, conforme Rocha (2012), remete a um tipo de acusação gravíssima, porém muito comum: o abuso sexual. Para a autora, as consequências psicológicas na criança são perigosas:

(...) ela é convencida da existência de “fatos” e induzida a repetir a história na Delegacia, no Conselho Tutelar, para o advogado do alienador, para os psicólogos e outros profissionais. Após essa repetição sistemática de tais “fatos”, a criança passa a acreditar nesses relatos, gerando assim o que chamamos de falsas memórias (p. 63).

A prática da alienação parental, de acordo com Serafim e Saffi (2012), pode ter vários tipos de motivação, entre elas, a solidão decorrente de dissolução conjugal, o interesse financeiro ou a vingança. Para Rocha (2012), o genitor alienador pode ser uma pessoa frágil em termos de emoção, pode não ter aceitado o divórcio e nutre sentimentos de rejeição e vingança, utilizando os filhos como instrumentos de punição ao genitor alienado.

Conforme Brockhausen (2012, p. 16), “as situações de famílias com dinâmicas alienadoras apresentam níveis pronunciados de violência desde psicológicas até físicas, entre todos os envolvidos, inclusive as crianças”.

Segundo Serafim e Saffi (2012, p. 93), os efeitos da prática da alienação parental são devastadores, gerando “enorme perda emocional, ansiedade,



tenção, agressividade, depressão e doenças psicossomáticas”. Em concordância, Rocha (2012) afirma que entre as possíveis consequências na infância e na adolescência, encontram-se doenças psicossomáticas, depressão ansiedade, nervosismo e agressividade. Já na fase adulta, pode resultar em transtornos de personalidade, desorganização mental, insegurança, baixa autoestima, tendência ao abuso de álcool e outras drogas, chegando até a probabilidade de uma tendência suicida.

Por ser a alienação parental uma prática de difícil identificação, o juiz, diante da suspeita de sua ocorrência, pode solicitar uma perícia psicológica para confirmação. Esta ação está descrita no Art. 5º da Lei nº 12.318/2010.

Ao propor esta participação efetiva do psicólogo, a referida lei abre novos caminhos para a prática profissional, ou seja, cada vez mais as problemáticas da sociedade moderna demandam a atuação da psicologia (Brockhausen, 2012).

2 O psicólogo jurídico e a alienação parental

A psicologia jurídica começou a ser praticada junto com o reconhecimento da profissão ocorrido em 1962, através da Lei nº 4.119/1962, que dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Porém, a atuação do psicólogo jurídico iniciou-se de modo informal, com trabalhos voluntários. As primeiras demandas voltaram-se para a elaboração de psicodiagnósticos com a finalidade de orientar os operadores do Direito (Lago, Amato, Teixeira, Rovinski e Bandeira, 2009)

Em relação aos locais de atuação, a jornada do psicólogo iniciou-se nas Varas Criminais, seguidas dos sistemas de Justiça Juvenil. Segundo Lago et al. (2009, p. 485), “nos últimos dez anos a demanda pelo trabalho do psicólogo em áreas como Direito da Família (...) vem tomando forças”.

Neste contexto, é possível constatar que a atuação do psicólogo ocorre nos assuntos relacionados à adoção, tutela, dissolução conjugal, disputa de guarda de filhos, regulamentação de visitas e, por fim, aos casos de alienação parental (Serafim e Saffi, 2012).

Cabe apontar que o psicólogo jurídico pode ser entendido como o profissional que trabalha com questões relacionadas ao Sistema de Justiça, podendo ser um profissional com vínculo empregatício nas instâncias judiciais ou que não possua vínculo, mas que seja solicitado por juízes com a função de perito ou pelas partes, como assistente técnico (Brito, 2012).

De acordo com a bibliografia consultada, constatou-se que a atuação do psicólogo jurídico no contexto da alienação parental pode ocorrer de três formas: perícia e avaliação psicológica, mediação e acompanhamento psicológico (Brockhausen, 2012; Serafim e Saffi, 2012).



2.1 Perícia e Avaliação Psicológica

Primeiramente, é necessário definir o conceito de avaliação psicológica. Segundo o conselho Federal de Psicologia [CFP], em sua Resolução N° 07/2003, que Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, esta última pode ser “entendida como o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos (...) utilizando-se, para tanto, estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos” (p. 3).

De acordo com Raposo et al. (2011), a avaliação psicológica está inserida no contexto da perícia psicológica. Na linguagem jurídica, a perícia deve ser realizada por um profissional tecnicamente qualificado e nomeado pelo juiz no sentido de analisar ou examinar a veracidade de fatos e causas que transitam no âmbito da justiça.

Cabe ressaltar que tanto para a Lei N° 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, em seu Art. 145, como para o CFP em sua Resolução N° 08/2010, que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário, “quando a prova do fato depender de conhecimento técnico e científico, o juiz será assistido por perito” (p. 1).

De acordo com a resolução citada no parágrafo anterior, entende-se por psicólogo perito:

(...) o profissional designado para assessorar a Justiça no limite de suas atribuições e, portanto, deve exercer tal função com isenção em relação às partes envolvidas e comprometimento ético para emitir posicionamento de sua competência teórico-técnica, a qual subsidiará a decisão judicial. (p. 1)

Rovinski (2004) e Serafim e Saffi (2012) afirmam que a perícia tem por objetivo produzir conhecimento técnico para subsidiar e auxiliar o juiz através das respostas aos quesitos elaborados pelos agentes jurídicos envolvidos no caso analisado. A partir da perícia ou investigação psicológica devidamente fundamentada em métodos e técnicas científicas, o psicólogo deverá produzir um laudo ou relatório que apresente, segundo a Resolução N° 08/2010 do CFP, indicativos pertinentes à sua investigação, procurando não influenciar nas decisões do magistrado.

Para Serafim e Saffi (2012), o processo pericial deve seguir cinco etapas principais. Inicia-se com o estudo dos autos do processo, ou seja, a leitura atenta de todos os documentos relacionados ao caso a ser analisado, incluindo os quesitos citados anteriormente. O segundo passo refere-se à entrevista psicológica, respeitando as diretrizes estabelecidas pela profissão. Parte-se, então, para a avaliação das funções cognitivas seguida da avaliação de personalidade, cuja utilização dos diferentes tipos de recursos e técnicas



psicológicas dependerá das características do periciando e do profissional psicólogo. Por fim, realiza-se uma análise dos dados levantados e elabora-se o laudo ou parecer psicológico que deverá seguir as instruções instituídas pela Resolução N° 07/2003 do CFP e, posteriormente, ser entregue para o juiz.

A perícia psicológica no âmbito da alienação parental não é diferente das demais perícias existentes no espaço judicial. Segundo a Lei N° 12.318/2010, que dispõe sobre o assunto, em seu Art. 5º, “havendo o indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial”.

O referido artigo somado aos conceitos e definições expostos sobre perícia e psicólogo perito, propõe que uma das funções do psicólogo no contexto da alienação parental refere-se à realização de avaliação e perícia psicológica no sentido de descobrir e investigar sobre a existência da prática de alienação parental. Serafim e Saffi (2012) afirmam, ainda, que esta forma de atuação é de extrema importância, pois possibilita detectar falsas acusações referentes ao tema, corriqueiras nos processos litigiosos envolvendo famílias. Porém, salienta-se que a alienação parental é, segundo Rocha (2012, p. 67), “um fenômeno reconhecidamente novo, a ser aceito, nomeado e estudado, sendo em muitos dos casos, impossível a comprovação”.

Ainda, de acordo com Mello (2011) e com Hirschheimer e Waksman (2011), tanto a avaliação quanto a constatação da existência desta forma de violência são difíceis, inclusive a compreensão de causalidade entre a violência vivida e o sofrimento da vítima, requerendo do profissional aptidão, habilidade, atenção, sensibilidade e responsabilidade.

2.2 Mediação

Conforme já citado no presente artigo, segundo Brockhausen (2012) e Serafim e Saffi (2012), a maioria dos casos de alienação parental ocorre após o processo da dissolução conjugal seguido da disputa de guarda dos filhos. Neste contexto, a mediação surge como uma tentativa de solução de conflitos (Highton & Álvarez, 1999, citado por Müller, Beiras e Cruz, 2007). Silva 2011 afirma ainda que esta modalidade de atuação, através do diálogo, é eficiente na condução e na elaboração de conflitos.

Müller, Beiras e Cruz (2007, p. 199) apontam que “uma das possibilidades de trabalho de psicólogos em contextos jurídicos é nos processos de Mediação Familiar”. Para os autores, a mediação é uma atividade complexa, pois trata de aspectos objetivos, emocionais e inconscientes, sendo necessária a utilização de técnicas da psicologia.

Entende-se por mediação, de acordo com Bush e Folger (1996) e Schinitman (1999), citados por Müller, Beiras e Cruz (2007, p. 199), “um método de solução de conflitos no qual as partes envolvidas recebem a intervenção de um terceiro, o mediador, que contribui, por meio da reabertura do diálogo, a chegar a possibilidades inventivas para a solução”.



Segundo Schabbel (2005), estudos comprovam que conflitos gerados pelo processo de separação conjugal acarretam em problemas psicológicos para os filhos. Desta forma, a mediação deve objetivar a cooperação e o aprimoramento do diálogo, possibilitando a solução dos problemas existentes.

De acordo com Vezzulla (1995, citado por Sangalli, 1999), a mediação divide-se em etapas, abrangendo o conhecimento das partes, a escuta e o entendimento do conflito, a caracterização do problema, a descoberta de outros problemas ainda ocultos que possam existir e que sejam pertinentes ao caso, e, por fim, o levantamento de hipóteses, buscando soluções e a elaboração de um acordo entre ambos.

É importante salientar que não cabe ao mediador a decisão sobre a solução do caso e sim às partes envolvidas nos conflitos (Schabbel, 2005; Müller, Beiras e Cruz, 2007).

2.3 Acompanhamento / Orientação Psicológica

De acordo com Rocha (2012), a alienação parental é a forma mais grave de abuso emocional. Correia, Souza e Silva (2001) afirmam que este último caracteriza-se pela exposição constante da criança ou adolescente à situações de constrangimento, através de agressões verbais, cobranças e punições exageradas. Esse tipo de comportamento conduz a vítima a sentimentos de rejeição e desvalia, bloqueia seus esforços de autoestima, além de impedi-la de estabelecer uma relação de confiança com outros adultos. É a forma de abuso mais difícil de ser identificada, porque não deixa marcas evidentes no corpo e permeia todas as outras modalidades de abuso. É comumente camuflada pela sutileza das relações familiares, mas causa sofrimento e conduz a vítima a modelos futuros de relacionamento que sejam baseados no desprezo e na insegurança. Trata-se de uma forma de agressão que não deixa marcas visíveis, mas emocionalmente, cicatrizes para a vida toda.

Mello (2011) afirma que esta forma de violência:

Define-se por palavras, atitudes, comportamentos e/ou climas negativos criados por adultos em torno de criança ou adolescente, de caráter repetido, extensivo e deliberado. Seu impacto emocional ultrapassa a capacidade de integração psicológica da criança/adolescente e resulta em sérios prejuízos a seu desenvolvimento psicoafetivo, relacional e social (p. 57).

Para Silveira (2003), as crianças e adolescentes que sofrem estas formas silenciosas de violência podem apresentar problemas para brincar com os colegas, apresentar medos exagerados, sentir muita tristeza, afastarem-se das pessoas, apresentar atitudes autodestrutivas, apresentar baixo rendimento escolar. A presença deste tipo de violência também pode ser manifestada através de dificuldades de alimentação, de concentração e insônia (Ballone e Ortolani, 2003).



As consequências podem ser subdivididas, conforme Day et al. (2003), em danos imediatos ou tardios. Estão entre os danos imediatos: pesadelos repetitivos; ansiedade, raiva, culpa, vergonha; medo do agressor; quadros de fobia e depressão aguda; queixas psicossomáticas; isolamento social e sentimentos de estigmatização. Em relação aos danos tardios, cita-se o aumento significativo na incidência de transtornos psiquiátricos; dissociação afetiva, pensamentos invasivos, ideação suicida e fobias mais agudas; níveis intensos de ansiedade, medo, depressão, isolamento, raiva, hostilidade e culpa; cognição distorcida, tais como sensação crônica de perigo e confusão, pensamento ilógico, imagens distorcidas do mundo e dificuldades de perceber a realidade; redução na compreensão de papéis complexos e dificuldades para resolver problemas interpessoais.

Os autores afirmam ainda que, apesar do crescente interesse nas consequências deste tipo de violência contra a criança e o adolescente, há poucos estudos sobre os efeitos psicológicos a longo prazo. Há uma tendência em subestimar os efeitos desta como menos sérios, acreditando que o impacto possa ser temporário e desaparecer no transcorrer do desenvolvimento infantil. O trauma não deve ser desconsiderado em função de seus efeitos não serem evidenciados de imediato. Deve ser reconhecido como um sério problema da infância e adolescência, cujos efeitos da experiência sentida repercutirão em toda sua vida.

Por estas razões, a Lei Nº 12.318/2010, sobre alienação parental, exprime em seu Art. 6º, inciso IV, que caracterizados atos típicos de alienação parental, o juiz poderá determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial.

Segundo Hirschheimer e Waksman (2011), este tipo de atendimento exige do profissional primeiramente a compreensão de que, nestes casos:

(...) há sempre duas ou mais vítimas no abuso perpetrado contra a criança ou adolescente: a própria vítima, a pessoa (familiar) que praticou o ato, outros membros da família ou comunidade da vítima. Assim, para elaborar um plano de trabalho da equipe que participará das intervenções, é importante verificar qual forma de abordagem melhor se adapta a cada situação (p. 86).

Para os autores, toda “criança ou adolescente vítima de qualquer forma de violência deve ser encaminhada para tratamento psicoterapêutico, pois essa experiência pode deixar marcas psicológicas profundas em sua personalidade e comportamento” (p. 92). Não se descarta também que a avaliação e a intervenção com a criança ou adolescente vitimizado deve se estender a toda a família, abordando-se a questão como um todo e evitando o enraizamento do problema nas relações existentes.

Segundo o CFP (2008), uma das atribuições do psicólogo jurídico no Brasil reside em auxiliar os juizados na avaliação e na assistência psicológica de crianças e adolescentes, bem como de seus familiares. Cita-se ainda a



realização de “atendimento a crianças envolvidas em situações que chegam às instituições de direito, visando à preservação de sua saúde mental” (p. 6). Neste sentido, entende-se que o atendimento psicológico às vítimas de alienação parental busca minimizar os traumas da violência sofrida, pois permite à criança e ao adolescente um espaço para que possam expressar, compreender e elaborar seus sentimentos, principalmente as crianças, pelo pequeno repertório de experiências e de vocabulário que possuem.

Esta forma de atuação do psicólogo encontra dificuldades na questão de mensuração, pois trata de atos e omissões de caráter subjetivo (Mello, 2011). Cabe ao profissional a decisão e a escolha sobre a melhor forma de intervenção de acordo com cada caso (Hirschheimer e Waksman, 2011).

Considerações finais

A partir da pesquisa realizada foi possível comprovar a hipótese de que a atuação do psicólogo jurídico é fundamental no contexto da alienação parental, sendo reforçada pela promulgação da Lei nº 12.318/2010 e sendo importante em três momentos principais: na detecção da existência da alienação parental, através da realização de perícia e avaliação, na mediação e no acompanhamento psicológico das vítimas e da família envolvida.

Cabe a reflexão de que os casos de alienação parental sofrem com a questão da subnotificação, ou seja, são raramente denunciados por falta de conhecimento das partes envolvidas ou, ainda, por acontecerem intimamente no seio da família. É justamente neste ponto que reside também a importância do profissional da psicologia neste contexto. Através de sua atuação com o público infantil, seja na área clínica, escolar ou social, o psicólogo é o profissional que estará mais bem capacitado e preparado para compreender e auxiliar neste contexto, ajudando as vítimas, acusados e ainda auxiliará o juiz para que este possa tomar decisões com detalhes de esclarecimentos sobre todo o contexto familiar que envolve tais acusações. Trata-se de um assunto que tem alcançado um número assustador de vítimas da alienação parental, o qual tem surgido também nos atendimentos do psicólogo clínico, considera-se importante que o profissional esteja preparado para lidar com essa realidade e que busque sempre estar atualizado sobre o contexto da alienação parental.

Muitas vezes, nem o agressor e nem as vítimas têm consciência de que estão praticando e sofrendo violência. Isto ocorre principalmente em relação à criança, que geralmente apresenta dificuldades em discriminar e verbalizar o que vem acontecendo com ela, precisando de ajuda profissional para entender e elaborar a violência sofrida.

Perceber e registrar a prática da alienação parental vem sendo um grande desafio para o profissional da Psicologia, já que este se encontra em uma posição estratégica para detectar os riscos e identificar as possíveis vítimas desta forma de violência.



Referências

- Ballone, G. J., Ortolani, I. V. (2003). **Violência Doméstica**. Recuperado em 26 de julho, 2013, de <http://www.psiqweb.med.br>.
- Brito, L. M. T. (2012) Psicologia Jurídica: um campo em debate. **Revista Diálogos**, 9(8), p. 5-7.
- Brockhausen, T. (2012). Alienação Parental. **Revista Diálogos**, 9(8), 14-20.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2008). **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil**. Recuperado em 12 de agosto, 2013, de http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo_cbo.pdf.
- Correia, S. S., Souza, A. E., Silva, J. I. (2001) Violência Familiar: um estudo de caso da ação repressiva do Estado. **Revista Datavenia**, V(53), p. XXX. Recuperado em 26 de julho, 2013, de <http://www.datavenia.net>.
- Day, V. P., Telles, L. E. B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F., Machado, D. A., Silveira, M. B. et al. (2003) Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, 25(1), 9-21. Recuperado em 26 de julho, 2013, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): www.scielo.br.
- Dias, M. B. (2008). Síndrome da Alienação Parental. O que é isso? In Associação de Pais e Mães Separados [APASE]. **Síndrome da Alienação Parental e a Tirania do Guardiã: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos** (pp. 11-13). São Paulo: Equilíbrio.
- Fischer, R. M.; & Schoenmaker, L. (2010). **Retratos dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil: Pesquisa de Narrativas Sobre a Aplicação do ECA**. São Paulo: Ceats/FIA.
- Gerbase, A. B. (2010). **Alienação Parental**. Recuperado em 06 de agosto, 2013, de <http://anagerbaseadvocacia.jur.adv.br/index.php?p=publicacao&codigo=6810>.
- Hirschheimer, M. R., Waksman, R. D. (2011). Roteiro de atendimento e notificação. In Waksman, R. D., Hirschheimer, M. R. (2011) **Manual de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência / Núcleo de Estudos da Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente**. Brasília: CFM. (pp. 85-100).



Lago, V. M., Amato, P., Teixeira, P. A., Rovinski, S. L. R., Bandeira, D. R. (2009). Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. *Estudos de Psicologia*, 26(4), p. 483-491. Recuperado em 15 de julho, 2013, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br.

Lei Nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. (1962, 27 de agosto). Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Recuperado em 12 de abril, 2013, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm.

Lei Nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. (1973, 11 de janeiro). Institui o Código de Processo Civil. Recuperado em 17 de julho, 2013, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm.

Lei Nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. (2010, 26 de agosto). Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Recuperado em 12 de abril, 2013, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm.

Marques, M. A. B. (1994) **Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes**. Petrópolis: Vozes.

Mello, A. C. M. P. C. (2011) Violência Psicológica. In Waksman, R. D., Hirschheimer, M. R. (2011) **Manual de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência / Núcleo de Estudos da Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente**. Brasília: CFM. (pp. 57-62).

Müller, F. G., Beiras, A., e Cruz, R. M. (2007). O trabalho do psicólogo na mediação de conflitos familiares: reflexões com base na experiência do serviço de mediação familiar em Santa Catarina. *Aletheia*, 26, p. 196-209. Recuperado em 05 de agosto, 2013, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br.

Organización Mundial de la Salud [OMS]. (2003) **Informe Mundial sobre la Violencia y la Salud**. Washington, D.C.: Organización Panamericana de la Salud.

Raposo, H. S., Figueiredo, B. F. C., Lamela, D. J. P. V., Nunes-Costa, R. A., Castro, M. C., Prego, J. (2011). Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 38(1), (pp. 29-33). Recuperado em 15 de julho, 2013, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br.



Resolução Nº 07, de 14 de junho de 2003. (2003, 14 de junho). Institui o **Manual de Elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP Nº 17/2002**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

Resolução Nº 08, de 30 de junho de 2010. (2010, 30 de junho). Dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

Rocha, M. J. (2012). Alienação parental: a mais grave forma de abuso emocional. In Paulo, B. M., (Org.). **Psicologia na prática jurídica** (pp. 60-69). São Paulo: Saraiva.

Rosa, J. C. (2012). **Alienação Parental – impactos na saúde pública e invisibilidade social**. Associação Brasileira Criança Feliz [ABCF]. Recuperado em 28 de julho, 2013, de <http://criancafeliz.org/wp/alienacao-parental-impactos-na-saude-publica-e-invisibilidade-social/>.

Rovinski, S. L. R. (2004) **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência**. Rio de Janeiro: Lúmen.

Sangalli, T. (1999). Trabalho piloto em Mediação para casais com pedido de separação litigiosa em uma instituição de ensino jurídico: um estudo de aplicabilidade (p. 369-374). **Anais do III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Santos, H. O. (1991). **Crianças Violadas**. Brasília: CBIA-CRAMI.

Schabbel, C. (2005). Relações familiares na separação conjugal: contribuições da mediação. **Psicologia: Teoria e Prática**, 7(1), p. 13-20.

Serafim, A.P., Saffi, F. (2012). **Psicologia e práticas forenses**. São Paulo: Manole.

Silva, D. M. P. (2009). **Guarda Compartilhada e Síndrome de Alienação Parental. O que é isso?** Campinas: Armazém do Ipê.

Silveira, I. (2003). Como detectar a violência doméstica. **Nova Escola**, 18(160), p.16.

Recebido em 07/12/2016
Aprovado em 20/12/2016



ESCRavidÃO NEGRA NA REGIÃO PLATINA

ESCLAVITUD NEGRA EN LA REGIÓN PLATINA

Maria Claudia de Oliveira Martins*

Resumo

Este artigo tem por objetivo indicar e analisar aspectos relativos à escravidão negra na Região Platina entre as décadas finais do colonialismo e nas primeiras décadas do pós-independência de cada um dos países que abrangem a região. Também considera fatores que possam ter propiciado o “sumiço negro” em fontes documentais e de forma literal, na Argentina, Uruguai e Paraguai alimentando a ideia do escravismo e da mestiçagem como mito. Além disso, destaca questões como as noções de “região” e “fronteira”, que têm centralidade na análise dos aspectos comuns e especificidades das sociedades escravistas da Região Platina, expressos nas atividades econômicas desempenhadas, no tráfico negreiro e pela resistência dos cativos. Constatou-se o uso efetivo e compulsório da mão de obra negra no trabalho minerador e agropecuário das colônias portuguesa e espanhola e a não passividade dos escravizados. O fim de escravidão, no entanto, foi seguido por um processo de apagamento de sua presença e atuação na Região Platina.

Palavras-chave: escravidão negra; fronteira; Região Platina.

Resumen

Este artículo tiene por objetivo indicar y analizar aspectos relativos a la esclavitud negra en la Región Platina entre las últimas décadas del colonialismo y las primeras décadas posteriores a la independencia de cada país que integra la región. También tiene en cuenta los factores que pueden haber proporcionado la "desaparición negra" en las fuentes documentales y literalmente, en la Argentina, Uruguay y Paraguay, alimentar la idea de la esclavitud y el mestizaje como un mito. Además, pone de relieve cuestiones tales como los conceptos de "región" y "frontera" que tienen carácter central en el análisis de los aspectos comunes y las especificidades de las sociedades esclavistas de la Región Platina, expresadas en las actividades económicas que se realizan en el tráfico de esclavos y por la resistencia de los cautivos. Se encontró un uso efectivo de trabajo obligatorio de la mano de obra de los negros en la minería y el trabajo agrícola de las colonias portuguesas y españolas, y la no pasividad de los esclavizados. El final de la esclavitud, sin embargo, fue seguido por un proceso de borrado de su presencia y acción en la Región Platina.

Palabras-clave: esclavitud negra; frontera; Región Platina.

* Graduada em História pela UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul e atualmente mestranda da UPF- Universidade de Passo Fundo. E-mail: claudia.om@terra.com.br



1 INTRODUÇÃO

A escrita da história da escravidão negra em grande parte da região platina¹, até décadas recentes, fez-se mais por silêncios, por reticências, do que pela clareza dos dados elencados ou a amplitude de suas reflexões. Durante muito tempo negada ou considerada irrelevante na Argentina, Uruguai e Paraguai, diante dos projetos de construção de suas identidades nacionais, somente a partir das décadas de 1980-90 é que vem ganhando espaço nas pesquisas acadêmicas daqueles países. Essa revisão historiográfica, por sua vez, abriu espaço à ampliação dos estudos também no Brasil, permitindo estabelecer comparações, bem como investigar elementos comuns e/ou diferenciados no escravismo praticado/vivenciado na região em pauta.

Em que pese tal região, em tempos coloniais, localizar-se no limite dos domínios de posse portuguesa e espanhola no “Novo Mundo” (portanto submetida a uma e outra ordenação legal conforme a Metrópole a que estava subordinada) suas diferenciações no trato e no tráfico de cativos são menores do que suas aproximações a respeito. As fontes documentais remanescentes das últimas décadas do período colonial indicaram haver interações sociais e econômicas que, a mais das vezes, desconsideraram as divisões geopolíticas e outros acordos impostos por seus governantes.

O propósito deste artigo é apresentar e analisar aspectos referentes à presença negra (na condição cativa) nos países que compunham a Região Platina, entre as décadas finais do colonialismo e nas primeiras décadas do pós-independência de cada um deles, período em que, exceção feita ao Império brasileiro, foi abolida a escravidão. Entendemos desse modo, ser possível melhor compreender em que nível e de que modo se deu a utilização da mão-de-obra escrava, além de considerar fatores que possam ter propiciado o “sumiço negro”, não apenas em documentos oficiais, mas de forma literal, contribuindo para a propagação da ideia de um passado escravista e mestiço como mito, na Argentina, Uruguai e Paraguai.

Por outro lado, entendendo “região” e “fronteira” como constructos humanos, que apresentam diferentes conformações de acordo com o aspecto sob o qual se lhes põe em análise, o que lhes confere plasticidade e porosidade, pretendemos ainda indicar aspectos comuns e especificidades das sociedades escravistas da Região Platina, expressos nas atividades econômicas desempenhadas no tráfico negreiro e por meio da resistência cativa.

1 Compreendida como territórios meridionais (parciais, portanto) e fronteiriços do Uruguai, Argentina, Paraguai e Brasil, banhados pelos rios formadores da Bacia Platina: Paraná, Paraguai, Uruguai e Rio da Prata.



2 NEGROS NA REGIÃO DO PRATA: FATO OU MITO?

A negação da presença e da exploração da mão de obra negra escrava não é novidade nem mesmo no Brasil, cuja leva de africanos compulsoriamente trasladados entre os séculos XVI e XIX, contaram-se aos milhões. Especialmente na porção meridional brasileira, por suas características distintas da economia agroexportadora do restante do país (na qual as grandes escravarias eram necessárias ao empreendimento), minimizou-se o trabalho escravo, em contraponto a uma sobrevalorização da contribuição da imigração branca europeia, não estabelecida sobre mesmas bases. Produções como a dos historiadores Romário Martins² e Wilson Martins³, que fizeram parte de um movimento conhecido como “paranista”⁴ são exemplos clássicos de trabalhos com esta marca. Tal negação, que ganhou força na primeira metade do século XX (e da qual ainda restam alguns resíduos) falseou a realidade da presença dos cativos atuando na pecuária, na colheita da erva-mate, nas atividades domésticas das fazendas e nas cidades, entre outras mais, todas facilmente comprováveis pelas mais diversas fontes documentais (como registros eclesiásticos, judiciais e notariais). A escravidão negra, em sua complexidade, vai efetivamente se evidenciar a partir da década de 1950 e adquirir complexidade ainda maior a contar dos anos 1980, na medida em que se diversificaram e ampliaram os estudos quanto à temática.

A frase que abre o artigo “La historiografía paraguaya e los afrodescendientes”, de Ignacio Telesca (2008, p.165), na qual o mesmo afirma: “Sobre la historia del Paraguay se escribe poco, y en el Paraguay se escribe menos”⁵, é emblemática do quanto o meio acadêmico pode contribuir com a investigação e a reflexão histórica e que, embora em alguns dos países da própria região do Prata muito já se possa ter produzido, ainda há muito mais a realizar. Para o referido autor, a escravidão negra no Paraguai é um destes assuntos pouco explorados e que exige a desconstrução de mitos como o do “escravo feliz”, pautado nos relatos de Félix de Azara (século XVIII), que muito se assemelham à perspectiva freyreana, no Brasil.

Em relação aos estudos sobre a escravidão negra na Argentina, afirma Vela (2007, p.199) que “[...] se consolidaron mitos que influyeron en los rasgos que

2 Entre suas mais de 70 obras, destacamos “História do Paraná” e “Terra e gente do Paraná”.

3 O Brasil diferente: ensaios sobre fenômenos de aculturação no Paraná”. Obra de 1955.

4 O manifesto deste movimento data de 1927 e sua proposta era de formatar uma identidade paranaense em moldes positivistas. Romário Martins utilizou-se das teses raciais em voga na Europa do séc. XIX para valorizar a imigração europeia em contraposição à contribuição e presença negra, Wilson Martins destacou a contribuição cultural dos europeus, positivando o trabalho e a acumulação (CRUZ, 2012).

5 “Sobre a história do Paraguai se escreve pouco e no Paraguai se escreve menos”.



caracterizariam esse conhecimento a nível local”⁶ e que promoveram o apagamento da participação forçosa do cativo negro na história daquela nação, a qual se encontra em processo de reabilitação historiográfica, conforme já mencionado. Pesquisadores da atualidade apontam, junto aos mitos, fatores como epidemias (a febre amarela, por exemplo, que vitimou milhares); o retorno à África; a mestiçagem (face aos cruzamentos inter-raciais); o óbito em guerras; bem como a supressão proposital da designação de cor, nos registros oficiais, como elementos decisivos para que paulatinamente fosse suprimida a presença física de indivíduos com traços raciais negros, complementando o processo de apagamento entre o final do século XIX e ao longo do século XX (FREITAS, 2005).

Afirma Crespi (2001) que em 1585, por solicitação do *cabildo*⁷ local, foi autorizada a chegada dos primeiros escravos negros em Buenos Aires. Dados apresentados por Wainer (2010), informam que no primeiro censo populacional realizado em 1778, conhecido como “Censo de Vértiz”, a população negra em Buenos Aires⁸ era de aproximadamente 30% e em 1810 correspondiam, somente os escravos, a 24,36% do total (com o registro de que cerca de metade dos indivíduos procedia do Brasil e a outra metade, da África). Tais números não alcançam, por certo, o expressivo percentual de 41,5% de cativos obtido na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX (TERRA, 2009), mas não eram nada desprezíveis em relação à população total daquela cidade (quase um terço) e especialmente se levarmos em conta que o domínio luso no comércio negreiro facilitava a entrada de escravos em terras brasileiras. Podem ser comparados os dados obtidos em 1778, por sua vez, ao perfil demográfico de Porto Alegre, indicado pelo censo populacional realizado em 1780.

É importante acrescentar, contudo, que Buenos Aires atuou na maioria das vezes como ponto de chegada de africanos (pela via legal) e de escravos vindos do Brasil (muitos chegando pela via do tráfico), mas não como local de sua permanência. De acordo com Sirqueira (2012, p.10):

A principal porta de entrada do comércio negreiro da América do Sul espanhola era o porto de Buenos Aires. A maioria dos escravos que lá chegavam era destinada por terra para o interior chegando até o Alto Peru. [...] A partir da chegada aos portos do Rio da Prata os escravos que fossem para outras regiões, dentro do que hoje é o território argentino, geralmente tinham como destino final Santa Fé, Corrientes, Tucumán, Santiago del Estero e Misiones. Na atual Bolívia iam para Potosí, no Paraguai eram destinados para Assunção e no Peru para El Callao.

6 “[...]se consolidaram mitos que influenciaram nos recursos que caracterizariam esse conhecimento a nível local”.

7 O equivalente a Câmara Municipal.

8 Capital do Vice-Reino da Prata (1776-1816) e principal porto de chegada de africanos nos domínios espanhóis do sul da América.



Ainda que houvesse trabalhos comuns a todas as referidas localidades, como as tarefas domésticas geralmente desempenhadas pelas mulheres cativas e ofícios masculinos especializados (carpinteiro, ferreiro, marceneiro), algumas atividades eram bem específicas segundo o local de destino: o encaminhamento de escravos para Potosi ou para Callao referia-se ao trabalho compulsório na mineração, ao passo que nas demais localidades citadas acima se voltava às atividades agropecuárias, como o preparo do couro e do charque (para o qual eram enviados muitos cativos, também, às estâncias da Banda Oriental) ou o plantio do trigo, milho e cana, realizado ainda em Assunção, no pampa buenaerense e na Colônia de Sacramento, por exemplo (SIRQUEIRA, 2012).

As ordens religiosas, por sua vez, também absorveram parte da mão de obra negra cativa. Conforme Telesca (2009, p.12),

[...] los dueños de esclavos eran fundamentalmente las órdenes religiosas: jesuitas, dominicos, mercedarios y franciscanos. A mediados del siglo XVIII, estas órdenes concentraban más de la mitad de la población esclavizada de la provincia del Paraguay⁹.

O mesmo autor exemplifica sua afirmação com dados sobre a estância de Paraguari, pertencente ao colégio jesuítico de Assunção até 1767¹⁰ e que naquele ano abrigava o significativo número de 530 cativos trabalhando sobre suas ordens (TELESCA 2009).

No Brasil, algumas ordens seguiam este padrão ainda no século XIX, mesmo quando a ação dos religiosos não encontrava no Império a liberdade de outrora. Hoornaert (1997, p.562) assevera:

Num relatório de 1870 [...] os beneditinos, com apenas 41 monges em onze mosteiros, possuíam sete engenhos de açúcar, mais de 40 fazendas, 230 casas e 1265 escravos; os carmelitas, com 49 frades em quatorze conventos, possuíam mais de quarenta fazendas, 136 construções e 1050 escravos; entretanto, os franciscanos, com 85 frades em 25 conventos, possuíam apenas 40 escravos.

Note-se que todas as ordens referidas detinham não somente uma grande quantidade de bens de raiz, mas também possuíam escravarias consideradas de grande porte, a seu serviço. O mesmo, porém, não parece se aplicar aos Sete

9 “[...] os donos de escravos eram fundamentalmente as ordens religiosas: jesuítas, dominicanos, mercedários, franciscanos. Na metade do século XVIII estas ordens concentravam mais da metade da população escravizada da Província do Paraguai”.

10 Ano de expulsão dos religiosos.



Povos das Missões¹¹, nos quais houve um movimento de fricção interétnica que envolveu europeus (jesuítas) e os guaranis, pautado por um misto de resistência combinada com a necessidade de garantir a sobrevivência. Para os indígenas, tal contato constituiu-se numa das formas de tentar evitar o apresamento por parte de *encomenderos* espanhóis ou por bandeirantes paulistas (COLVERO, 2004). Para Golin (2002, p.39), destacando-se a dificuldade de compreensão e/ou aceitação dos religiosos quanto ao modo de ser e de viver dos nativos, “[...] as Missões jesuíticas deram uma sobrevida a milhares de guaranis, em um tempo calculado de quase um século e meio”. Naquelas reduções não há registro da presença de escravos negros, embora o mesmo não se possa dizer das estâncias que se desenvolveram economicamente na região nos séculos XVIII e XIX, conforme o comprovam estudos de Paulo Afonso Zarth¹², Helen Osório¹³ e Luís Augusto Farinatti¹⁴ realizados na última década.

3 TRÁFICO NEGRO NA FRONTEIRA E OUTRAS COMPLEXIDADES

As reconhecidas disputas por territórios, riquezas e monopólio de atividades entre Portugal e Espanha no “Novo Mundo” foram afetadas no período em que se constituiu a União Ibérica. A unificação das referidas metrópoles europeias ao longo de 60 anos repercutiu em suas colônias de além-mar. Para Acruche (2013, p.34):

Em termos econômicos, as relações comerciais estabelecidas no período da União Ibérica fortaleceram os laços pessoais nas colônias americanas, de modo a viabilizar o contato entre seus agentes [...]. Assim, com o passar dos anos, as dificuldades encontradas por ambas as Coroas em controlar tanto o comércio quanto o movimento de seus súditos pelo espaço fronteiriço aumentavam, demandando a conformação de novos contornos e a resolução de problemas relativos à soberania dos impérios na América.

11 As reduções jesuíticas construídas pelos espanhóis entre 1682 e 1706 e conhecidas como Sete Povos das Missões, estiveram sob seu domínio até 1750 quando, pelo Tratado de Madri, passaram ao controle português. Eram elas: São Miguel, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Nicolau, São Borja, São Luís Gonzaga e Santo Ângelo. Outras reduções jesuíticas foram construídas, ainda, no Paraguai e Argentina, além do Brasil.

12 ZARTH, Paulo A. Escravidão nas estâncias pastoris das estâncias da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. In: MAESTRI, Mario; LIMA, Solimar (Org.). Peões, vaqueiros e cativos campeiros: Estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: UPF, 2010 p. 181–211.

13 OSÓRIO, Helen. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. **Segundas jornadas de História Regional Comparada**, 2005. Disponível em <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H4-09.pdf>> Acesso em 18 de fevereiro de 2016.

14 FARINATTI, Luís Augusto E. Escravos nas estâncias e nos campos: escravidão e trabalho na Campanha Rio-grandense (1831- 1870). Conservatória: Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica, 2005.



Várias tentativas foram feitas nesse sentido, as quais invariavelmente passaram pela assinatura de acordos e tratados. O Tratado de Madri (1750), por exemplo, continha não somente uma redefinição de limites entre domínios lusos e espanhóis, mas também medidas de restrição e punição ao contrabando entre ambas as possessões. Entretanto, as determinações legais não encontraram respaldo no cotidiano do convívio entre as gentes. Os limites demarcados e outras restrições não foram capazes de impedir as relações sociais, vivências culturais e trocas comerciais que se mantiveram na fronteira sob o caráter, muitas vezes, de ilicitude. A venda de escravos enquadra-se nesse caso.

Mesmo coexistindo na América espanhola múltiplas modalidades de relações de trabalho aplicadas ao longo do período colonial e após a ele, e que envolveram a mais das vezes o uso da mão de obra indígena, nem por isso se viu inibido o comércio negreiro (em sua face legal e como tráfico). O que ocorre, segundo Klein (1989, p.5) é que “de todas as rotas do tráfico, as que foram para a América Espanhola são as menos bem documentadas”. Ao mesmo tempo a própria documentação legal foi produzida e preservada de forma fragmentada ou dispersa.

No Brasil, domínio luso, também não foi diferente. Os mapas de importação eram imprecisos e nem de longe retrataram os números reais de desembarques ocorridos em portos como o de Rio Grande. O tráfico, por sua vez, aproveitava as fragilidades de controle das fronteiras secas e dos rios navegáveis para se fazer presente em toda a Região Platina. Beneficiava-se, ainda, de legislações como o decreto espanhol de 1791¹⁵, que autorizava o porto de Montevidéu a receber cativos trazidos por barcos estrangeiros, descumprindo alvará português de 1751 que proibia a venda de escravos fora dos limites do Império. (ALADRÉN, 2011).

Gárgano (2008, p.5), com base na documentação sob guarda do Archivo General de la Nación (Argentina), descreve as condições propiciadas ao tráfico pela liberação ao “livre comércio” nos portos do Vice-reino da Prata em 1791: “las embarcaciones podían ser propias o alquiladas, ya no era necesaria ninguna autorización previa y los esclavos podían ingresar ‘libres de toda contribución [...] quedando derogada la gratificación de cuatro pesos por caveza’”¹⁶.

No lado brasileiro, o expediente utilizado para burlar a fiscalização portuária ocorria pela utilização de dois estratagemas: ou deixavam os portos com produtos de venda autorizada e paravam adiante, em portos clandestinos, para embarcar os cativos; ou partiam com escravos, dizendo-os destinados aos portos do sul do país, mas levando-os para Buenos Aires e Montevidéu (ALADRÉN, 2011).

15 *Real Cédula* de 24 de novembro de 1791. Autorizava o livre comércio de negros escravos no Vice-reino da Prata.

16 “As embarcações podiam ser próprias ou alugadas, já não era necessário nenhuma autorização prévia e os escravos podiam ingressar livres de toda contribuição [...] ficando derogada a gratificação de 04 pesos por cabeça”.



A proibição do tráfico negreiro só se deu em 1812, com o final do controle espanhol sobre as Províncias do Rio da Prata. É importante destacar que não apenas esse movimento político-emancipatório bem como outros mais, como a questão da anexação e perda da Província Cisplatina¹⁷ (que resultou na independência uruguaia) além dos próprios movimentos de abolição da escravatura nos demais países da Região Platina, impactaram na escravidão no Brasil (GRINBERG, 2011).

Valéria Dorneles Fernandes (2009), analisando a escravização irregular de indivíduos livres no século XIX, na fronteira entre Brasil e Uruguai, afirma

Em 1842, a República do Uruguai estabelece que não haverá mais escravidão em seu solo, bem como todo o escravo que for nascido ou cruzar para o lado uruguaio será considerado liberto. Em virtude disto, muitos escravos brasileiros fugiram de seus donos e cruzaram a fronteira com o Uruguai em busca de liberdade, enquanto outros escravos brasileiros ganharam a liberdade por estarem vivendo com seus senhores no país vizinho à época da legislação promulgada. Embora existissem leis que lhes legitimassem a liberdade, muitos foram os que não a reconheceram. Escravos, desde então libertos, veem seus direitos, adquiridos legalmente no Uruguai, colocados em xeque em solo brasileiro, tanto pelas leis do Império quanto pelos seus ex-senhores. Muitos negros que viviam na República do Uruguai foram arrebatados para serem vendidos ilegalmente no Brasil.

Tendo o sido o Brasil o último país a extinguir a escravidão negra¹⁸, percebe-se nos fatos relatados, primeiramente, um esforço dos senhores de escravos em não só não perder suas escravarias, como se possível ampliá-las, mesmo que para isso tivessem que infringir leis (no caso, do Uruguai). Por outro lado, da parte dos escravos, a dificuldade de fazer valer direitos obtidos a partir da legislação uruguaia e que eram desconsiderados no Brasil. Esta última constatação, no entanto, não surpreende, dada a dificuldade para obter reconhecimento ou aplicação dos direitos instituídos pelas próprias leis brasileiras, como a Lei de 1831¹⁹, por exemplo. Conforme Grinberg (2011, p.9) “[...]as fronteiras do sul da América passaram a delimitar, no século XIX, não apenas os espaços dos Estados e das nações que então se formavam, mas também as (muitas vezes tênues) demarcações entre a escravidão e a liberdade”.

17 Entre 1821 e 1828 o império brasileiro anexou territórios da Banda Oriental ao Rio Grande, passando a nominar tal região como Província Cisplatina. A resistência a tal anexação resultou na Guerra Cisplatina (1825-28), que se findou com a assinatura do Tratado de Montevideú.

18 Cronologia da abolição nos países da Região Platina: Uruguai – em 1842, na capital, e em 1846, em todo o país; Argentina – 1853; Paraguai – 1869; Brasil – 1888.

19 Concedia liberdade a todo escravo que estivesse em embarcações do tráfico. Lei de 07 de novembro de 1831. Disponível em < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html> Acesso em 05 de abril de 2016.



Por sua vez, os conflitos armados na Região Platina em meados do século XIX, tanto internos (já que a partir de 1810 vários países entraram em fase de reivindicação e consolidação de suas emancipações) ou em relação aos países vizinhos, tiveram também a participação de escravos e libertos²⁰. Analisando a Guerra do Paraguai, Toral (1995, p.1) indica que

Soldados negros, ex-escravos ou não, lutaram em pelo menos três dos quatro exércitos dos países envolvidos. Os exércitos paraguaio, brasileiro e uruguaio tinham batalhões formados exclusivamente por negros. Como exemplos temos o Corpo dos Zuavos da Bahia e o batalhão uruguaio Florida. Escravos propriamente ditos, engajados como soldados, lutaram comprovadamente nos exércitos paraguaio e brasileiro.

Tais contingentes podiam ser arregimentados de forma espontânea ou compulsória, em defesa do país onde haviam sido cativos ou contra ele. A mais das vezes, como veremos, a luta era em causa própria.

Para cativos e libertos, a participação consensual se dava com vistas a uma possível ascensão social, quer pelo reconhecimento dos feitos, quer pela conquista de pequenas posses como resultado do butim. Para os cativos, entretanto, havia muito mais em jogo, já que a participação no conflito armado guardava a promessa da vida em liberdade. Eram alforriados por seus senhores para lutar, ou eram comprados pelo governo central e manumitidos para idêntico fim. A ânsia pela vida fora do cativeiro levava, por vezes, até mesmo à fuga, com engajamento em lutas “vizinhas”, mas que oferecessem o mesmo benefício. Aladrén (2008, p.2) informa que “desde o princípio dos conflitos na Banda Oriental, Artigas e seus aliados alistaram nas suas tropas negros e mulatos livres e libertaram escravos de espanhóis e de rio-grandenses”. O mesmo autor assevera (2008, p.4)

Mas os escravos e negros livres não lutaram apenas contra os portugueses durante as campanhas da década de 1810. O General Lecor, em maio de 1817, já no comando de Montevideu, promulgou um decreto prometendo a liberdade a todos os escravos engajados nas tropas artiguistas que se alistassem no exército luso-brasileiro. Com esse contingente e recrutando outros cativos através de compras e doações de senhores, formou dois batalhões de caçadores libertos, nomeados de 1º e 2º Batalhões de Libertos d'El Rey.

20 O alistamento de escravos e libertos é um fato largamente comprovado por meio das listas de recrutamento e outras fontes históricas. Ver mais em: SOUZA, Jorge Prata de. **Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Marrad and Adesa, 1996. CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Praças de frágeis destinos: serviços e sociabilidades dos “escravos libertos” da Revolução Farroupilha na corte imperial (séc. XIX). V Encontro Escravidão e liberdade no Brasil meridional.** Disponível em <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/carvalho%20daniela%20vallandro%20de.pdf>> Acesso em 11 de abril de 2016.



Contudo, nem todos os cativos puderam fazer uma opção. No Brasil, senhores de escravos desejosos de se desfazerem de seus cativos mais rebeldes ou menos valorizados, negociaram-nos com o governo, por meio de venda. Outros senhores simplesmente livraram a si mesmos e aos filhos de um recrutamento obrigatório, como ocorreu na Guerra do Paraguai, por exemplo, enviando escravos como substitutos. Em tal situação não era incomum o “escolhido” tentar fugir, resistindo à arbitrariedade. Como foi referido anteriormente, a maior luta era em causa própria. Basicamente, era em defesa da liberdade, fosse ela de fazer as próprias escolhas e/ou como condição de viver.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente aos elementos apresentados neste artigo entendemos ter sido possível fazer uma breve apresentação e análise quanto à presença e participação de cativos negros na Região Platina. Diante da resistência indígena e de forma concomitante à exploração da mão-de-obra dos nativos, foram eles sendo trazidos compulsoriamente e incorporados no trabalho minerador e agropecuário das colônias espanhola e portuguesa. Foram traficados, vendidos, doados, penhorados, disputados, especialmente numa região cujas fronteiras dinâmicas desconheciam, em muitos momentos, os limites geopolíticos arbitrariamente estabelecidos.

Agiram e reagiram às condições e imposições legais e sociais, mostrando resistência expressa não só na fuga, mas também ao usar a própria legislação dos nascentes países platinos em seu favor. No entanto, não conseguiram deter o processo de apagamento que se seguiu à conquista efetiva da condição de liberdade. Se, por um lado, as doenças e as guerras foram fatores significativos para a diminuição das populações negras na Região Platina, por outro lado a supressão das designações de cor em registros eclesiásticos e cartoriais levou a uma imprecisão quanto a este dado. O processo se completou na medida em que não houve novas levas de população negra chegando a esses países no século XIX e em boa parte do século XX, ao contrário dos imigrantes europeus brancos. Assim, para as gerações seguintes, “branqueou-se” a população, ao mesmo tempo em que se efetivou o chamado “sumiço negro”.

Entendemos que cada um dos aspectos elencados neste trabalho pode (e deve) ser aprofundados, principalmente as questões que se referem a adesão voluntária à guerra como caminho de liberdade e promoção social. Outro ponto sobre o qual nos parece haver carência de estudos refere-se aos movimentos do tráfico negreiro na fronteira seca da região, uma vez que os trabalhos disponíveis



sobre o tráfico detêm-se preferencialmente (provavelmente pela maior quantidade e disponibilidade de fontes) na utilização dos portos platinos.

Por fim, compreendemos ter sido possível evidenciar aspectos comuns às sociedades escravistas da Região Platina, como as atividades para as quais os cativos foram encaminhados e a força do tráfico para a manutenção do regime de escravidão (no período colonial e nas independências, até a concretização das abolições). Quanto às especificidades da região no que tange à escravidão negra, elas puderam ser demonstradas, entre outros aspectos, pela existência do que Tau Golin (2002, p.53), citando Ana Luiza Reckziegel em seu estudo sobre as regiões nas relações internacionais, nominou como “espaço interfronteiriço compartilhado”. Tal espaço, de fronteiras não tão marcadas (ou cujas “marcações” não correspondiam exatamente aos limites geopolíticos), paradoxalmente foi palco de fugas de cativos e de contestações às legislações de um ou de outro país. Em cada uma delas, o reforço à diferença.

REFERÊNCIAS

ACRUCHE, Hevelly Ferreira. **Escravidão e liberdade em territórios coloniais: Portugal e Espanha na fronteira platina**. Dissertação de Mestrado. UFF, 2013. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1701.pdf>> Acesso em 30 de março de 2016.

ALADRÉN, Gabriel. Experiências de liberdade em tempos de guerra: pretos e pardos nas Guerras Cisplatinas (1811-1828). **IX ANPUH-RS**, 2008. Disponível em <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212375234_ARQUIVO_trabalho-gabrielaladren.pdf> Acesso em 11 de abril de 2016.

ALADRÉN, Gabriel. Tráfico, guerra, contrabando e fuga de escravos na fronteira do Brasil com o Rio da Prata, c. 1790 – c. 1830. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – **ANPUH** • São Paulo, julho 2011. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308180411_ARQUIVO_SimposioAnpuh2011-GabrielAladren.pdf> Acesso em 30 de março de 2016.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. **Negócios na Madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2004.



CRESPI, Liliana. Comercio de escravos em el Rio da Plata durante el siglo XVII. In: **Rutas de la esclavitud en África y América Latina**. Rina Cáceres (org.). Universidad de Costa Rica, 2001. Disponível em < http://www.academia.edu/12784276/Rutas_de_la_esclavitud_en_Africa_y_America_Latina> Acesso em 30 de março de 2016.

FERNANDES, Valéria Dorneles. Escravização de pessoas livres na fronteira Brasil/Uruguai: Pelotas (1850 – 1866). Revista **História em Reflexão** vol. 3 n. 6 – UFGD - Dourados jul/dez 2009. Disponível em <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/471/339> Acesso em 09 de março de 2016.

FREITAS, Marcel de Almeida. O povo negro na bacia do Rio da Prata, no século XVIII: particularmente em Buenos Aires, Argentina, e no Uruguai. **VI Jornada Setecentista**. Curitiba/PR, 2005. Disponível em www.humanas.ufpr.br/.../O-povo-negro-na-bacia-do-rio-da-Prata-no-séc... Acesso em 28 de março de 2016.

GÁRGANO, Cecilia. El libre comercio de esclavos: prácticas y procedimientos aplicados em el Rio de la Plata (XVIII-XIX). Uma aproximación a la articulación entre distintas formas de trabajo. **XXI Jornadas de Historia Económica**, 2008. Disponível em < <http://xxijhe.fahce.unlp.edu.ar/programa/descargables/gargano.pdf>> Acesso em 30 de março de 2016.

GOLIN, Tau. **A fronteira** v1. Porto Alegre: L & PM, 2002.

GRINBERG, Keila. **Fronteiras, escravidão e liberdade no sul da América**. Cultura, 2011. Disponível em < <http://site.livrariacultura.com.br/imagem/capitulo/42161240.pdf>> Acesso em 30 de março de 2016.

HOORNAERT, Eduardo. A Igreja Católica no Brasil Colonial. In: **História da América Latina: América Latina Colonial I**. Leslie Bethell e Maria Clara Cescato (org.). São Paulo: EDUSP, 1997. Disponível em https://books.google.com.br/books/about/Hist%C3%B3ria_da_America_Latina.html?hl=pt-BR&id=_uaHTXI0IE0C Acesso em 29 de março de 2016.



REAL Cédula de 24 de novembro de 1791. Recopilación de las leyes de los reinos de las Indias. Quinta edição. Madri: Boix Editor, 1841. Disponível em https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=z16dNBmhB5oC&oi=fnd&pg=PA10&ots=cjkwLBCmct&sig=BuMntuqv7j9rz-C0UQslgyfSVic&redir_esc=y#v=onepage&q=Real%20cedula%201791&f=false Acesso em 25 de fevereiro de 2016.

SIRQUEIRA, Karoline Lima. **A escravidão negra no Rio da Prata**. Monografia, UNB – Universidade de Brasília, 2012. Disponível em <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3950/1/2012_KarolineLimaSirqueira.pdf> Acesso em 28 de março de 2016.

_____. **Estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro**. CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Argentina, 2008. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/AFRICAN/10tele.pdf>> Acesso em 29 de março de 2016.

TELESCA, Ignácio. Sítios de la memoria de la presencia africana esclavizada em el Paraguay hasta 1870. In: **Sitios de Memoria de “La Ruta del Esclavo” en Argentina, Paraguay y Uruguay**. UNESCO, 2009. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001906/190690s.pdf> Acesso em 29 de março de 2016.

TERRA, Paulo Cruz. Relações étnicas no setor de transporte: carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** n.3, 2009 p.27-40. Disponível em http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/revista_agcrj_pdf/revista_agcrj_3.pdf Acesso em 29 de março de 2016.

TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. **Estudos Avançados**, vol.9, no.24. São Paulo: May/Aug, 1995. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200015 Acesso em 12 de abril de 2016.

TRATADO de Madri, 13 de janeiro de 1750. Disponível em <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1608&sid=137> Acesso em 11 de abril de 2016.

VELA, Maria Elena. Encuentros intelectuales y epistémicos: los argentinos conocen y estudian África y a los afroargentinos. **Cuadernos de Historia**, Serie Ec. y Soc., N° 9, CIFYH-UNC, Córdoba 2007, pp. 199-211. Disponível em



<revistas.unc.edu.ar/index.php/.../article/.../10625> Acesso em 28 de março de 2016.

WAINER , Luis E. La Ciudad de Buenos Aires en los Censos de 1778 y 1810. **Población de Buenos Aires**, vol. 7, núm. 11, abril, 2010, pp. 75-85 Dirección General de Estadística y Censos Buenos Aires, Argentina. Disponível em <<http://www.redalyc.org/pdf/740/74012783008.pdf>> Acesso em 29 de março de 2016.

Recebido em 13/09/2016

Aprovado em 01/11/2016



PERFIL DA DEMANDA DE SAÚDE BUCAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

PROFILE OF ORAL HEALTH DEMAND IN THE UNIFIED HEALTH SYSTEM

Daniela Peres Cardozo*
Luana LasSchaab**
Marina Silva da Cunha***
Cássia Kely Favoretto Costa****

RESUMO

O objetivo deste trabalho é estimar a demanda por serviços odontológicos do Sistema Único de Saúde (SUS). A estimação da demanda faz-se necessária para auxiliar as ações de promoção, proteção e de recuperação da saúde bucal a serem desenvolvidas prioritariamente. Para tanto, utiliza-se algumas variáveis consideradas de extrema importância. As variáveis independentes utilizadas são idade, sexo, situação censitária, nível educacional e as macrorregiões brasileiras, além disso, foi construída uma *proxy* para a variável renda. Com base nos dados obtidos na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), aplicou-se o modelo econométrico *probit* para a estimação dos fatores que influenciam na utilização dos serviços bucais do SUS. Os principais resultados encontrados mostram que as variáveis renda e educação são altamente significativas para a determinação da demanda. A variável idade 1 (0 a 14 anos) e idade 3 (maiores de 60 anos), apesar de a primeira não ser estatisticamente significativa, apresentaram uma relação negativa com relação a idade2 (de 15 a 59 anos). Por fim, dentre as regiões brasileiras, observou-se uma correlação positiva para todas, tendo como base a região Sudeste.

Palavras-chave: economia da saúde; serviços odontológicos; modelo *probit*.

ABSTRACT

The objective of this study is to estimate the demand for dental services of the Unified Health System (SUS). The estimation of demand is needed to assist the promotion, protection and recovery of oral health to be developed first. For that, it uses some variables considered of utmost importance. The independent variables are age, sex, census status, education in the Brazilians regions, also a proxy was built for income variable. Based on data available at the database of the National Health Survey (PNS), applied the probit econometric model to estimate the factors that influence the use of oral SUS services. The main results show that the variables income and education are highly significant for determining demand. The age variable 1 (0-14 years) and age 3 (above 60 years), although the first was not statistically significant, showed a negative relationship with respect to age 2 (15-59 years). Finally, among the regions of Brazil, a positive correlation was observed for all, based on the Southeast.

Keywords: health economics; dental services; probit model.

* Mestranda em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: daniyellaperes@hotmail.com.

** Mestranda em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: lua_88@hotmail.com.

*** Doutora em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. Professora da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: mscunha@uem.br

**** Doutora em Economia pela UFRGS. Professora da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: ckfcosta@uem.br



1 INTRODUÇÃO

A demanda por um bem ou serviço pode ser definida como a quantidade do bem ou do serviço que as pessoas desejam consumir, de acordo com suas preferências, em um determinado período de tempo, dadas as restrições orçamentárias. Para a área de serviço da saúde, segundo Arrow (1963), a demanda é caracterizada por ser irregular e imprevisível, onde o indivíduo não pode prever suas necessidades médicas. Além disso, a preferência dos indivíduos, nesse caso, é secundária, dado que suas necessidades, disponibilidade e preço do serviço são mais relevantes na determinação da demanda.

Segundo Grossman (1972), a saúde pode ser vista como um capital durável, o autor ressalta a importância do estado de saúde dos indivíduos, dado seus impactos na economia, mostrando que a saúde afeta a capacidade produtiva dos mesmos, um estado de saúde precário limita o tempo disponível para lazer e trabalho.

No Brasil o sistema de saúde é caracterizado pela atuação dos setores privado e público, no qual o primeiro caracteriza-se pelos planos e/ou seguros de saúde, enquanto o segundo, é caracterizado pela assistência governamental, garantidos pela constituição de 1988. A saúde bucal é integrante do contexto de saúde.

Segundo Pereira (2010), a saúde bucal constitui um fator de grande interferência na qualidade de vida dos indivíduos. Em seu trabalho, o autor apresenta que a percepção da saúde bucal pelas pessoas se dá no âmbito físico, social e psicológico, sendo que a capacidade de se alimentar e a ocorrência de dor e desconforto costumam ser considerados aspectos positivos e negativos na qualidade de vida, também considera aspectos de autoestima, autoconfiança e ainda relacionado à busca por vaga de emprego.

Apesar da grande importância da saúde bucal na qualidade de vida da população, Rocha (2006) ressalta que uma parcela da população não tem acesso às ações e aos serviços odontológicos. Tal fato, segundo Roncalli (2000), se assemelha ao acesso a saúde de uma forma geral, refletindo a situação econômica do país como um todo, que é caracterizado por grandes desigualdades sociais, no qual uma parcela da população não consegue ter condições financeiras para ter acesso aos serviços particulares de saúde, dependendo somente da assistência governamental.

Nesse contexto, a área odontológica cada dia mais desponta como uma preocupação, tanto no enfoque da promoção e prevenção, quanto assistencial. Conforme Kusma *et al.* (2012) a promoção da saúde, além de ser uma das ações estratégicas da vigilância em saúde, é um dos eixos centrais estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Nessa linha de promoção de saúde com equidade, tentando reduzir as desigualdades de acesso aos serviços de saúde, em todos os aspectos, o governo brasileiro vem implementando diversos programas e metas, inclusive para os serviços bucais.

Especificamente, na área odontológica no ano de 2003, com o objetivo de garantir ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal da população brasileira, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB)



com o Programa Brasil sorridente. O programa tem como meta principal, a reorganização da prática e a qualificação das ações e serviços em saúde bucal.

Conforme ressalta Kusma *et al.* (2012), com a implementação da PNSB, demanda-se o aprimoramento e investimento em estratégias avaliativas que auxiliem os gestores nas tomadas de decisões para melhor alocação os recursos disponíveis para os serviços odontológicos.

Portanto, para melhor definir as ações de promoção, proteção e de recuperação da saúde bucal a serem desenvolvidas prioritariamente, é extremamente necessário conhecer as características do perfil epidemiológicos da população, desde levantamento de dados com as principais doenças de maior incidência, como também, as condições socioeconômicas da comunidade, seus hábitos e estilos de vida (PNSB, 2004).

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo estudar os determinantes da demanda por saúde bucal no SUS. Para tanto, parte-se do pressuposto de que algumas variáveis são importantes, tais como: renda do indivíduo, nível educacional, sexo, situação censitária e localização regional.

De acordo com Travassos (1997), o nível educacional e, no caso de crianças, o nível educacional da mãe são fatores reconhecidamente associados à saúde, essa variável correlaciona-se positivamente com a demanda por saúde. Zucchi *et al* (2000) acrescenta que os indivíduos com nível de instrução maior tendem a ter um melhor conhecimento dos sintomas bem como do risco da gravidade das doenças.

Para a variável renda, a correlação é similar, os indivíduos com menor poder aquisitivo têm menor probabilidade de demandar serviços de saúde com relação aos mais ricos (TRAVASSOS *et al*, 2000), em geral, os indivíduos de baixa renda demandam apenas serviços do SUS enquanto os de alta renda, em sua maioria, possuem plano de saúde.

Para a variável sexo, diversos autores, tais como Zucchi *et al* (2000) e Kassouf (2005) afirmam que, normalmente, as mulheres procuraram mais por serviços de saúde do que os homens.

Zucchi *et al* (2000), também ressalta a importância de se analisar a situação censitária da população na demanda por saúde, já que se sabe que a população urbana consome mais que a população rural, até mesmo pela facilidade do acesso.

Dessa forma, para o desenvolvimento do presente artigo, far-se-á uso dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), aplicando-se o modelo econométrico *probit*.

2 METODOLOGIA

O estudo desenvolve-se a partir de modelo econométrico e utilizando-se da base de dados disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.1 Dados

Os dados utilizados no presente artigo foram obtidos por meio da website do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional



de Saúde (PNS) de 2013 em sua versão datada de 12 de maio de 2016. De acordo com a PNS, a pesquisa abrange domicílios particulares no Brasil, exceto setores especiais como hospitais, orfanatos, penitenciários e etc. A amostra é composta por 205.546 indivíduos residentes nas 27 Unidades da Federação.

O plano amostral empregado pela PNS foi amostragem conglomerada em três estágios, com estratificação das unidades primárias de amostragem. O primeiro estágio é composto pelos setores censitários, os domicílios formam o segundo estágio enquanto que os moradores com 18 anos ou mais de idade definem o último estágio.

2.2 Variáveis do modelo

Conforme Rocha (2006) o acesso à saúde envolve diversos aspectos, de ordem socioeconômica e cultural, dessa forma, segundo o autor, o acesso à saúde está relacionado com as condições de vida, poder aquisitivo e educação, bem como os aspectos intersetoriais ligados à própria estrutura política e assistencialista de cada país e/ou região.

Tabela1: Descrição das Variáveis Explicativas

Variáveis explicativas	Informações requeridas no questionário	Descrição
Idade	Idade (C008)	Utilizou-se três binárias para faixas etárias. Idade 1: de 0 a 14 anos Idade 2: de 15a 59 anos Idade 3: 60 anos ou mais
Sexo	Sexo (C006)	Mulher ou homem
Renda ²	Televisão a cores (A01801) Geladeira (A01803) Máquina de lavar roupa (A01807) Telefone celular (A01811) Micro-ondas (A01813) Computador (A01815)	Utilizou-se quatro binárias <i>proxies</i> para renda Renda 0: contém 0-3 dos itens no domicílio Renda 4: contém 4 dos itens no domicílio Renda 5: contém 5 dos itens no domicílio Renda 6: contém 6 dos itens no domicílio
Nível educacional ¹	Curso que frequenta (d003) Concluiu este curso que frequentou anteriormente (d014) Curso mais elevado que frequentou anteriormente (d009)	Educação 0: Sem instrução e fundamental incompleto Educação 1: Fundamental completo e médio incompleto Educação 2: Médio completo Educação 3: Superior incompleto Educação 4: Superior Completo
Sit. Censitária	(V0026)	Rural ou Urbano
Região	Unidade da Federação (V001)	Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste

Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados da PNS (2013).

¹ Para observações que declararam ter frequentado algum curso, porém não havia informação sobre sua conclusão, foi considerado que estes indivíduos não concluíram o respectivo curso que frequentaram.

² Cada item listado assumi valor 1 caso o indivíduo possua o bem, e 0 caso contrário.

Travassos & Martins (2004) ressalta, que em linhas gerais, os determinantes da utilização dos serviços de saúde estão relacionados à necessidade de saúde



(grau e gravidade da doença); aos usuários (características demográficas, sócio-econômicas e culturais); aos prestadores de serviços (características demográficas); à organização (incluindo as características da oferta, como disponibilidade de médicos, hospitais entre outros) e à política (tipo de sistema de saúde, quantidade).

Dessa forma, no presente trabalho considerar-se-à os seguintes fatores idade, sexo, renda¹, nível educacional, situação censitária do domicílio e macrorregião geográfica de residência a fim de analisar se estes influenciam a probabilidade de um indivíduo buscar serviços odontológico no setor público. A tabela 1 apresenta as variáveis, assim como a descrição de como foram construídas estas variáveis a partir da PNS.

2.3 Análise descritiva da população da PNS

A tabela 2 apresenta as quantidades e proporções de indivíduos, na população da PNS, conforme as variáveis independentes selecionadas para o modelo. Pode-se observar que, 51,72% dos indivíduos são mulheres. As mulheres procuram, em geral, mais assistência à saúde do que homens.

Tabela 2: Quantidade de indivíduos e percentual por características

	Quantidade de indivíduos	Proporção (em %)
Sexo		
Mulher	106.310	51,72
Homem	99.236	48,28
Área do domicílio		
Rural	38.966	18,95
Urbana	166.580	81,05
Faixas de idade		
De 0 a 14 anos	48.400	23,55
De 15 a 59 anos	133.331	64,87
Maiores de 60 anos	23.815	11,58
Faixas de instrução		
Sem instrução ou fundamental incompleto	108.179	52,65
Fundamental completo e médio incompleto	29.817	14,51
Médio completo	38.005	18,51
Superior incompleto	12.341	6,00
Superior completo	17.108	8,33
Faixas de renda		
Renda 0 (0 a 3 categorias de bens)	67.251	32,72
Renda 4 (4 categorias de bens)	40.908	19,90
Renda 5 (5 categorias de bens)	40.229	19,58
Renda 6 (6 categorias de bens)	57.158	27,80
Observações	205.546	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNS (2013).

A maior parte dos indivíduos residem na zona urbana, representando 81,05% da população. Dentro das observações por faixa etária, 23,55% dos indivíduos são crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, 64,87% são jovens ou adultos de 15 a 59 anos, e 11,58% são idosos com 60 anos ou mais.

1

No presente trabalho utilizou-se uma proxy para renda dado que na versão datada de 12 de maio de 2016 da base de dados da PNS não havia a renda dos indivíduos. Os itens considerado na composição da proxy, de modo geral, reflete a condição sócio-econômica dos indivíduos.



Em relação ao tipo de instrução formal que o indivíduo frequentou ou frequenta, 52,65% dos indivíduos não possuem instrução ou possuem ensino fundamental incompleto. Os indivíduos que possuem ensino fundamental completo e médio incompleto representam 14,51% da população, os que possuem ensino médio completo 18,51% da população, superior incompleto representando apenas 6%, e superior completo 8,33%.

Do total da população por faixa de renda, considera-se a renda a partir da quantidade de categorias de bens que possui no domicílio, podendo ser computador, geladeira, celular, televisores, micro-ondas e máquina de lavar, onde renda zero representa a faixa de renda mais baixa, e renda seis a faixa de renda mais alta 32,72% da população apresenta renda, e 27,80% renda alta, de acordo com o critério efetuado.

Do total de indivíduos que procuraram atendimento relacionado a saúde nas últimas duas semanas foram contabilizadas 28.694 pessoas, desses indivíduos 9.926 procuram atendimento privado contra 18.768 indivíduos procuraram atendimento público. A tabela 3 apresenta estas e outras estatísticas referentes à saúde bucal.

Tabela 3: atendimentos de saúde e saúde bucal¹

	Quantidade de indivíduos	Proporção (em %)
Procurou atendimento de saúde	28.694	100
Público	18.768	65,41
Privado	9.926	34,59
Procurou atendimento de saúde bucal	1.100	3,84*
Público	496	45,09
Privado	604	54,91

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNS 2013.

¹ São consideradas pessoas que buscaram atendimento médico em até duas semanas antes da pesquisa. São considerados, para diferenciar atendimento público e privado qual era a categoria administrativa que o indivíduo procurou na primeira vez que buscou atendimento.

* Percentual correspondente à procura por atendimento de saúde bucal com relação atendimento de saúde.

Dos indivíduos que procuraram atendimento relacionado a saúde bucal, tem-se 604 observações que buscaram atendimento privado e para 496 para atendimento público. Assim, a amostra de pessoas que buscaram atendimento para saúde bucal é de 1.100 indivíduos. Deste modo, 45,09% da amostra para atenção à saúde bucal buscou o Atendimento Único de Saúde - SUS.

2.4 Modelo

Na literatura há diversos modelos em que o regressando é de natureza qualitativa. Dentre os modelos econométricos com essas características os mais utilizados são os modelos *logit* e *probit*, o primeiro usa a função de distribuição logística enquanto o segundo faz uso da função de distribuição da normal padronizada.

De acordo com Cameron e Trivedi (2009), dado que o número de parâmetros são os mesmos, para escolher qual modelo optar (*logit* ou *probit*), podem-se estimar os dois modelos e definir o uso pelo qual possui maior valor da função de



verossimilhança. A tabela 4 apresenta um quadro comparativo entre o modelo *logit* e *probit*, utilizando as variáveis de interesse.

Tabela 4: Estimação dos modelos *Logit*, *logit* robusto, *probit* e *probit* robusto

Variáveis	blogit	Blogitr	bprobit	Bprobitr
Idade1	-0,063 0,219	-0,063 0,221	-0,027 0,130	-0,027 0,131
Idade3	-0,607 0,278	-0,607 0,311	-0,317 0,157	-0,317 0,174
Sexo	-0,204 0,146	-0,204 0,146	-0,121 0,086	-0,121 0,086
Renda0	1,926 0,224	1,926 0,219	1,172 0,133	1,172 0,130
Renda4	1,167 0,225	1,167 0,219	0,709 0,135	0,710 0,132
Renda5	0,805 0,199	0,805 0,198	0,489 0,118	0,489 0,117
Urbano	-0,429 0,199	-0,429 0,204	-0,268 0,117	-0,268 0,121
Educação1	-0,454 0,227	-0,454 0,228	-0,265 0,137	-0,265 0,136
Educação2	-1,111 0,220	-1,111 0,228	-0,659 0,131	-0,659 0,134
Educação3	-0,886 0,272	-0,886 0,270	-0,530 0,163	-0,530 0,161
Educação4	-1,786 0,320	-1,786 0,329	-1,041 0,177	-1,041 0,180
Norte	0,421 0,232	0,421 0,223	0,249 0,139	0,249 0,134
Nordeste	0,299 0,203	0,299 0,200	0,168 0,121	0,168 0,119
Centro oeste	0,161 0,273	0,161 0,275	0,076 0,161	0,076 0,160
Sul	0,556 0,232	0,556 0,246	0,342 0,136	0,342 0,142

legend: b/se

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNS (2013).

Conforme o resultado apresentado na tabela acima, no presente artigo, seguindo a forma de escolha apresentada por Cameron e Trivedi (2009), opta-se pelo uso do modelo *probit*, estimado através do programa Stata, versão 13.



2.4.1 Probit

Segundo Gujarati (2006) o modelo *probit* para y poder ser derivado de um índice de utilidade observável, I_i , também conhecido como variável latente, que é determinado por uma ou mais variáveis explanatórias. Tem-se:

$$I_i = \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_k X_{ki}$$

ou

$$I_i = X_i \beta$$

em que X_{ji} são as variáveis explicativas para o i -ésimo indivíduo, X_i é o vetor linha com as respectivas variáveis e β o respectivo vetor coluna de parâmetros.

Dada a premissa de normalidade, a probabilidade de que $I_i^{\hat{}}$ seja menor ou igual a I_i pode ser calculada a partir da função de distribuição (acumulada) da normal padronizada como:

$$P_i = P(Y=1 \vee X) = P(I_i^{\hat{}} \leq I_i) = P(Z_i \leq \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_k X_{ki}) = F(X_i \beta)$$

onde $P(Y=1 \vee X)$ é a probabilidade de que um evento ocorra dado um vetor de variáveis ($X_i^{\hat{}}$ e Z_i é a variável normal padronizada).

No presente artigo, a variável latente é a procura de serviços odontológicos no setor público e as variáveis explanatórias são: renda do indivíduo, nível educacional, sexo, situação censitária e localização regional.

3 RESULTADOS

Nas subseções seguintes, são apresentados: a análise descritiva da amostra, ou seja, a caracterização apenas da população que buscou atendimento odontológico pelo SUS, e são mostrados os resultados da estimativa do modelo *probit*.

3.1 Análise descritiva da amostra

A tabela 5 apresenta as quantidades e proporções de indivíduos, na amostra do artigo, conforme as variáveis independentes selecionadas para o modelo. Pode-se observar que 58,87% dos indivíduos são homens.



Tabela 5: Quantidade de indivíduos e percentual por característica amostral

	Quantidade de indivíduos	Proporção (em %)
Sexo		
Mulher	204	41,13
Homem	292	58,87
Área do domicílio		
Rural	134	27,01
Urbana	362	72,99
Faixas de idade		
De 0 a 14 anos	129	26,00
De 15 a 59 anos	334	67,34
Maiores de 60 anos	33	6,66
Faixas de instrução		
Sem instrução ou fundamental incompleto	296	59,68
Fundamental completo e médio incompleto	81	16,32
Médio completo	67	13,50
Superior incompleto	36	7,25
Superior completo	16	3,25
Faixas de renda		
Renda 0 (0 a 3 categorias de bens)	227	45,77
Renda 4 (4 categorias de bens)	94	18,96
Renda 5 (5 categorias de bens)	105	21,17
Renda 6 (6 categorias de bens)	70	14,10
Macrorregiões		
Norte	111	22,38
Nordeste	192	38,71
Centro oeste	44	8,87
Sul	71	14,31
Sudeste	78	15,73
Observações	496	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNS (2013).

A maioria dos indivíduos que buscaram serviços odontológicos pelo SUS nas últimas duas semanas antecedentes à pesquisa da PNS, residem na área urbana, representando 72,99% da amostra. Dentre as faixas de idade analisadas, observa-se que as crianças entre 0 e 14 anos representam 26% da amostra, enquanto que os indivíduos de 15 a 59, representam a maior parcela dentre as faixas etárias em análise, contabilizando 67,34%, e os idosos, indivíduos maiores de 60 anos, representam apenas 6,66%.

Em relação as faixas de instrução dos indivíduos da amostra, os que não possuem instrução ou tem apenas o fundamental incompleto, representam 59,68% da amostra enquanto que apenas 16 indivíduos estão na faixa de superior completo, representando apenas 3,25% da amostra.

Das faixas de renda analisadas, a renda mais baixa (renda zero) representa 45,77% da amostra enquanto a faixa mais alta, representa 14,10%. Dentre as macrorregiões brasileiras, a região Nordeste e Norte são as mais representativas da amostra, contabilizando 38,71% e 22,38%, respectivamente.

3.2 Resultados da estimação do modelo

Os resultados da estimação apresentam algumas relações esperadas, por exemplo, quanto a variável renda, na faixa de renda mais elevada, menor é a probabilidade do indivíduo procurar os serviços odontológicos no setor público se



comparado com a faixa de renda base, no caso a renda 3. A tabela 6 apresenta todos os resultados da estimação bem como as respectivas significâncias.

Tabela 6: Resultados da estimação por modelo *probit*

Público	Constante	Std.Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
Idade 1	-0,0269528	0,1464328	-0,18	0,854	-0,314764	0,2608583
Idade3	-0,3167666	0,1732649	-1,83	0,068*	-0,6573159	0,0237827
Sexo	-0,1213912	0,0841088	-1,44	0,150	-0,2867056	0,0439232
Renda0	1,171921	0,1485354	7,89	0,000*	0,8799767	1,463864
Renda4	0,7092571	0,1510573	4,70	0,000*	0,4123566	1,006158
Renda5	0,4891054	0,1387212	3,53	0,000*	0,2164513	0,7617595
Urbano	-0,2676249	0,1502386	-1,78	0,076**	-0,5629163	0,0276665
Educação1	-0,2648642	0,1419704	-1,87	0,063**	-0,5439047	0,0141762
Educação2	-0,6585898	0,1386273	-4,75	0,000*	-0,9310594	-0,3861203
Educação3	-0,5303555	0,1729982	-3,07	0,002*	-0,8703806	-0,1903305
Educação4	-1,040964	0,1877216	-5,55	0,000*	-1,409927	-0,6720002
Norte	0,2487533	0,1489368	1,67	0,096*	-0,0439795	0,5414861
Nordeste	0,1676582	0,1362566	1,23	0,219	-0,1001519	0,4354682
Centro oeste	0,0758771	0,2147102	0,35	0,724	-0,3461322	0,4978863
Sul	0,341896	0,1660522	2,06	0,040*	0,0155231	0,6682688
Constante	-0,2167877	0,2087849	-1,04	0,300	-0,627151	0,1935755

Estimação por modelo *probit*.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNS (2013), utilizando-se o programa stata versão 13.

* Significativo ao nível de 5%.

** Significativo ao nível de 10%.

Conforme apresentado acima, a maioria das variáveis são significativas ao nível de 5%. Supondo que todos os regressores estejam fixos, exceto idade 3, observa-se que um aumento da idade dos indivíduos implica negativamente no regressando se comparado com a idade 2. O resultado indica que o indivíduo da zona urbana se consultam menos se comparado com o da zona rural.

Para variável educação, todos tipos, previamente definidos, de educação impactam negativamente na demanda por consultas odontológicas no SUS, ou seja, dado um aumento no nível de educação, tudo o mais constante, implica na diminuição do regressando.



Na análise regional, tem-se que a região Sul e a região Norte com relação a região Sudeste, tem maior impacto na determinação da demanda pelos serviços públicos odontológicos.

Por fim, a variável renda apresenta demanda maior para os indivíduos de menor poder aquisitivo, a variável idade apresenta maior demanda para idades a baixo de 60 anos, a variável censitária apresenta maior incidência da demanda para zona rural, para variável educação, observa-se que quanto maior a escolaridade menor a demanda, e regionalmente o Sul e Norte possuem maior demanda.

4 DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo demonstram os principais determinantes da demanda de serviços odontológicos no SUS, todas as variáveis independentes utilizadas no modelo convergem com as principais variáveis empregadas na literatura nacional e internacional que estudam os fatores na demanda de área da saúde.

Embora a variável idade, em todas as faixas estabelecidas no presente artigo, não tenha sido estatisticamente significativa, ao nível de significância de 10%, na literatura a idade é um fator de grande relevância, conforme demonstrado no trabalho de Pereira (2010), não importa a faixa etária, os problemas bucais acarretam consequências negativas na autoestima e autoconfiança do indivíduo, e consequentemente na qualidade de vida de um modo geral. Ainda segundo o autor, a distinção das faixas etárias é de extrema importância, dado as particularidades de cada fase de desenvolvimento físico e emocional em cada etapa da vida.

Em relação a variável macrorregional, é comum, quando se pensa em qualidade de vida, considera-se não apenas a saúde física, mas também todas as implicações do contexto social e cultural em que os indivíduos estão inseridos, de acordo com Pereira (2010), comunidades com grande desigualdade apresentam mais problemas de saúde bucal, independentemente da sua riqueza como um todo.

A variável faixa de renda, juntamente com o nível educacional, são as duas variáveis mais utilizadas quando se trata de estudos sobre desigualdades de acesso aos serviços de saúde e /ou determinantes de acesso. Conforme Lacerda (2005), a variável nível de educação, é de suma importância, dado que os indivíduos com nível educacional maior, em geral, têm estilos de vida e comportamentos mais ou menos saudáveis. Grossman (1972) em seu trabalho mostra que há uma relação positiva entre a saúde e a educação.

Quanto a variável renda, em geral, quanto maior a renda, maior a probabilidade de o indivíduo possuir planos de saúde, por outro lado, os indivíduos de baixa renda são os que mais procuram os serviços públicos. Conforme verificado nos resultados da estimação do modelo apresentado no presente artigo, os indivíduos de baixa renda são os que mais procuram serviços odontológicos pelo SUS.

De modo geral, o presente trabalho está em consonância com estudo da Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercados (ABIPEME), apresentado no trabalho de Pereira (2010), o qual se utilizou a análise multivariada confirmando que quanto mais pobre a classe na qual o indivíduo está inserido, maior a utilização do sistema público. Na análise bivariada não foram encontradas



diferenças entre sexo, idade dentre outros. Já a regressão logística confirmou o maior uso do sistema público pela população com menor nível de escolaridade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os determinantes da demanda por saúde bucal pelo SUS é uma base de apoio de extrema relevância para melhor alocação dos recursos. Através da caracterização da demanda, os gestores podem tomar suas decisões direcionando ao perfil dos usuários. Além disso, por meio desse estudo, é possível fazer uma correlação das principais doenças bucais incidentes na população, de acordo com cada faixa etária, renda e outros fatores socioeconômicos.

Por fim, é importante ressaltar, que dado a forma estratificada da coleta de dados da PNS, não foi possível utilizar o modelo econométrico com desenho amostral.

REFERÊNCIAS

ARROW, K. **Uncertainty and the welfare economics of medical care.** American Economic Review, v. 53 n. 5, p. 941-973, 1963.

BRASIL. Portal da Saúde - SUS. **Passo a passo das ações do Brasil sorridente.** 2013. Disponível em:
<http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/passo_a_passo_ceo.pdf>. Último acesso: 17 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Bucal.** 2008. Disponível em:
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal.pdf>. Último acesso: 17 jul. 2016

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes da política nacional de saúde bucal.** 2004. Disponível em:
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_brasil_sorridente.pdf>. Último acesso: 17 jul. 2016.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Microeconometrics using stata.** College Station, TX: Statapress, 2009.

GROSSMAN, Michael. **On the concept of health and the demand for health.** Journal of Political Economy, v.80, n.2, p.223-255 Mar./Apr. 1972.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.



IBGE. Página eletrônica. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013/default_microdados.shtm>. Último acesso em: 15 jun. 2016.

KASSOUF, A. L., 2005. **Acesso aos serviços de saúde nas áreas urbana e rural do Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 43 n.1, pg. 29-44.

KUSMA, S. Z., Moysés, S. T., & Moysés, S. J. (2012). **Promoção da saúde: perspectivas avaliativas para a saúde bucal na atenção primária em saúde**. Health promotion: perspectives for evaluation of oral health in primary healthcare. Cad Saúde Pública, 28, 9-19.

LACERDA, Josimari Telino de. **Impacto da saúde bucal na qualidade de vida**. 2005. 168 f. Trabalho de conclusão de Curso [Doutorado em medicina] - Universidade de São Paulo. São Paulo. USP. 2005.

PEREIRA, A. L. **Influência da condição de saúde bucal na qualidade de vida dos indivíduos**. 2010. 77f. Trabalho de conclusão de Curso [Especialização em Odontologia] - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo horizonte: UFMG. 2010. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0986.pdf>>

ROCHA, Renata de Andrade C. P. **Determinantes de acesso aos serviços de saúde bucal em Campina Grande**. 164 f. 2006. Trabalho de conclusão de curso [Mestrado em odontologia]. Universidade de Pernambuco. 2006.

RONCALI, Angelo Giuseppe. **A organização da demanda em serviços públicos de saúde bucal: universalidade, equidade e integridade em saúde bucal coletiva**. 2010. 238f. Trabalho de conclusão de Curso [Doutorado em Odontologia] - Universidade Estadual Paulista. Araçatuba: UNESP. 2010.

TRAVASSOS, C. M. D. R. 1997. **Equidade e o Sistema Único de Saúde: uma contribuição para debate**. Cadernos de Saúde Pública, v.2, n.13. pg. 325-330.

TRAVASSOS, C., VIACAVA, C. Fernandes e C. Almeida. 2000. **Desigualdades Geográficas e Sociais na Utilização de Saúde no Brasil**. Ciências e Saúde Coletiva, v.5, n.1. pg. 133-149.

TRAVASSOS, C.; MARTINS, M. **Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.20, Sup 2, p.190-198, 2004.

ZUCCHI, P., Del Nero, C. e Malik, A. M., 2000. **Gastos em saúde: os fatores que agem na demanda e na oferta dos serviços**. Saúde e Sociedade, v. 9, n. 1-2, pg. 127-150.

*Recebido em 20/10/2016
Aprovado em 07/12/2016*



ANEXO

Tabela 7: Correlação entre as variáveis

	Público	Idade1	Idade3	Sexo	Renda0	Renda4	Renda5	Urbano	Educação1	Educação2	Educação3	Educação4
Público	1											
Idade 1	0,1547	1										
Idade3	-0,0718	-0,1528	1									
Sexo	0,0007	0,0838	0,0112	1								
Renda0	0,3674	0,0846	-0,0291	0,0623	1							
Renda4	0,0682	0,0294	0,0012	-0,0208	0,2715	1						
Renda5	-0,0394	-0,0096	-0,0193	-0,0174	-0,3378	-0,2401	1					
Urbano	-0,2336	-0,0511	-0,0006	-0,0583	-0,3146	0,0179	0,0326	1				
Educação1	0,0483	-0,1746	-0,0741	-0,0123	0,0235	0,0089	0,0456	-0,0515	1			
Educação2	-0,1434	-0,2429	-0,0114	-0,0073	-0,0778	0,0293	-0,0116	0,1125	-0,2044	1		
Educação3	-0,1061	-0,171	-0,0685	-0,1204	-0,1445	-0,0667	0,0166	0,075	-0,1438	-0,174	1	
Educação4	-0,255	-0,1851	0,055	-0,0262	-0,2095	-0,0919	0,0017	0,1585	-0,1557	-0,1883	-0,1325	1
Norte	0,1033	0,155	-0,105	0,0031	0,1126	0,1218	-0,0424	-0,005	-0,0311	0,0104	-0,0197	-0,0703
Nordeste	0,1248	0,0127	-0,0521	0,0045	0,2387	0,0029	-0,0307	-0,091	0,0259	-0,0651	-0,0045	-0,0795
Centro oeste	-0,0315	-0,0232	-0,0396	-0,0358	-0,0281	-0,0218	0,0501	0,0469	-0,0065	-0,0351	0,0694	0,0305
Sul	-0,033	-0,0517	0,0674	-0,0136	-0,1821	-0,0736	0,0561	-0,0152	0,0366	-0,0005	0,018	-0,0044

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNS 2013, utilizando-se o programa Stata, versão 13.



Tabela 8: Teste de Heterocedasticidade

Público	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% conf. Intervalo]	
Idade 1	-0,25519	0,1925	-0,13	0,895	-0,40281	-0,351775
Idade3	-0,50847	0,296523	-1,71	0,086	-1,08964	0,0727077
Sexo	-0,17845	0,140445	-1,27	0,204	-0,45372	0,0968175
Renda 0	1,85055	0,749014	2,47	0,013	0,38251	3,318592
Renda 4	1,29336	0,675554	1,91	0,056	-0,03073	2,617397
Renda 5	0,943945	0,544253	1,73	0,083	-0,12277	2,010661
Urbano	-0,35501	0,182686	-1,94	0,052	-0,71307	0,0030448
Educação 1	-0,33132	0,209594	-1,58	0,114	-0,74211	0,079481
Educação 2	-0,98726	0,364781	-2,71	0,007	-1,70221	-0,272299
Educação 3	-0,77008	0,334903	-2,3	0,021	-1,42648	-0,113685
Educação 4	-1,63758	0,653953	-2,5	0,012	-2,91931	-0,355857
Norte	0,41613	0,266237	1,56	0,118	-0,10568	0,9379443
Nordeste	0,290444	0,220624	1,32	0,188	-0,14197	0,7228588
Centro oeste	0,121001	0,251384	0,48	0,63	-0,3717	0,6137035
Sul	0,545003	0,297378	1,83	0,067	-0,03785	1,127854
Constante	-0,63459	0,575559	-1,1	0,27	-1,76266	0,4934899

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNS 2013, utilizando-se o programa Stata, versão 13.



DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* NO PARANÁ DE 2004 A 2013*

DISTRIBUTION OF HOUSEHOLD INCOME *PER CAPITA* IN PARANA AT 2004 - 2013

Eduardo de Pintor**
Flávio Braga de Almeida Gabriel***
Mônica Rafaeli Barbosa****
Draine Fernanda Dalposso*****

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo principal avaliar o comportamento da distribuição da renda domiciliar *per capita* (RDPC) no Paraná de 2004 a 2013. Para atingir os objetivos utilizou-se, como metodologia, o cálculo dos índices de Gini, Mehran e Piesch e a decomposição do Índice de Gini considerando as parcelas da renda para o Paraná, Região Sul e Brasil. Como resultado, pôde-se observar que houve uma retração dos três índices. Contudo, a retração da desigualdade de renda foi maior para a Região Sul e para o Paraná do que para o Brasil. Constatou-se também que houve significativo aumento (5,06%), na representatividade da parcela da RDPC referente aos empregados do setor privado, bem como uma expressiva queda na concentração de renda da parcela da RDPC outros rendimentos (-0,67), sendo esta parcela onde se enquadra o programa Bolsa Família. Assim estes foram os principais fatores para a redução da concentração na RDPC.

Palavras-chave: Distribuição de renda; índices de desigualdade; Paraná.

ABSTRACT

This study aimed to evaluate the behavior of the distribution of household income *per capita* (HIPC) in Parana: 2004 - 2013. To achieve the goals was used as a methodology, the calculation of the Gini index, Mehran and Piesch and the decomposition of the Gini Index considering the income portions for Parana, Southern Region and Brazil. As a result, it can be seen that there has been shrinkage of the three index. However, the reduction in income inequality was greater for the Southern Region and Parana than for Brazil. It was also observed that there was a significant increase (5.06%) in the representativeness of the portion of the HIPC relative to the private sector employees, as well as a significant decrease in the concentration of income.

Keywords: income distribution; inequality index; Parana.

* Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa apoiado pela Fundação Parque Tecnológico Itaipu – FPTI.

** Economista da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na Universidade Estadual Oeste do Paraná. E-mail: eduardo.pintor@unila.edu.br

*** Professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutor em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo. E-mail: fbagabriel@gmail.com

**** Acadêmica do curso de economia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: monica_rafaeli@hotmail.com

***** Acadêmica do curso de economia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: draine.dalposso@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

As pesquisas no Paraná, relacionadas à distribuição de renda são relativamente poucas, se adotada a perspectiva de que um dos problemas econômicos fundamentais no Brasil é a concentração de renda. A partir disso, este estudo propõe expandir a literatura sobre desigualdade de renda para o Estado do Paraná. Para tanto, utilizar-se-á os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a fim de melhor compreender o comportamento da desigualdade de renda no Paraná.

A partir de 2001, segundo IPEA (2006), o Brasil apresentou queda na desigualdade da distribuição da RDPC. Trabalhos recentes, como Hoffmann (2011 e 2013), também constataram essa queda. Todavia, sobre a análise regionalizada do tema, encontram-se comportamentos diferentes para a desigualdade da distribuição da RDPC, conforme apontou Gabriel (2014).

No Paraná existem poucos trabalhos que tratam do assunto, entre eles, encontram-se os de Ferreira e Souza (2007), Baptistella et al (2007 e 2009), Souza e Ferreira (2007), Gabriel (2010) e Ferreira et al (2009, 2010). De acordo com esses trabalhos, a desigualdade da RDPC apresentou queda sistemática, tanto para o Brasil quanto para o Paraná, a partir de 2001. Assim, este trabalho busca responder a seguinte questão: Como se comportou a distribuição do RDPC no Paraná de 2004 a 2013?

O objetivo principal deste trabalho é o de avaliar o comportamento da distribuição de renda no Paraná de 2004 a 2013. Como objetivos complementares buscou-se expor o debate existente na literatura recente sobre distribuição de renda no Brasil e determinar as causas imediatas de eventuais diferenças da distribuição da RDPC do Paraná. Para atingir os objetivos utilizou-se, como metodologia, o cálculo dos índices de Gini, Mehran e Piesch e suas respectivas decomposições considerando as parcelas da renda. Como base de dados, foram utilizados os microdados da PNAD.

Deste modo, o artigo está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda mostra uma discussão sobre a distribuição de renda. A terceira seção apresenta a metodologia utilizada no trabalho e está subdividida em duas partes: a primeira exhibe a divisão da RDPC em 10 parcelas e a fórmula de cálculo para o índice de Gini; a segunda mostra o cálculo dos índices de Mehran e Piesch. Já a quarta seção demonstra a discussão e resultados dos cálculos desses índices para o Paraná, segundo sua distribuição entre as 10 parcelas da renda. Por fim, na quinta seção é apresentada a conclusão do estudo.

2 DISCUSSÃO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A distribuição de renda no Brasil foi, na década de 1970, fonte de amplo debate. Para Langoni (1973), o desenvolvimento é um processo de desequilíbrios, a força de trabalho rural, migra para o serviço urbano, aumentando a concentração como um todo, sendo um efeito temporário, pois com o aumento da renda média, a taxa de crescimento estabilizaria e a desigualdade cairia. Para ele a produtividade depende do nível de educação, assim como a renda.



Segundo Fishlow (1978), a causa do aumento da desigualdade de renda, foi consequência do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), sobre o salário mínimo real e médio, no período 1964 à 1967, o salário mínimo real caiu, mas a renda *per capita* cresceu no mesmo intervalo, o ganho concentrou-se nos setores urbanos com renda acima da média.

Já Bacha (1978) defende que a distribuição da renda depende da taxa de exploração vigente no sistema. Firmas de manufatura brasileira, entre 1966 e 1972, tiveram aumento de 7,2% a.a. no salário dos gerentes, enquanto que os trabalhadores semiqualeificados e qualificados tiveram aumento de 2,9%, e os salários dos não qualificados apresentaram queda de 1,3%.

A distribuição de renda é referenciada pela forma como a receita obtida é distribuída entre a população, o que torna possível qualificar a condição de vida dos indivíduos. Os mecanismos distributivos do salário mínimo são complexos, o piso salarial comprime a distribuição dos salários entre os empregados, mas aumentos no seu valor podem levar alguns ao desemprego ou a salários inferiores ao piso. O efeito distributivo depende não apenas da magnitude de cada efeito, mas também, de como se situam seus beneficiários na distribuição da RDPC (SOARES et al, 2006).

A origem da má distribuição da renda, segundo Romão (1991), é a inserção histórica da economia brasileira no processo de expansão do capitalismo industrial. De acordo com Hoffmann e Duarte (1972), quando se comparam as distribuições da renda em 1960 e 1970, verifica-se que a desigualdade é maior no setor urbano que no setor primário, e o aumento no grau de concentração da distribuição da renda foi mais acentuado nas regiões industrializadas.

Para Hoffmann (2006), o índice de Gini pode ser considerado um bom ferramental para o cálculo da concentração de renda. O Índice varia de zero a um e sua variação pode ser decomposta por fonte de renda onde a renda é considerada menos concentrada quanto mais o índice de aproxima de zero e mais concentrada quanto mais o índice se aproxima de 1.

De acordo com os dados da PNAD, entre 1995 e 2012, houve queda no índice de Gini para o Brasil, todas as regiões com exceção do Distrito Federal e a Região Norte, apresentaram comportamento semelhante ao do Brasil. O destaque do Brasil é a Região Sul que apresenta índice de Gini, em quase todo o período analisado, menor que a maioria das demais regiões. Para Gabriel (2014), de 2004 a 2012, no Brasil houve tendência de queda do índice devido a renda do trabalho de empregados do setor privado, que foi impactado pelos aumentos reais no salário mínimo nacional. Outro fator apontado foi que reduções no desvio padrão da escolaridade levam a reduções no grau de desigualdade das remunerações. Essa dispersão está diretamente associada com a desigualdade dos rendimentos.

O efeito de uma fonte de renda sobre o coeficiente de Gini depende tanto do seu peso na renda total quanto de seu coeficiente de concentração. Uma diminuição da concentração de qualquer renda, assim como um aumento no peso de uma renda menos concentrada que o índice de Gini, contribui para aumentar a igualdade (SOARES et al, 2006).

As pesquisas realizadas por Souza e Ferreira (2007) sobre a desigualdade de renda no Brasil confirmam a queda do índice para o início da década de 2000. Acrescentam ainda que a renda derivada da previdência social no Paraná na década



de 1990 apresentou uma tendência de comportamento contrária à do Brasil, enquanto contribui para aumentar a desigualdade de renda no Brasil e Região Sul, o Paraná não colaborou para elevar a concentração da renda.

Entre 2001 e 2005, o índice de Gini do Paraná foi de, respectivamente, 0,563, 0,536, 0,528, 0,544 e 0,535 mantendo-se sempre menor que o do Brasil (0,594; 0,587; 0,581; 0,569; 0,566). Contudo, apesar de apresentar um índice abaixo do brasileiro, quando comparado ao índice da Região Sul (0,545; 0,527; 0,528; 0,519; 0,513) o Gini do Paraná mostrou-se sempre acima ao da Região Sul (SOUZA E FERREIRA, 2007).

O comportamento da participação das parcelas no rendimento total, no período de 2001 a 2005, foi bastante semelhante. Nesse período, a parcela do trabalho principal foi predominante, com uma participação média de 73,7% para o Brasil, 73,5% para a Região Sul, e 75,9% para o Paraná. Observa-se, também, que esta parcela apresentou rendimento decrescente em 2,0% para o Brasil, 0,3% para a Região Sul e 0,8% para o Paraná, de 2001 a 2005 (IBGE, 2006).

Com relação à razão de concentração, observa-se que, para o Brasil, no período analisado, as parcelas outros trabalhos, aposentadorias e pensões e aluguéis contribuíram para a concentração de renda. No Paraná, apenas as parcelas outros trabalhos e aluguéis contribuíram para aumentar a concentração de renda em todos os anos observados (IBGE, 2006).

Neste período, houve redução na desigualdade da renda de 0,028 para o Brasil, e as parcelas que contribuíram para a diminuição da desigualdade foram: trabalho principal, doações e juros. Isto também ocorreu na Região Sul e Paraná; neste último a queda foi a mesma (0,028) do Brasil. Na Região Sul e Paraná, apenas a parcela do trabalho principal não contribuiu para o aumento da desigualdade de renda em todo o período. Por outro lado, observa-se que as parcelas de RDPC de outros trabalhos; aposentadorias e pensões; e aluguéis contribuíram em praticamente todos os anos analisados para o aumento da desigualdade de renda no Brasil, Região Sul e Paraná (IBGE, 2006).

É possível observar que os resultados apontados pelo IBGE (2006) corroboram com a exposição de Gandra (2004), da qual haveria um consenso entre os pesquisadores de que algumas variáveis exercem influência sobre a desigualdade de renda. De um modo geral, são três as mais relevantes para este fenômeno, quais sejam: inflação, salário mínimo e flutuação da demanda do desemprego.

3 METODOLOGIA

Conforme sinalizado, a base de dados foi levantada junto aos microdados da PNAD para o período analisado. Há de se reconhecer que essa base de dados é a que apresenta maior sequência de anos com informações sobre a RDPC, além de se tratar de dados fornecidos por uma fonte confiável, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, para atingir os objetivos deste estudo foram usados os índices de Gini, Mehran e Piesch, e a decomposição do índice de Gini considerando 10 parcelas da RDPC.



Desse modo, a metodologia de decomposição do coeficiente de Gini, apresentada nesse estudo, fundamenta-se em Pyatt et al (1980), sendo base também de trabalhos sequentes a este, tal qual Mariano e Lima (1998), Neder (2001), Hoffmann (2002 e 2009), Ferreira (2003) e Santos (2009). Neste trabalho a divisão da renda domiciliar foi feita em dez parcelas.

Segundo Gabriel (2014), o índice de Gini pode ser decomposto em dez parcelas, sendo elas: 1 - renda do trabalho de empregados do setor privado; 2 - renda do trabalho do militar e funcionário público estatutário; 3 - renda do trabalho de conta própria; 4 - renda do trabalho de empregadores; 5 - aposentadorias e pensões “oficiais” de até 1 salário mínimo; 6 - aposentadorias e pensões “oficiais” acima de 1 salário mínimo; 7 - outras aposentadorias e pensões; 8 - doações feitas por pessoas de outros domicílios; 9 - rendimento de aluguel e outros rendimentos, juros, dividendos; e 10 - transferências de programas oficiais como o bolsa família ou renda mínima.

O rendimento do trabalho, que é constituído pelos pagamentos brutos obtidos de todas as atividades das pessoas de 10 anos ou mais de idade, está dividido em quatro tipos, conforme a natureza do trabalho principal da pessoa, correspondendo às parcelas 1, 2, 3 e 4.

As rendas provenientes de aposentadorias e pensões são pagamentos feitos pelo governo federal ou por instituto de previdência federal, estadual ou municipal, além de entidades seguradoras ou fundos de pensão. Neste trabalho, está dividido em três tipos, sendo representados pelas parcelas 5, 6 e 7.

Os rendimentos de doações são os provenientes de pessoa não moradora na unidade domiciliar, representados pela parcela 8. Já os rendimentos de aluguel incluem sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais, entre outros, representados pela parcela 9.

Os “outros rendimentos” constituem uma mistura heterogênea, captada por meio da última pergunta sobre rendimento no questionário da PNAD. Aí estão juros decorrentes de aplicações em ativos financeiros de renda fixa ou caderneta de poupança e também os pagamentos dos programas governamentais de assistência, podendo ser programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa-Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPCLOAS, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e outros), representados pela parcela 10.

3.1 ÍNDICE DE GINI

A seguir é exposta a decomposição estática do índice de Gini conforme parcelas da renda, de acordo com Hoffmann (2009, p. 214-217).

Pode-se demonstrar que o índice de Gini pode ser representado por:

$$G = \frac{2}{n\mu} \text{cov}(i, x_i) \quad (1)$$

Considere-se, em seguida, que a renda x_i é formada por k parcelas, de maneira que:

$$x_i = \sum_{h=1}^k x_{ih} \quad (2)$$



onde x_{hi} representa o valor da h -ésima parcela da renda da i -ésima pessoa.

A média da h -ésima parcela é:

$$\mu_h = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_{hi} \quad (3)$$

e a proporção acumulada do total dessa parcela até a i -ésima pessoa na série (1) é

$$\phi_h = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^i x_{hi} \quad (4)$$

Analogamente à definição da curva de Lorenz, denomina-se curva de concentração da h -ésima parcela à curva que mostra como Φ_{hi} varia em função de p_i . Cabe ressaltar que na construção da curva de concentração de x_{hi} é utilizada a ordenação dos p_i (e não a ordenação dos x_{hi} , que pode ser diferente).

Admitindo que $x_{hi} \geq 0$ e sendo β_h a área entre a curva de concentração de x_{hi} e o eixo das abscissas (p_i), a respectiva razão de concentração é definida como:

$$C_h = 1 - 2\beta_h$$

(5)

Analogamente à (1), pode-se demonstrar que:

$$C_h = \frac{2}{n\mu_h} \text{cov}(i, x_{hi}) \quad (6)$$

$$-1 + \frac{1}{n} \leq C_h \leq 1 - \frac{1}{n}$$

Verifica-se que:

A participação da h -ésima parcela na renda total é:

$$\frac{\sum_{i=1}^n x_{hi}}{\sum_{i=1}^n x_i} = \frac{\mu_h}{\mu} \quad (7)$$

Pode-se demonstrar que o índice de Gini é a seguinte média ponderada das razões de concentração:

$$G = \sum_{h=1}^k \phi_h C_h \quad (8)$$

Como $\sum \phi_h = 1$, pode-se escrever:

$$G = G - \sum_{h=1}^k \phi_h (G - C_h) \quad (9)$$

Com $\phi_h > 0$, o sinal de $G - C_h$ é que determina se a parcela contribui para reduzir ou aumentar o valor do índice de Gini. Se $C_h < G$ a parcela x_{hi} está contribuindo para reduzir o índice de Gini. Se $C_h > G$, a parcela x_{hi} está contribuindo para aumentar o índice de Gini.

Para uma parcela $x_{hi} \geq 0$ da renda x_i , define-se a medida de progressividade de Lerman-Yitzhaki como:

$$\pi_h = G - C_h \quad (10)$$

Um tributo (t_i) pode ser considerado uma parcela negativa da renda final, isto é:

$$t_i = -x_{hi} \quad (11)$$

A curva de concentração do tributo é construída usando os valores de (t_i) e a respectiva razão de concentração pode ser obtida por meio de (5) ou (6). Note-se



que nesta última expressão a troca de sinal de x_{hi} não afeta o resultado, pois ocorre troca do sinal da covariância e de μ_h .

De acordo com (9), um tributo contribui para reduzir a desigualdade se $C_h > G$, pois o respectivo ϕ_h será negativo. Então, para incluir o caso dos tributos, a medida de progressividade de Lerman-Yitzhaki deve ser definida como:

$$\pi_h = (\text{sinal de } \phi_h)(G - C_h) \quad (12)$$

O nome dado a essa medida de progressividade é um reconhecimento do pioneirismo de Lerman e Yitzhaki (1985 e 1995), que ressaltaram a importância de considerar a ordenação das rendas finais e demonstraram que, dado um pequeno acréscimo proporcional em x_{hi} , isto é, multiplicando x_{hi} por $1 + \theta$, com θ arbitrariamente pequeno, a variação ΔG causada no índice de Gini é tal que:

$$\lim_{\theta \rightarrow 0} \frac{\Delta G}{\theta} = \phi_h (C_h - G) = -\pi_h |\phi_h| \quad (13)$$

com $|\phi_h|$ indicando o valor absoluto de ϕ_h .

Essa expressão mostra que a elasticidade de Gini relação a x_{hi} é:

$$\phi_h \left(\frac{C_h}{G} - 1 \right) = -\frac{\pi_h |\phi_h|}{G} \quad (14)$$

As expressões (13) e (14) mostram como o efeito de um pequeno acréscimo proporcional na parcela x_{hi} sobre o índice de Gini depende do grau de progressividade da parcela e do valor absoluto da sua participação na renda total. Na realidade, são esses resultados que justificam considerar a expressão (12) como uma medida apropriada da progressividade da parcela x_{hi} .

3.2 ÍNDICE DE MEHRAN E ÍNDICE DE PIESCH

Da mesma forma que o índice de Gini, os índices de Mehran e o de Piesch, estão embasados na área de desigualdade, delimitada pela curva de Lorenz. Hoffmann (2004) mostra como esses dois índices podem ser usados na análise da decomposição da desigualdade conforme parcelas da renda.

Preliminarmente, vamos obter uma nova fórmula de cálculo do índice de Gini. Pode-se dividir a área de desigualdade (α) em trapézios com altura $\frac{1}{n}$. A área do i -ésimo trapézio é:

$$\frac{1}{2n} [(p_i - \Phi_i) + (p_{i-1} - \Phi_{i-1})]$$

Como $p_0 = \Phi_0 = 0$ e $p_n = \Phi_n = 1$, a área de desigualdade é:

$$\alpha = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \frac{1}{2} (p_i - \Phi_i + p_{i-1} - \Phi_{i-1}) = \frac{1}{2n} \sum_{i=1}^n (p_i - \Phi_i) \quad (15)$$

Segue-se que o índice de Gini pode ser expresso como:

$$G = \frac{2}{n} \sum_{i=1}^n (p_i - \Phi_i) \quad (16)$$



O índice de Mehran pode ser definido como:

$$M = \frac{6}{n} \sum_{i=1}^{n-1} (1-p_i)(p_i - \Phi_i) \quad (17)$$

Note-se que no cálculo do índice de Mehran as diferenças de ordenadas da linha de perfeita igualdade e da curva de Lorenz $(p_i - \Phi_i)$ são ponderadas por $1 - p_i$, cujo valor diminui à medida que percorremos a distribuição, dos mais pobres até os mais ricos. Isso faz com que o índice de Mehran seja mais sensível a mudanças na cauda esquerda da distribuição, em comparação com o índice de Gini.

Quando há perfeita igualdade, temos $\Phi_i = p_i$ para todo i e, conseqüentemente, $M = 0$. Pode-se deduzir que, para rendas não-negativas,

$$0 \leq M \leq 1 - \frac{1}{n^2} \quad (18)$$

O valor máximo de M ocorre quando toda a renda fica com uma única pessoa e, conseqüentemente, $\Phi_i = 0$ para $i = 1, 2, 3, \dots, n-1$. Na dedução utiliza-se a fórmula da soma dos quadrados dos n primeiros números naturais:

$$\sum_{i=1}^n i^2 = \frac{n(n+1)(2n+1)}{6} \quad (19)$$

O índice de Piesch pode ser definido como:

$$P = \frac{3}{n} \sum_{i=1}^{n-1} p_i(p_i - \Phi_i) \quad (20)$$

Agora o fator de ponderação das discrepâncias $p_i - \Phi_i$ é p_i , cujo valor cresce com a renda, fazendo com que o índice de Piesch seja comparativamente mais sensível a modificações na cauda direita da distribuição de renda. Pode-se deduzir que:

$$0 \leq P \leq \left(1 - \frac{1}{n}\right) \left(1 - \frac{1}{2n}\right) \quad (21)$$

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Como resultados da pesquisa, a Tabela 1 apresenta os índices de Gini, Mehran e Piesch para o Brasil, Região Sul e para o Paraná, respectivamente. A inclusão de Brasil e Região Sul nos resultados se torna necessária para que haja parâmetros, o que facilita comparações e o entendimento de como a desigualdade da RDPC do Paraná se comportou no período de análise, estando ou não em consonância com Brasil e Região Sul.

Na Tabela 01 pode-se observar a tendência de queda do índice de Gini, como também, para os índices de Mehran e Piesch. Isso ocorreu para o Brasil, Região Sul e Paraná. É possível verificar, também, que tanto a Região Sul quanto o Estado do Paraná tiveram uma redução dos três índices superior a do Brasil, sendo que a redução do índice na Região Sul foi ligeiramente superior à do Paraná.



Tabela 01 Medidas de desigualdade na RDPC para o Brasil, Região Sul e Paraná, de 2004 a 2013

Ano	Brasil			Região Sul			Paraná		
	Gini	Mehran	Piesch	Gini	Mehran	Piesch	Gini	Mehran	Piesch
2004	0,570	0,701	0,504	0,519	0,647	0,454	0,543	0,668	0,481
2005	0,567	0,698	0,502	0,512	0,643	0,447	0,535	0,663	0,471
2006	0,561	0,691	0,496	0,503	0,632	0,439	0,515	0,642	0,452
2007	0,554	0,686	0,488	0,502	0,629	0,438	0,522	0,648	0,460
2008	0,544	0,675	0,478	0,491	0,620	0,427	0,496	0,625	0,432
2009	0,540	0,671	0,474	0,487	0,616	0,423	0,493	0,622	0,429
2011	0,529	0,661	0,463	0,468	0,596	0,405	0,467	0,593	0,404
2012	0,526	0,656	0,461	0,465	0,589	0,403	0,479	0,601	0,417
2013	0,525	0,657	0,459	0,462	0,588	0,399	0,465	0,589	0,402

Fonte: Resultado da pesquisa com base nas PNADs de 2004 a 2013.

Entretanto, é possível perceber que a queda do índice de Gini para o Brasil no período de 2004 a 2013 foi de 0,045, enquanto que para o Paraná foi de 0,078 e para a Região Sul foi de 0,057. Assim, o Paraná, comparado ao Brasil e a Região Sul, apresentou maior desconcentração de renda no período, mesmo sendo superior à Região Sul. Aponta-se também que entre 2005 e 2006 o Paraná mostrou uma redução de 0,20 no índice de Gini, enquanto que para o mesmo período, no Brasil e na Região Sul a queda foi de 0,10.

Já a Tabela 02 exibe a participação percentual dos componentes da RDPC do Paraná de 2004 a 2013. É possível perceber que os empregados do setor privado aumentaram sua participação na RDPC em 5,06%, mostrando maior participação no ano de 2012 com 42,52% do total. Também houve elevação de 2,52% na parcela da renda de militar e funcionário público para o mesmo período, apesar das oscilações, ela contribuiu com 10,40% em 2013.

Tabela 02 Participação percentual dos componentes da RDPC do Paraná, de 2004 a 2013

Ano	Parcelas*										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
2004	37,46	7,88	17,35	16,99	4,01	9,80	1,41	0,75	2,16	2,20	100,0
2005	38,43	8,31	16,43	15,32	4,66	10,41	1,69	0,81	2,37	1,58	100,0
2006	37,93	9,59	15,58	15,28	4,72	10,41	1,31	0,80	2,11	2,26	100,0
2007	37,84	9,45	17,83	13,66	4,71	9,69	1,85	0,64	2,81	1,52	100,0
2008	40,69	9,91	14,97	13,91	5,08	10,02	1,41	0,38	2,37	1,25	100,0
2009	41,98	10,13	14,44	12,91	5,82	9,89	1,23	0,34	2,07	1,18	100,0
2011	42,02	9,63	16,73	11,47	5,88	9,71	1,13	0,30	1,63	1,50	100,0
2012	42,76	9,37	16,74	11,43	5,63	9,45	0,83	0,26	2,06	1,48	100,0
2013	42,52	10,40	15,72	12,12	5,72	9,98	1,10	0,24	1,22	0,97	100,0

Fonte: Resultado da pesquisa com base nas PNADs de 2004 a 2013.

*Nota: 1 – Empregados do Setor Privado; 2 – Militar e Funcionário Público; 3 – Conta Própria; 4 – Empregadores; 5 – Aposentadorias e pensões (até 1 SM); 6 – Aposentadorias e pensões, (acima de 1 SM); 7 – Outras aposentadorias e pensões; 8 – Doações; 9 – Aluguel; 10 – Outros Rendimentos.

A parcela conta própria, referente aos trabalhadores autônomos, mesmo com variações de aproximadamente 1% por período, terminou o intervalo analisado com redução de 1,64% na composição da renda, sua maior contribuição foi registrada no ano de 2007 com 17,85%. Já a contribuição dos empregadores foi



decrecente, totalizando 4,87% de queda, a maior participação foi em 2004 com 16,99%.

As aposentadorias e pensões de até um salário mínimo também mostraram elevação. Em 2004 contribuíram com 4,02%, chegando a 5,88% em 2011, e reduzindo para 5,72% em 2013. Assim, houve um aumento de 1,71% durante o período. Já as aposentadorias e pensões com mais de um salário mínimo, apresentaram comportamento similar, apesar de oscilações, terminam o período com pequena elevação de 0,18%.

Outras aposentadorias e pensões encerraram o período com participação de 1,10%, houve queda de 0,31% se comparado ao ano de 2004, a contribuição mais significativa dessa parcela ocorreu em 2007 com 1,85%. Também as doações apresentaram queda progressiva fechando o período com 0,24% de participação, 0,51% a menos que no período inicial.

A renda proveniente de aluguel inicia o período com 2,16% de participação e encerra com 1,22%, apresentando queda de 0,94% no período, sua maior contribuição foi em 2007 com 2,81%. Já os outros rendimentos apresentam sua maior contribuição em 2006 com o valor de 2,26%, posteriormente sua representação começa a diminuir atingindo uma queda de 1,23% no período.

Dessa forma, verifica-se que os empregados do setor privado possuem maior participação na composição da RDPC em todos os períodos, seguido pelos trabalhadores por conta própria, atrás destes têm-se os empregadores, militar e funcionário público, aposentadorias e pensões com mais de um salário mínimo, aposentadoria e pensões de até um salário mínimo, aluguel, outros rendimentos, outras aposentadorias e pensões e doações. Também pôde-se observar que as quatro primeiras parcelas da RDPC apontadas corresponderam por 80,76% do total em 2013.

Com relação à concentração em cada parcela da RDPC, a Tabela 03 apresenta a razão de concentração na decomposição do índice de Gini da RDPC do Paraná, de 2004 a 2013. Inicialmente constata-se que todas as parcelas de rendimentos demonstraram relativa redução do índice de Gini se comparado 2013 com 2004. Apenas as aposentadorias até um salário mínimo que se manteve praticamente estável. Todavia, as oscilações que ocorreram nos anos intermediários não permitem que se afirmem tendências dos valores.

Tabela 03 Razão de concentração na decomposição do índice de Gini da RDPC do Paraná, de 2004 a 2013

Ano	Parcelas*										Paraná
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
2004	0,379	0,707	0,511	0,866	0,041	0,706	0,513	0,542	0,756	0,523	0,543
2005	0,398	0,702	0,468	0,862	0,084	0,695	0,623	0,531	0,749	0,369	0,535
2006	0,356	0,723	0,452	0,845	0,109	0,697	0,476	0,466	0,741	0,354	0,515
2007	0,366	0,687	0,527	0,834	0,074	0,673	0,583	0,569	0,816	0,331	0,522
2008	0,342	0,728	0,480	0,807	0,061	0,693	0,477	0,576	0,758	0,098	0,496
2009	0,367	0,740	0,439	0,810	0,091	0,675	0,471	0,382	0,734	0,158	0,493
2011	0,314	0,708	0,491	0,828	0,064	0,670	0,420	0,458	0,774	0,118	0,467
2012	0,341	0,716	0,509	0,826	0,060	0,637	0,323	0,303	0,843	0,111	0,479
2013	0,318	0,688	0,493	0,808	0,043	0,673	0,432	0,382	0,701	-0,147	0,465

Fonte: Resultado da pesquisa com base nas PNADs de 2004 a 2013.

*Nota: 1 – Empregados do Setor Privado; 2 – Militar e Funcionário Público; 3 – Conta Própria; 4 – Empregadores; 5 – Aposentadorias e pensões (até 1 SM); 6 – Aposentadorias e pensões, (acima de 1 SM); 7 – Outras aposentadorias e pensões; 8 – Doações; 9 – Aluguel; 10 – Outros Rendimentos.



Segundo a Tabela 03 é possível observar que as parcelas da RDPC que demonstraram as maiores reduções em sua concentração no período de análise foram: Outros rendimentos, doações, outras aposentadorias e pensões, empregados do setor privado e empregadores. Nas outras cinco parcelas da RDPC restantes também se verificou queda na concentração, mas em menor intensidade.

Quando são observados os dados em conjunto com a participação percentual dos componentes da RDPC do Paraná é possível perceber que a parcela de empregados do setor privado possui grande contribuição para a queda do Gini no período. Esta parcela além de apresentar um índice abaixo do Estado e possuir a maior representatividade (42,52%), exibiu uma redução na sua concentração de 0,061. A parcela referente aos empregadores também demonstrou comportamento semelhante à dos empregados do setor privado, pois teve queda no período (0,058) e possui significativa representatividade (12,12%). Todavia, mesmo com esta redução, ela ainda permaneceu como a parcela de maior concentração de renda (0,808).

As parcelas de outros rendimentos, onde se enquadra o programa Bolsa Família, e doações mostraram as maiores reduções do índice de concentração, respectivamente, 0,16 e 0,67. Sendo assim, elas também contribuíram para redução de tal índice no Paraná, mas em menor intensidade. Isto, devido a sua pouca representatividade no total das parcelas da RDPC, de 1,21% em 2013.

Já a parcela da RDPC militar e funcionário público e trabalhadores por conta própria apresentaram queda na de sua concentração no período analisado. Esta redução foi menor que a das outras parcelas, mas devido a sua representatividade, ela foi significativa para redução do índice de Gini para o Paraná.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo comprovar e demonstrar quais as principais mudanças na RDPC que vêm permitindo a queda da concentração da renda para o Paraná. Para confirmar tal queda utilizou-se os índices de Gini, Mehran e Piesch, bem como a decomposição do índice de Gini em dez parcelas de renda. Este procedimento foi realizado com intuito de constatar empiricamente quais foram as parcelas, da RDPC, que mais contribuíram para a redução da concentração de renda no Paraná.

Conforme os resultados apresentados foi constatada redução significativa dos três índices (Gini, Mehran e Piesch) para o Brasil, Região Sul, e Paraná. Contudo, para a Região Sul e Paraná essa redução foi maior que para o Brasil, evidenciando que houve uma queda da concentração maior para a Região Sul e Paraná. Sendo que a redução para a Região Sul foi ligeiramente superior à do Paraná.

Quanto da observação da participação dos componentes da RDPC foi possível verificar que a parcela de rendimentos mais representativa para o Paraná foi a dos empregados do setor privado. Além de essa parcela possuir alta representatividade (42,52%), ocorreu um aumento significativo desta representatividade no período analisado e sua razão de concentração reduziu-se



consideravelmente, sendo ela uma das principais responsáveis pela redução do índice de Gini para o Paraná.

A parcela da RDPC referente a militar e funcionário público apresentou relativa alta em sua participação no total chegando a 10,40% em 2013. Já os trabalhadores por conta própria mostrou redução, atingindo 15,72% no mesmo ano, demonstrando um aumento da participação no RDPC do funcionalismo público e militar no período analisado, comparativamente às outras parcelas, e uma redução da participação do trabalho por conta própria. Isto pode estar relacionado aos maiores rendimentos da primeira parcela, pois o rendimento dela ainda é mais concentrado do que o índice para todo o Estado.

Contudo, constatou-se a razão de concentração da RDPC para estas duas parcelas apresentou queda. Sendo assim, esta redução da concentração para as referidas parcelas teve forte influência na queda da concentração da renda do Estado, pois elas possuem um quarto da representatividade no total das parcelas da RDPC.

Já as parcelas da RDPC que mostram os rendimentos de aposentadorias e pensões, tanto às de até um salário mínimo quanto às aposentadorias maiores que um salário mínimo, não apresentaram mudanças significativas na participação da RDPC. Todavia, as aposentadorias de até um salário mínimo contribuíram para a redução do índice de Gini. Já as aposentadorias superiores a um salário mínimo embora tenha apresentado redução da sua concentração, ela foi uma das parcelas da RDPC com maior concentração de renda.

Portanto, é possível concluir que três fatores foram fundamentais para a redução da concentração de renda no Paraná. Estas mudanças ocorreram na RDPC. O primeiro foi o significativo aumento da representatividade dos empregados do setor privado seguido de queda da sua razão de concentração. O segundo foi a redução geral da concentração da renda para praticamente todas as parcelas da RDPC, principalmente para as parcelas empregadores, militar e funcionário público, conta própria e outros rendimentos. O terceiro motivo foi a significativa redução da razão de concentração da parcela outros rendimentos. Considerando que é nessa parcela que se enquadra o programa Bolsa Família, pôde-se atribuir a ele significativa contribuição para a redução da concentração do RDPC. Estas parcelas mostraram-se significativas devido à redução de sua razão de concentração e sua alta representatividade no total da RDPC.

REFERÊNCIAS

BACHA, Edmar Lisboa. Hierarquia e remuneração gerencial. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos (coord.) **A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 (b). p.124-155.

BAPTISTELLA, J. C. F.; SOUZA, S. C. I.; FERREIRA, C. R. Distribuição de renda nas regiões Sul e Sudeste do Brasil: uma análise do trabalho e das aposentadorias e pensões a partir das PNADs. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v. 7, p. 50-67, 2009.



_____. Concentração de renda na região sul e estado do Paraná: a contribuição das aposentadorias e pensões. **Faz Ciência**, v. 9, p. 81-102, 2007.

FISHLOW, Albert. A distribuição de renda no Brasil. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos (coord.). **A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 159-89.

FERREIRA, C. R. **Participação das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição de renda do Brasil no período de 1981 a 2001**. 2003. 136 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

FERREIRA, C. R.; ALMEIDA-GABRIEL, F. B.; SOUZA, S. C. I.; BAPTISTELLA, J. C. F. Concentração de renda *per capita* no Brasil e Brasil Rural, 1981 a 2006: uma avaliação das aposentadorias e pensões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre, **Anais eletrônicos...** Brasília: SOBER, 2009. 19 p.

FERREIRA, C. R.; ALMEIDA-GABRIEL, F. B.; SOUZA, S. C. I.; CAMARA, M. R. G. Equidade Previdenciária Rural: Uma análise a partir da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande, **Anais eletrônicos...** Brasília: SOBER, 2010. 20 p.

FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. **O comportamento da desigualdade da renda no Paraná de 2001 a 2005**: uma análise do rendimento domiciliar *per capita*. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 112, p. 31-45, 2007.

GABRIEL, F. B. A. **Equidade no Sistema Previdenciário**: Uma Análise das Aposentadorias e Pensões no Paraná 1988 – 2008. 2010. 80p. Dissertação (Pós-Graduação, Mestrado em Economia Regional). Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

_____. **A recente evolução da distribuição da renda na Região Norte do Brasil**. 2014. 122p. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade de São Paulo Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". 2014.

GANDRA, R. M. **O debate sobre desigualdade de renda no Brasil**: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90. Texto para discussão n° 001. Rio de Janeiro: IE/URFJ, 2004. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2004/o_debate_sobre_a_desigualdade_de_renda_no_brasil.pdf

HOFFMANN, R. Decomposition of Mehran and Piesch inequality measures by factor components and their application to the distribution of *per capita* household income in Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 149-171, maio, 2004.



_____. A distribuição da renda no Brasil no período de 1992-2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 213-235, jul./dez, 2002.

_____. Desigualdade da distribuição de renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar *per capita*. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 213-231, abr. 2009.

_____. Desigualdade de Renda no Brasil em 2005 e sua Decomposição, p. 158-181 In: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Análise da pesquisa Nacional por amostra de domicílios: 2005**. Brasília: MTE/CGEE, 2007. cap. 5, p. 158-182.

_____. The evolution of income distribution in Brazil. In: BAER, W; FLEISCHER, D (Org.). **The Economies of Argentina and Brazil: a comparative perspective**. Cheltenham: Edward Elgar. cap 11, p. 187-218. 2011.

_____. Transferências de Renda e Desigualdade, Brasil, 1995-2011. In CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA. cap. 12, p. 207-216. 2013.

_____. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1. p. 55-81, Jun. 2006.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição da renda no Brasil. **Revista Administração de Empresas**, Rio de Janeiro: FGV, v. 12, n. 2, p. 46-66, abr./jun. 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Manual do entrevistador da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012 e 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil**: nota técnica. Brasília: IPEA, 2006. 60 p.

LANGONI, C. G. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil: uma reafirmação**. Rio de Janeiro: FGV/EPGE, 1973. (Ensaio Econômico EPGE, n.º. 7).



LERMAN, R. I.; YITZHAKI, S. Income inequality effects by income source: a new approach and applications to the United States. **The Review of Economics and Statistics**, Cambridge, v. 67, n. 1, p. 151-155, fev. 1985.

_____. Changing ranks and the inequality impacts of taxes and transfers. **National Tax Journal**, Washington, v. 48, n. 1, p. 45-59, mar. 1995.

MARIANO, J. L.; LIMA, R. A desigualdade de renda rural no nordeste: análise da desagregação do coeficiente de Gini e da sensibilidade do índice de bem-estar de Sem. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 16, n. 29, p. 103-118, mar. 1998.

NEDER, H. D. Os efeitos das atividades não-agrícolas na distribuição de renda no meio rural. In CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., Recife. **Anais...** Brasília: SOBER, 2001. 19 p. 1 CD-ROM.

PYATT, G.; CHEN, C.; FEI, J. The distribution of income by factor components. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 95, n. 3, p. 451-473, nov. 1980.

ROMÃO, M. C. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. In: CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fábio (Org.). **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTOS, A. A. L. **Desigualdade de Renda no Nordeste Brasileiro no Período Recente, 2001-2007**. 2009. 128 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2009.

SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. Brasília, IPEA, 2006 (Texto para Discussão, n. 1.228).

SOUZA, S. C. I.; FERREIRA, C. R. Os rendimentos das aposentadorias e pensões e a concentração de renda: o caso do Paraná – 1992 a 2003. **Revista de Economia**, Curitiba: UFPR, v. 33, n. 1, p. 55-82, jan./jun. 2007.

*Recebido em 26/11/2016
Aprovado em 07/12/2016*



O DINHEIRO ENTESOURADO EM MARX E KEYNES

MONEY IN THE PROCESS OF TREASURY ACCUMULATION IN MARX AND KEYNES

JOSÉ GUILHERME SILVA VIEIRA*
RICARDO SCHMIDT FILHO**

RESUMO

O Objetivo do presente artigo é apresentar processo de acumulação de tesouros com o objetivo de demonstrar como ele afeta a economia. Especificamente, pretende-se comparar a análise teórica de Marx com a de Keynes sobre o tema. A acumulação de tesouros revela-se uma temática importante na esfera das relações econômicas existentes no circuito poupança-investimento e o entendimento dessa relação a partir desse autores assume assim grande relevância acadêmica. Pretende-se também demonstrar as diferentes concepções de mundo acerca do papel do processo de formação de tesouros [em dinheiro] (Marx) ou em “poupanças” (Keynes) e seus impactos na dinâmica do processo de formação de capital [seu auge e queda].

Palavras-chave: Marx; Keynes; Tesouros

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze how the process of accumulation of treasures affects the economy. Specifically, we intend to compare the theoretical analysis of Marx and Keynes on the relationship between investments and savings. Based on Marx, we intend to demonstrate the different conceptions of the world on the role of the process of hoarding money and excess savings and its impact on the dynamics of the process of capital formation.

Keywords: Marx; Keynes; Treasures

* Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Professor e pesquisador da UFPR. E-mail: jg.vieira@uol.com.br

** Professor Adjunto III da Unidade Acadêmica de Economia e Finanças (UAEF -UFCG). E-mail: rschmidtfilho@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Na história das ciências, raros são os acordos gerais a respeito das leis e fundamentos que regem as atividades de pesquisa e a busca de novas descobertas. O fundamento último da atividade científica parece ser ou pretender, muitas vezes, a busca da Verdade, com “V” maiúsculo mesmo, no sentido de ser uma explicação final para os fenômenos observados.¹ Nos estudos a respeito da evolução do pensamento econômico em particular, via-de-regra, percebemos uma instabilidade na aceitação das teorias formuladas ao longo do tempo, a partir dos diversos ramos de pesquisa que se formaram no seu âmbito e competem entre si. Contudo, diferentemente do que ocorre na Física e em outros seguimentos das ciências naturais, não há leis gerais na economia. Mesmo a lei da demanda que parece se constituir num dos únicos pontos de encontro dessas concepções teóricas de mundo, candidata mais credenciada ao **status** de “lei geral”, não o faz sem contestações de diferentes naturezas.

Por outro lado, curiosamente, parece haver pouca dúvida (talvez devido à vasta evidência empírica a respeito) sobre a natureza cíclica do volume de negócios ao longo do tempo (isto é, de que existem ciclos econômicos). Fases de expansão econômica entrecortadas por quedas na atividade dos negócios tem sido o padrão do desenvolvimento econômico e capitalista em particular há muito tempo e, sem dúvida, têm alimentado discussões diversas acerca das causas e da natureza dessas flutuações.

Essas preocupações não são exclusivas de um ou de outro paradigma da ciência econômica. As flutuações têm preocupado cientistas afiliados aos mais diversos programas de pesquisas. KEYNES (1996) no capítulo XXII de sua Teoria Geral intrigou-se com o fato de que até mesmo os clássicos tinham se debruçado sobre o assunto já que para Keynes isso se chocava com as teorias clássicas que em grande parte negavam os percalços característicos das flutuações e mesmo suas existências.

Exageros à parte é possível perceber que a questão-chave estaria em tentar explicar o ciclo econômico como decorrência própria da dinâmica capitalista ou como um fenômeno exógeno, fruto de choques, por exemplo, incapazes de serem antecipados e/ou combatidos. Em Keynes, a baixa nos negócios no ciclo é explicada, essencialmente, por meio de duas variáveis: a *eficiência marginal do capital* (sem dúvida, a mais importante, na visão desse autor) e a *taxa de juros*². Assim, a partir de suas análises, seria possível erigir uma teoria capaz de *acabar* com o ciclo econômico e manter a produção no nível de Pleno Emprego, permanentemente, focando a política econômica sobre essas duas variáveis.

Um elemento importante, no entanto, para a explicação das variações nos níveis de investimento, produção e emprego acabou tendo seu papel reduzido ou

1 Verdade, com “V” maiúsculo, é um conceito bastante difundido a partir de Donald/Deirdre McCloskey para designar as teses inquestionáveis, a própria designação da realidade. Uma utopia, na visão desse autor.

2 No capítulo vinte e dois da Teoria Geral, ele reconhece outros elementos tais como o ciclo de vida dos produtos etc. Mas, as variáveis principais destacadas explicitamente se resumem à Eficiência Marginal do Capital e a Taxa de Juros.



aumentado (a depender do núcleo de crenças dos paradigmas confrontados) no que se refere à sua real importância para a explicação das flutuações da produção, a saber: o *entesouramento*.

Tanto em Keynes, como em Marx (visões que nos propomos a discutir) o papel do entesouramento é colocado num plano analítico inferior quando se trata de explicar as crises econômicas, em menor ou maior grau, respectivamente falando. Em Keynes, o entesouramento cumpre um papel importante para a explicação da queda da atividade econômica, mas não determina o ciclo em última instância. Isto é, ao se constituir numa das *causas inequívocas* para a queda da demanda, raras vezes poderia precipitá-la, mas muitas vezes poderia acelerá-la ou aprofundá-la.

Em Marx, em que pesem as diferentes ênfases dadas à essa questão na economia pré-capitalista e na fase em que o capital já tinha se organizado e as óticas do entesourador e do capitalista, o entesouramento não parece ter o mesmo efeito negativo apontado por Keynes e se apresenta como uma decorrência do processo de circulação das mercadorias. Em parte constituindo um fundo destinado à reposição do capital, em parte como mero reflexo da queda dos preços das mercadorias, certa quantidade de dinheiro seria liberada e entesourada, sem que isso trouxesse grandes dificuldades para a dinâmica capitalista.

Acredita-se aqui, que o papel do entesouramento seja muito mais importante para a economia. Ao discutirmos as características do sistema produtivo numa economia monetária, tema central da abordagem Keynesiana, não poderíamos nos esquecer da relevância da análise de Marx sobre a natureza do dinheiro e dos circuitos de circulação das mercadorias (M-D-M) e de valorização do capital (D-M-D') pois essa análise permite um entendimento profundo sobre o papel exercido pela moeda numa economia capitalista.

Desta forma, pretende-se investigar as diferenças nas abordagens keynesiana e marxiana do entesouramento na dinâmica dos investimentos e da circulação de mercadorias cujas flutuações determinam, em última instância, o ritmo de expansão e contração da economia.

1. O ENTESOURAMENTO EM MARX

Para a compreensão do entesouramento em Marx faz-se necessário compreender o conceito de Mercadoria, ponto de partida da análise marxista, pois esta é a forma que o produto do trabalho humano assume, ao longo do desenvolvimento da produção nas sociedades humanas, em especial no sistema capitalista.

A Mercadoria traz na contradição Valor (V) x Valor de Uso (VU) o germe da crise. A contradição entre V e VU pode ser expressa através das equações do valor (EV) (que são representações simbólicas do ato de troca entre dois ou mais produtores de mercadorias diferentes e, mais do que representações de atos de trocas, trazem em si a evidência de diversas etapas históricas e a evolução deste processo de trocas. (RIBEIRO, 2008)



Existem quatro tipos de EV: Simples, Extensiva, Geral e Dinheiro. Cada estágio das EV pode ser analisado do ponto de vista puramente lógico, mas cada uma representa um estágio historicamente determinado do desenvolvimento das relações de troca. Existem duas importantes propriedades nas EV: Uma EV não faz sentido para a mesma mercadoria ou valores de uso iguais e não se podem inverter as posições em uma EV sem alterar profundamente o seu sentido. (RIBEIRO, 2008)

Para a compreensão do dinheiro como forma de entesouramento em Marx se faz necessário conhecer o conceito de moeda em Marx. Esta é definida como valor de troca que se manifesta externamente as mercadorias, ou seja, apenas no momento que relações sociais são estabelecidas. Ela possui as seguintes propriedades: (1) medida de troca de mercadorias; (2) meio de troca; (3) representante de commodities (objeto, portanto, de contratos); (4) a mercadoria em geral. (MARX, 2002).

Sendo o equivalente geral de todas as mercadorias, a moeda adquire o atributo de ser plenamente líquida pois ao mesmo tempo, se torna a forma realizada e sempre realizável do capital, sendo que este aparece na história inicialmente na forma de dinheiro, o que auxilianos a relacionar o dinheiro e a taxa de juros. (MARX, 2002)

A relação entre a moeda e a taxa de juros deriva do fato da moeda manifestar-se como capital monetário, e assim o sendo, o juro, passa a ser uma fração da mais valia que se distribui a este capital. Com a oscilação dos preços de mercado a distribuição da mais valia pode se alterar entre os três segmentos de capital (industrial, fundiário e bancário). Caso exista um crescimento da “fatia” destinada ao capital bancário e redução para o capital industrial podemos ter redução do nível de produção e inadimplência destes em relação às dívidas anteriores. A expectativa deste fato pode ser suficiente para que os capitalistas sintam-se ameaçados na manutenção de seus valores, já que a produção pode contrair-se e as dívidas não serem saldadas. Se for esta a expectativa, os capitais nas formas de máquinas e edificações perderão capacidade de extrair valor do trabalho vivo, da força de trabalho. (MARX, 2000).

Quando isso acontece temos que os títulos de dívida em posse dos capitalistas financeiros, perdem sua qualidade de meio de circulação, pois não mais podem ser trocados por mercadorias ou pelo equivalente geral de todas as mercadorias: o dinheiro. Marx destacou que o valor das mercadorias, valor de troca, só existe nas trocas, isto é, deve ser colocado em circulação para que possa manifestar-se o valor que carrega potencialmente e que é calculado, na forma preço, pelo uso do dinheiro em sua função ideal de unidade de medida. Se não é realizado na forma preço ou se o é numa magnitude inferior a qual foi calculada antes de entrar na circulação, então este não possui valor ou é socialmente estabelecido por uma quantidade de horas de trabalho inferior ao que o capitalista pretendia ou efetivamente utilizou para produzir a mercadoria. (MARX, 2000).

Neste estado de expectativas aonde espera-se que as dívidas não sejam pagas, os títulos de dívidas depreciam-se. Assim, torna-se duvidoso o recebimento da fração que cabe ao capital financeiro. Neste ponto já fica claro porque o mesmo não ocorre ao dinheiro. Enquanto os títulos necessitam entrar em circulação para terem seu valor validado, o dinheiro, por sua vez, preserva valor na forma universal de riqueza (na função de meio de entesouramento). Em um cenário de expectativas



incertas torna-se racional e obedece à lógica de preservação e valorização do capital a realocação de recursos para a forma monetária, ou seja para o dinheiro, na sua função de meio de entesouramento.

No âmbito da circulação das mercadorias (M-D-M) a liquidez da moeda permite ao agente que realizou a primeira parte do circuito, M-D, isto é, que trocou sua mercadoria por dinheiro, adiar, a segunda parte deste circuito, D-M, isto é, o momento do gasto monetário em troca de uma nova mercadoria. Assim,

O comprador passa a ter a mercadoria, o vendedor, o dinheiro, isto é, uma mercadoria capaz de entrar em circulação a qualquer tempo. Ninguém pode vender, sem que alguém compre. Mas ninguém é obrigado a comprar imediatamente, apenas por ter vendido. A circulação rompe com as limitações de tempo, de lugar e individuais, impostas pela troca de produtos, ao dissociar a identidade imediata que, nesta última, une alienação do produto próprio e a aquisição do alheio, gerando a antítese entre venda e compra. (MARX, 1996.).

Mesmo no âmbito da circulação de mercadorias o circuito M-D-D-M apresenta uma possibilidade ruim para o sistema econômico, pois “Se essa independência exterior dos dois atos prossegue se afirmando além de certo ponto, contra ela prevalece, brutalmente, a unidade, por meio de uma crise.” (MARX, 1996).

Até este ponto, temos aberta a possibilidade das crises pela presença da moeda. Para que esta se materialize outras condições são necessárias. Enquanto a crise não surge, a economia prospera na medida em que se desenvolvem os instrumentos monetários e, assim, “com o desenvolvimento da circulação das mercadorias vão aparecendo as condições em que a alienação da mercadoria se separa, por um intervalo de tempo, da realização de seu preço. [...] O vendedor torna-se credor; o comprador, devedor [...] e em consequência o dinheiro adquire nova função. Ele se torna meio de pagamento.” (MARX, 1996).

Vemos então o desenvolvimento de uma economia mercantil; isto é, monetária, criando, na medida em que prospera os mecanismos e instrumentos necessários a sua expansão continuada.

O dinheiro passa a exercer duas funções. Primeiro, serve de medida do valor, ao determinar-se o preço da mercadoria. [...] Segundo, o dinheiro serve de meio ideal de compra. Embora só exista na promessa do comprador, motiva a transferência da mercadoria. O dinheiro só entra realmente em circulação na data do pagamento[...] No processo de entesouramento, interrompe-se a circulação com a primeira fase; retira-se da circulação a forma transfigurada da mercadoria, o dinheiro. [...] O vendedor transforma mercadoria em dinheiro para satisfazer com este necessidades, o entesourador para preservar a mercadoria sob a forma de dinheiro, o devedor para poder pagar. [...] A forma do valor da mercadoria, o dinheiro, torna-se, portanto, o próprio fim da venda, em virtude de uma necessidade social oriunda das próprias condições do processo de circulação” (MARX, 1996).

Para Marx, a evolução das funções do dinheiro e a sua transformação em capital possibilitam a crise, pois:



“[a] função do dinheiro como meio de pagamento envolve uma contradição direta.[...] Esta contradição manifesta-se na fase especial das crises industriais e comerciais, chamada de crise de dinheiro.[...] [na qual] deixa o dinheiro súbita e diretamente a forma ideal, de conta, para virar dinheiro em espécie. Não é mais substituível por mercadorias profanas. O valor-de-uso da mercadoria não interessa mais e o valor dela desaparece diante da forma independente do valor. [...] Na crise, a oposição entre a mercadoria e a forma do valor dela, o dinheiro, extrema-se numa contradição absoluta.” (MARX, 1996).

A contradição está em que, enquanto meio de entesouramento, o dinheiro só pode exercer esta função ao ser retirado de circulação, mas se estiver fora da circulação todas as demais mercadorias perdem a capacidade de expressar seu valor. Esta contradição manifesta-se exatamente nas crises financeiras, onde se busca o dinheiro como meio de pagamento/entesouramento e provoca-se uma deflação generalizada dos ativos.

O entesouramento de dinheiro é possível pois esse último é capaz de preservar valor sem assumir a forma particular de qualquer das outras mercadorias e, portanto, não estar exposto ao desgaste pelo tempo, uso ou ao risco de perda por mudanças na produção ou circulação que afetem seu valor.³ A interrupção no circuito é possível apenas na presença do dinheiro, criando-se a separação entre vendas e compras e permitindo ao entesourador retirar o dinheiro de circulação após lançar sua mercadoria nesta.

Mas enquanto isso se constituía numa forma possível de acumulação pré-capitalista, no capitalismo o entesouramento torna-se uma forma estéril e estática de acumulação, pois retirado da circulação o dinheiro não pode ser transformado nas mercadorias capazes de permitir a criação de um valor excedente. O entesouramento ressurgiu na economia capitalista como uma ‘necessidade social’ originada nas próprias condições da circulação de mercadorias, ou seja, o entesouramento justifica-se pelo seu contrário, a circulação de mercadorias e, logo, do dinheiro, uma vez que o comprador de mercadorias se torne devedor e, como tal, busque transformar mercadoria em dinheiro para poder pagar sua dívida.

Esta “necessidade social” é a função de meio de pagamento exercida pelo dinheiro que lhe permite tornar-se a denominação geral dos contratos, qualificando-o como o objetivo da circulação de mercadorias e permitindo que outros instrumentos o substituam na função de meio e circulação, como moeda, desde que seja reconhecido que estes podem ser transformados, se necessário, no meio de pagamento, ou seja, em dinheiro.

Essa é uma contradição inerente a forma dinheiro do valor na medida em que, por servir como meio de pagamento, o dinheiro é “desmaterializado”, na circulação, pela sua substituição por *signos* que o representam na função de meio circulante, enquanto ele é reintroduzido na circulação quando chega o momento de efetivar-se o pagamento contratado, o que só pode ser realizado pelo dinheiro em sua inteireza.

3 Mudanças tecnológicas que reduzam a quantidade de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria ou mudança na estrutura de mercado que reduza a capacidade do capitalista obter, da demanda. O preço (i.e., o valor em dinheiro) esperado quando tomou a decisão de produzir ou investir.



Com o desenvolvimento do sistema financeiro possibilitado pela expansão do dinheiro em sua função de meio de pagamento, a função de meio e circulação, exercida inicialmente pelo dinheiro passa a sê-lo por instrumentos derivados deste, como a letra de câmbio, títulos de dívida, cheques e cartões de crédito, por exemplo. A partir daí, como meio de pagamento, o dinheiro deixa de ser necessário no meio de circulação, uma vez que penetra na circulação, depois de a mercadoria ter sido dela expulsa. O dinheiro já não exerceria nesse caso a função de intermediário do processo e tornar-se-ia o próprio fim da venda.

Segundo Marx, com o entesouramento ocorre o processo inverso. Ao contrário da função de meio de pagamento, que permite intensificar a circulação de mercadorias pela sua substituição como meio circulante, no processo de entesouramento, interrompe-se a circulação com a primeira fase [M-D]; retira-se da circulação a forma transfigurada da mercadoria, o dinheiro. Mas, embora representem processos inversos, estes são complementares para o papel exercido pelo dinheiro para o entendimento dos fenômenos das flutuações econômicas e das crises financeiras, em particular, e para o entendimento dos fenômenos das flutuações econômicas e das crises financeiras.

Assim, na fase mais primitiva de acumulação, o entesouramento se torna uma “necessidade social, oriunda do próprio processo de circulação” e que, neste aspecto, tem sua relevância crescente, na medida em que a função meio de pagamento expande-se, i.e., na medida em que as transações baseadas no crédito expandem-se na economia, os capitalistas precisam de liquidez para saldar suas dívidas contratadas.

Mas o entesouramento também é capaz de manifestar-se de forma aguda e crítica para a operação da economia capitalista exatamente através de uma relação inversa - não mais *direta* - com a expansão da função meio de pagamento. Na medida em que os capitalistas esperam não serem capazes de saldar suas dívidas a partir dos fluxos monetários provenientes do processo de valorização do capital e decidem não a contrair optam por preservar o capital em sua forma monetária de capital-dinheiro, i.e., demandam dinheiro como um fim-em-si-mesmo, dinheiro como *tesouro*.

Nestas condições, os instrumentos derivados do dinheiro que o substituem em condições ‘normais’ dos negócios, como meios circulantes, deixam de ser aceitos como moeda, perdem seu caráter monetário frente as necessidades daquele que pretende alienar sua mercadoria, não mais em troca de um meio circulante, de uma promessa de pagamento futuro em dinheiro, mas apenas pelo dinheiro propriamente dito.

Os pagamentos deixam de ser efetuados por compensação mútua de créditos a receber. Apenas dinheiro é aceito como meio de pagamento e não apenas na magnitude do saldo das operações contábeis, deseja-se o valor dos débitos em sua totalidade na forma de dinheiro. Neste caso, a preferência pelo entesouramento manifesta-se de forma aguda, mas é uma decorrência da expansão da função meio de pagamento. Se a crise não se apresentar na sua forma mais aguda, o entesouramento pode se dar nas formas derivadas do dinheiro, i.e., por créditos em conta corrente ou outras formas de ativos na forma de dinheiro legalmente aceita, como as cédulas de papel-moeda, ou mesmo em dinheiro-mercadoria.



As considerações de Marx são bastante claras sobre o papel do crédito na economia capitalista. Se o crédito dos capitalistas para com outros capitalistas (longe, portanto de uma simples redução ao uso de poupanças) é capaz de expandir o volume de capital na economia para além dos limites da acumulação anterior, então não há espaço para interpretações viesadas que apregoem que Marx iguale-se aos liberais clássicos defendendo que o investimento “legítimo” seria aquele que se derivasse unicamente da poupança anterior. Porém, é mais fácil observar que, à semelhança dos clássicos, Marx não viu nenhuma dificuldade adicional quando, como consequência óbvia do esquema clássico da lei dos mercados, todo o dinheiro retornasse sob a forma de novo investimento. Ou seja, que todo o dinheiro acumulado seria inevitavelmente investido na produção.

No capítulo XVII, Livro segundo de *O capital*, “A circulação da mais-valia”, Marx explica o porquê da formação de tesouros não constituir nenhum entrave para o avanço da economia capitalista. Ali, Marx observa que a acumulação de capital-dinheiro latente não constitui obstáculo para a expansão da economia capitalista, pois o sistema de crédito fornece a cura para a possível esterilidade desse montante de tesouros.

O capital-dinheiro que o capitalista ainda não pode aplicar no próprio negócio, aplicam-no outros que por isso lhe pagam juros. Para ele, tem a função de capital dinheiro no sentido específico do termo, de uma espécie de capital desligado do capital produtivo. Mas opera como capital em outras mãos. É claro que, com a realização mais freqüente da mais-valia e com a escala crescente em que é produzida, aumenta a proporção em que se lança no mercado financeiro novo capital-dinheiro latente ou dinheiro como capital, sendo aí, pelo menos em grande parte, reabsorvido em produção ampliada. (MARX, 2000).

Além disso, no mesmo capítulo, Marx, citando William Thompson, observa que o montante de riqueza acumulada é insignificante em relação às forças produtivas da sociedade a que pertence, pois “nada é possível acumular, sem satisfazer antes as necessidades inevitáveis e o grande fluxo das inclinações humanas corre em busca do gozo; daí a soma relativamente insignificante da riqueza real da sociedade num momento dado”⁴. Mas a questão só fica mais clara quando Marx conceitua o capital-dinheiro, tornando evidente o porquê dele não representar grande entrave para o processo de circulação de mercadorias e/ou para o progresso capitalista. Assim, ele define o capital-dinheiro como aquele que abrange:

- 1) **Depósitos bancários, ficando de fato nas mãos de um banco uma soma relativamente ínfima de dinheiro.** Amontoa-se capital-dinheiro apenas nominalmente. O que se amontoa realmente são os créditos que só podem converter-se em dinheiro (na medida em que isso ocorre), porque se estabelece equilíbrio entre as retiradas e os depósitos. O que fica no banco como dinheiro é sempre soma relativamente pequena.
- 2) **Títulos da dívida pública**, os quais de modo nenhum são capitais, mas simples créditos sobre o produto anual da nação.

⁴ Marx, citando THOMPSON, W. *Inquiry into the principles of the distribution of Wealth*, Londres: 1850, p 453.



3) **Ações.** Ressalvados os casos de logro, constituem elas títulos de propriedade sobre capital efetivo pertencente a uma sociedade e representam direito sobre a mais-valia que daí anualmente flui.

Em todos esses casos, não se amontoa dinheiro: o que aparece de um lado como capital-dinheiro amontoado, apresenta-se do outro como contínuo dispêndio efetivo de dinheiro. Não importa que o dinheiro seja empregado pelo próprio dono ou por outros, dele devedores. (MARX, 2000, cap. XVII, p.393)

Não se pode deixar de notar que, se todo o dinheiro fruto da mais valia depositado nos bancos será canalizado pelo sistema financeiro para a produção - para o novo investimento - e que nenhuma dificuldade adicional no campo da incerteza se acrescentaria no horizonte das decisões capitalistas e todo o dinheiro poupado seria investido. Os tesouros acumulados não seriam um problema porque na realidade, na forma dinheiro, quase não existiriam. A maior parte desses tesouros seria convertida em capital portador de juros e estaria, portanto, disponível aos outros capitalistas, sendo assim repostos em circulação rapidamente.

Quando crisálida dinheiro, tesouro, apenas capital-dinheiro em formação progressista, é absolutamente improdutivo, corre paralelo ao processo de produção capitalista. A cobiça de obter lucro ou renda, aproveitando essa mais-valia que se entesoura como capital dinheiro virtual encontra a concretização de seu objetivo no sistema e nos títulos de crédito. Assim, sob outra forma, adquire o capital-dinheiro a mais prodigiosa influência sobre o curso e o vigoroso desenvolvimento do sistema de produção capitalista. (Marx, 2000, p.199)

Enquanto tesouros, de fato representariam como Marx afirmou uma quantia ínfima diante das forças produtivas do sistema capitalista. Mas, há ainda outra resposta plausível que garante a conversão desse dinheiro acumulado em tesouros em novos investimentos (mesmo na hipótese de que o juro não seja atraente e que predomine a incerteza): a concorrência capitalista.

1.1. O CONTROVERSO PAPEL DO DINHEIRO: DIFICULDADES ADICIONAIS PARA A ANÁLISE DO ENTESOURAMENTO NUMA PERSPECTIVA MARXIANA

O objetivo desta seção é buscar entender o fundamento na análise marxiana do entesouramento. Se, para Miglioli (1982), uma questão chave para o entendimento do processo de acumulação passa pela compreensão do papel do dinheiro, para a análise do papel do entesouramento - decorrente da interrupção do ciclo de sucessivas compras e vendas de mercadorias - a ideia permanece a mesma.

Se já ficou claro que a análise do entesouramento encerra em si algo de contraditório por ser necessariamente paralela ao desenvolvimento das forças do sistema, servindo a diversos propósitos (alguns deles coerentemente justificados como: o de servir de uma espécie de válvula reguladora da quantidade de dinheiro necessária para a circulação e também como o expediente utilizado para a



acumulação de capital-dinheiro mantido em estado latente à espera de atingir o montante que vai permitir que desperte como novo capital - além de outros propósitos menos justificáveis circunscritos à esfera dos fetiches pelo dinheiro e pelos desejos abstratos de “riqueza” que possa representar) ainda nos resta uma complicação adicional. Se não ficar claro o papel do dinheiro (as funções que ele encerra) muitas confusões teóricas e mesmo erros de análise podem daí surgir.

Marx define o dinheiro como sendo uma mercadoria. Observe que, se o dinheiro é mercadoria, logo possui valor de uso e também valor de troca. Portanto, é possível, a princípio, pensar que não há nada de irracional em demandar dinheiro pelo dinheiro, por exemplo. Isto é, como qualquer mercadoria, a demanda de dinheiro pelo dinheiro poderia ser explicada pelos desejos de realização do valor de uso encerrado na própria mercadoria (no caso, na mercadoria dinheiro). Nesse caso, se não se define o que vem a ser o valor de uso do dinheiro, a confusão estará criada.

Tal confusão não teria início ao entender-se que “o valor de uso do ouro, que serve de dinheiro, consiste em ser portador do valor de troca e, como matéria amorfa, em ser a encarnação do tempo de trabalho geral” (MARX, 1982, p. 94). Isto é, o dinheiro só tem seu valor de uso realizado quando se troca por outra mercadoria. Assim é que para evitar vícios analíticos no confronto das ideias de Marx com Keynes, que se aproxima, devemos esclarecer alguns conceitos relevantes sobre o papel do dinheiro (ouro ou prata) na economia capitalista, dentro do esquema analítico marxiano.

Marx define o dinheiro, antes de qualquer coisa, como sendo uma mercadoria. Mas não uma simples mercadoria, ou uma mercadoria qualquer. Trata-se de uma mercadoria que por características históricas específicas serve de referência para todas as demais. Assim, uma das *funções* dessa mercadoria é a de servir como medida de valor de todas as demais. Todas as demais mercadorias têm seus valores medidos em termos dessa mercadoria específica, tornando-a assim o *equivalente geral* de valor. Obviamente o que está sendo medido em última instância é o trabalho cristalizado em ambas as mercadorias (a mercadoria que terá seu valor de uso destruído pelo consumo e o dinheiro que, enquanto ouro ou prata, é igualmente portador de certa quantidade de trabalho cristalizado). Daí, compreender o dinheiro como mercadoria é fundamental.

Marx apresentou o ouro e a prata como sendo aquelas mercadorias que historicamente atingiram o *status* de equivalente geral (sobretudo o ouro) e, disse que, “como medida dos valores, o ouro não é nada mais do que dinheiro ideal, ou ouro ideal; como simples meio de circulação é dinheiro simbólico e ouro simbólico; mas em sua simples corporificação simbólica o ouro é dinheiro, ou seja, o dinheiro é ouro efetivo” (Marx, 1982, p.92). Marx ainda deixou claro que:

Como as mercadorias não são nada mais que dinheiro representado, o dinheiro é a única mercadoria efetiva. Contrariamente às mercadorias, que não fazem mais do que representar o modo de ser autônomo do valor de troca, do trabalho social geral e da riqueza abstrata, o ouro é o modo de ser material da riqueza abstrata. Sob o ponto de vista do valor de uso, cada mercadoria exprime em sua relação com uma necessidade particular, apenas um momento isolado da riqueza material. Mas o dinheiro satisfaz



toda necessidade, tendo-se em conta que é imediatamente conversível em objeto de satisfação de qualquer necessidade. (Marx, 1982, p.92)

Olhando por esse prisma, o dinheiro parece ser uma mercadoria demasiadamente especial a ponto de ser preferível a qualquer outra mercadoria. Obviamente que se tomarmos isso como verdade, então deveríamos nos perguntar: o que justificaria a troca na economia capitalista? Não seria melhor entesourar dinheiro?

Do ponto de vista do consumidor, a resposta seria obviamente não. Não se consome dinheiro. Marx observa o comportamento do entesouramento individual como contraditório. Isso porque o entesourador, na busca para obter prazeres sem limites, abdica de qualquer prazer. Ou seja, acumula dinheiro por esse permitir ao seu dono desfrutar da sensação de poder consumir enormes quantidades de valores de uso de outras mercadorias, ao mesmo tempo em que não exerce esse direito. Desfruta, por outro lado de um poder de compra muito além de seus limites pela simples avareza.

No entanto, mesmo apelando para a frugalidade do consumidor individual, ainda assim não se poderia ousar defender a tese de, por ser uma mercadoria especial, o dinheiro pudesse vir a se tornar preferível às demais mercadorias. E ainda que tal preferência existisse, isso não se constituiria em um entrave duradouro para a circulação de mercadorias. Isso porque, pelo menos no que dizia e ainda diz respeito aos trabalhadores, a quantidade de dinheiro a qual recebiam pela sua jornada de trabalho (trabalho social necessário) seria suficiente apenas para comprar aqueles produtos que servissem para a manutenção e a reprodução da sua força de trabalho. Ainda não é o momento, mas já se pode alertar para uma congruência com os escritos de Keynes: a análise do entesouramento só faz sentido na esfera das decisões dos capitalistas.

Com o avanço da economia capitalista, o volume de tesouros acumulados tende a ser menor que as forças produtivas em movimento (tanto o volume de tesouros individuais quanto o volume de tesouros necessários para por em movimento o circuito das mercadorias). A explicação para esse fato reside na análise do dinheiro enquanto *meio de pagamento*.

Marx explica que, mesmo antes do desenvolvimento do sistema de crédito, mecanismos de compensação de transações comerciais já haviam aparecido. Mas é com o desenvolvimento do sistema bancário que sua magnitude seria significativamente aumentada. A partir da concentração do dinheiro nos bancos, as transações comerciais não necessitam mais da figura do dinheiro em metal propriamente dito e sequer das transferências dos *signos de valor* desse dinheiro de mão em mão. A questão se resolve pela compensação de débitos e créditos entre os diversos capitalistas, havendo a transferência efetiva de valores referentes às diferenças residuais entre os montantes de dinheiro.

A partir daí, fica ainda mais claro que o dinheiro que foge desse circuito, seja na forma de “adornos” seja sob a forma de fortunas enterradas, perde a importância. Como Marx já havia alertado o desenvolvimento do sistema de compensações bancárias torna mais reduzida a necessidade de dinheiro em espécie. Mas isso não significa que o dinheiro, enquanto ouro ou prata tenha perdido a importância, como parecem dizer alguns críticos modernos.



O dinheiro (sempre ouro e prata) fora da circulação, representado em qualquer *signo* ainda continua sendo o dinheiro ideal de Marx, ou seja, o *equivalente geral* de valor da economia capitalista. Isso não é rompido pelo fato de um *signo* ou de outro assumir a condição de signo ideal ou de *signo* mais preferível do dinheiro (como parece ter sido a trajetória do dólar norte-americano, ao longo do século XX).

Acusar Marx de ter errado na sua definição de dinheiro é, no mínimo, precipitado mesmo diante de análise empírica. Ainda que se reúnam números que venham a “provar” a hegemonia do dólar neste ou naquele momento, a análise não resiste a um argumento simples: de que horizonte histórico – em termos de tempo mesmo – está-se falando?

As discussões que se apresentam atualmente acerca da definição do papel do dinheiro na obra de Marx têm fundamentos na tentativa de “modernização” desse conceito, “atualizando-o” para os novos tempos, em uma economia “globalizada” pós-padrão ouro. Diz-se, em vários trabalhos, que o desvinculamento da emissão e conversão de papel-moeda em ouro após os anos 1970 (ruptura do acordo de Bretton Woods) e as modificações no Sistema Financeiro Internacional selou de vez a possibilidade de qualquer teoria que se fundamentasse nas flutuações do montante desse *equivalente geral* para explicar fenômenos intrínsecos ao processo de produção capitalista. No entanto, conforme veremos a seguir, não há consenso acerca dessa matéria.

A primeira visão do papel do dinheiro em Marx que se apresenta aqui é a de GERMER (1998, p.1). Esse autor entende que a versão de Marx a respeito dessa questão deve ser extraída, sem outras conjecturas, da análise estrita de seus escritos, com ênfase no *Capital*. Para ele, “o dinheiro surge quando a mercadoria que realiza a função de equivalente geral de valor passa a ser o ouro”, realizando as funções de medida de valor e de base do padrão de preços (ou padrão monetário), consistindo ainda, ele mesmo, numa mercadoria. Assim, GERMER (1998, p.1) acredita que haja certo exagero nas ressalvas neo-marxistas a respeito do papel do dinheiro no capitalismo contemporâneo, pós-padrão-ouro.

Não se pode deixar de notar o racionalismo analítico de Germer no que diz respeito à eventual destituição do ouro como dinheiro. Isso porque, a mercadoria que atinge o *status* de *equivalente geral* (Germer enfatiza o papel do ouro, embora em Marx a prata exerça igual função) tem nela certa quantidade de trabalho cristalizado. Não resta a menor dúvida que Marx vê nesse trabalho cristalizado na mercadoria o valor último da troca. Obviamente, enquanto *signo* de valor, não se espera que uma nota de \$100,00 (cem dólares) represente a quantidade de trabalho necessária para a sua emissão pelo Estado. Daí percebe-se que a confusão criada em torno do papel do dinheiro se faz a partir do momento em que alguns marxistas negam o seu próprio referencial teórico e deixam de lado a afirmação explícita de que o dinheiro, antes de tudo, é uma mercadoria. Nas palavras de Germer,

Com o progressivo desenvolvimento do sistema bancário, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, em especial após a I Guerra Mundial, o vínculo do padrão monetário com o ouro foi tornando-se mais e mais distante, até que, através de uma sucessão de eventos que culminaram em 1973, desfez-se aparentemente por completo, sem que o sistema monetário deixasse de funcionar, apesar das crises sucessivas que o sacudiram. Assim sendo, à primeira vista há uma contradição entre a teoria de Marx,



que requer que o dinheiro seja uma mercadoria, especificamente o ouro, e o desaparecimento, aparentemente, de qualquer vínculo explícito entre os atuais padrões monetários e o ouro. Isto parece significar, segundo autores marxistas, que a teoria de Marx sobre o dinheiro ou está errada ou é pelo menos insuficiente. Pode-se dizer que a maioria dos autores marxistas que, nos últimos 30 anos, aproximadamente, abordaram a teoria do dinheiro, adotaram uma combinação de duas atitudes diante desta dificuldade. (GERMER, 1998, p. 1-2)

Germer atribui o erro cometido por muitos marxistas ao fato de terem se apressado em aceitar evidências empíricas da supremacia do dólar no século XX em detrimento do ouro. A postura de Germer, ainda que não use esses termos, é tipicamente crítica ao *falseacionismo popperiano* que teria acometido alguns autores marxistas quando o assunto é “evidência empírica” e, de fato, não deixa de ter razão nesse ponto.

Não é sequer preciso lembrar que, no campo do método, Thomas Kuhn⁵ há muito demonstrou que simples anomalias empíricas não são suficientes para derrubar teorias. Os dados podem estar eles mesmos errados. Vistos sob o prisma do observador, embebedado por outras teorias, podem ainda ser interpretados de forma totalmente errônea. BLAUG (1993) já havia advertido que em economia, raras foram as controvérsias resolvidas pela análise empírica. O chamado problema de **Duhem-Quine** (que garante que as observações empíricas não estão de forma alguma independentes da ação de hipóteses de algum arcabouço teórico) gera a mesma desconfiança. Mesmo assim, Germer não a desautoriza por completo, sugere apenas a necessidade de mais pesquisas (teóricas e empíricas) antes de se chegar a conclusões definitivas.

Mas, tendo admitido “apressadamente” o erro de análise de Marx, os marxistas imediatamente passaram a procurar alternativas à sua explicação. E esses esforços caminharam em duas direções, no entender de GERMER (1998). A primeira delas, diz esse autor, admite que Marx errou na definição do dinheiro, o que exigiria uma nova teoria para a explicação dos fenômenos monetários do capitalismo contemporâneo que estivesse baseada em formas apenas simbólicas de dinheiro, os *signos* de valor de Marx.

A segunda linha esconde-se sob uma crítica mais branda ao referencial teórico sugerindo que a teoria de Marx teria sido “mal interpretada” já que admite a existência puramente simbólica do dinheiro, o que permitiria desenvolvimentos teóricos a partir desse reconhecimento. “*Em ambos os casos o fim da vigência de uma mercadoria na função de dinheiro é dado como certo. Esta suposição, porém, não é facilmente sustentável na teoria de Marx, e parece não sê-lo de forma alguma*”. (GERMER, 1998, p. 2-3).

Uma síntese bastante esclarecedora da visão oposta a de Germer (1998) pode ser encontrada em PAULANI (2000); nesse e em outros trabalhos, sustenta-se que apenas em Marx é possível perceber o caráter contraditório do dinheiro. Em sua essência, argumenta Paulani, o dinheiro “*é pura forma, mas que têm de, na aparência, manter sua aura de concretude. Ele a um só tempo, tem e não tem de ser mercadoria: não pode sê-lo essencialmente; tem de sê-lo aparentemente*”

5 KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3.^a edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.



PAULANI (2000, p. 106). Mas é no momento em que o dinheiro se coloca como dinheiro mundial que autora encontra subsídios para defender essa moderna forma marxiana de ver o dinheiro. Isso porque, segundo ela, o caráter contraditório manifesto a partir das “*três determinações do dinheiro*” (ser medida do valor, ser meio de troca e ser simultaneamente dinheiro de crédito e objeto de entesouramento) explica, são mantidas quando o dinheiro torna-se mundial.

É só aí, porém, lembra ele [Marx], que o dinheiro ganha uma forma de existência adequada a seu conceito, pois só aí torna-se possível efetivar a dimensão de infinito inequivocamente presente em sua natureza. No entanto, aí o erro teórico, ele afirma que, enquanto dinheiro mundial, o valor não aceita representantes; exige-se o valor em pessoa. E poderia Marx pensar diferente? Constrangido historicamente pelo domínio do padrão ouro e do *Bank Act* de 1844, poderia imaginar, ainda que isso estivesse indicado em suas considerações teóricas, que o dinheiro mundial viria a ser um papel verde pintado sem nenhum valor intrínseco? Por isso Marx errou na teoria mas acertou no método. O capitalismo de seu tempo ainda não tinha amadurecido o suficiente para realizar plenamente todas as potencialidades inscritas no objeto dinheiro e que Marx soube tão bem indicar. É só nos marcos de um regime monetário como o atual, inteiramente fiduciário e com câmbio flexível, que o dinheiro pode realizar plenamente sua essência descarnada. Se, como adiantou corretamente Marx, o espaço mundial é o *locus* em que o dinheiro ganha uma forma de existência adequada a seu conceito, é só com sua desvinculação do ouro que ele ganha uma matéria (a forma pura) capaz de realizar plenamente essa existência. Enquanto ele permaneceu preso a uma “mercadoria de verdade”, ele continuou constrangido pelos limites da matéria, não podendo assim realizar em sua plena efetividade, sua natureza de forma autônoma do valor, de forma por excelência de sua existência. (PAULANI, 2000, p. 106)

Embora a visão de Germer (1998) siga de perto a lógica original (onde o *signo* do valor não se constitui em dinheiro e sim em *moeda*, ou meio de pagamento) Marx deixou claro que a expansão da produção capitalista acabaria por levar a um contínuo afastamento da necessidade da presença em si do dinheiro da esfera da circulação, isso não o exime [Germer] de, ao menos, levar em consideração outros elementos complicadores.

As concepções de Marx sobre o afastamento do dinheiro, em espécie, da esfera da circulação partem do pressuposto de que isso seria uma decorrência direta da introdução de representantes do dinheiro nas transações capitalistas. Em última instância, aliás, até mesmo esses *signos* de valor, aos quais Marx fez referências como os representantes do equivalente geral, deixariam de circular em larga escala, à medida que o sistema de compensações financeiras eliminasse a necessidade de sua presença física.

A supremacia do dólar enquanto *dinheiro* mundial no século XX tem, no entanto, em sua raiz ligação direta com o fato de que por lei, durante grande parte desse período, essa moeda era *convertível no equivalente geral*. É óbvio que nesse caso, nada há que se objetar com relação ao que propõe Germer. Mas a questão fica, de fato, mais complexa quando o sistema de conversibilidade cai.

Nesse contexto, a importância do dinheiro, enquanto ouro (ou prata) teria sim que ser revista. Isso não significa dizer que Marx estivesse errado. Se a base do



sistema de reprodução capitalista encerra ainda as mesmas mazelas, os meios pelos quais a conservação do *establishment* é garantida podem ser mudados. Agora, isso não é motivo para acreditar que Marx tivesse deixado portas abertas para todo o tipo de interpretação. Mas Germer tem razão quando se dirige àqueles que apontam para o erro da análise do dinheiro em Marx concluindo que,

Como condição necessária a este resultado, esta teoria concebe o dinheiro apenas como meio de circulação, e não como meio de entesouramento ou reserva de valor. Disto resulta que todo dinheiro existente na economia se mantém na circulação, o que seria impossível se o dinheiro possuísse valor próprio, caso em que a sua quantidade em cada momento seria determinada pela relação entre o valor total de mercadorias a circular e o valor do dinheiro, requerendo, portanto, outro componente conceitual: um reservatório para onde fluísse o dinheiro momentaneamente em excesso, e de onde refluísse quando a circulação dele necessitasse – o entesouramento. Sendo a variação da quantidade do meio circulante a responsável pela variação dos preços, explica-se assim a razão pela qual o controle da emissão de dinheiro constitui a preocupação principal dos autores quantitativistas. A teoria keynesiana também é cartalista. Embora divergindo da teoria quantitativa ao introduzir a função de reserva de valor do dinheiro, Keynes aderiu ao cartalismo de modo entusiástico (Keynes, TM I, cap. 1). Tal como Ricardo e grande parte dos adeptos da teoria quantitativa, parecia inicialmente conveniente, também a Keynes, que o valor do dinheiro fosse vinculado a um padrão objetivo, como garantia prática mais segura da sua estabilidade. (GERMER, 1998, p. 9)

As tais dificuldades adicionais para a análise do entesouramento, sob a perspectiva marxiana, e que foram título dessa seção, residem precisamente nessa questão. Apenas dinheiro é entesourado. Se aderirmos ao que pregam alguns neo-marxistas, que Marx errou ou que foi “mal interpretado” então teríamos que levar em conta uma esfera muito mais complexa do comportamento humano diante das crises e o referencial teórico deste trabalho teria que contemplar ainda novas concepções acerca do papel do dinheiro no capitalismo dentro de uma concepção Marxiana.

O dinheiro é uma mercadoria especial como se vê e, ao que parece, de difícil compreensão para os estudiosos do assunto. Ainda que parem dúvidas sobre a necessidade ou não de se fazer uma revisão acerca do seu papel no capitalismo, conservando as concepções originais (dinheiro como ouro ou como prata) o mero debate da questão pela academia, como se vê, já garante a necessidade de se realizarem mais estudos. No presente trabalho, seguiu-se a abordagem do dinheiro feita por Marx no *Capital* por entender-se que é a mais apropriada para o tema de que se trata o presente artigo.

Mas, de maneira geral, não faz sentido em Marx o desejo do dinheiro pelo dinheiro porque o seu valor de uso está em comprar mercadorias que lhe permitam ampliá-lo em quantidade. O entesouramento do dinheiro, antes da introdução do crédito, é racional se o objetivo for a formação de fundos para a reposição do capital desgastado ou a ampliação do estoque de capital. Faz também sentido naqueles casos em que sociedades bárbaras vêm nessa a única e verdadeira forma de manifestação e conservação da riqueza. Mas, numa economia capitalista desenvolvida (sobretudo na fase em que o sistema de crédito já está introduzido na análise) preferências pela conservação do dinheiro na forma de tesouros em



detrimento da sua aplicação na produção são caprichos absurdos de quem não compreende que é na obtenção da mais-valia que o capital se apoia para crescer.

2. O ENTESOURAMENTO EM KEYNES

Se em Marx o entesouramento, em momento algum, parece ser a causa última das crises capitalistas, em Keynes essa questão assume outra magnitude. O entesouramento é apontado claramente como um dos possíveis motivos para a queda da demanda efetiva, do baixo giro dos negócios e, conseqüentemente, dos lucros dos capitalistas a qualquer momento. Isto é, independente do fato de se considerar ou não a existência de um sistema de crédito desenvolvido. No entanto, assim como em Marx, em momento algum, o entesouramento (por vezes tratado indiscriminadamente como “poupança” por Keynes, na *Teoria Geral*) aparece como elemento deflagrador de crises das economias capitalistas. Seu papel é, por outro lado, reconhecido no **aprofundamento** das crises econômicas.

Note-se que, como já se havia alertado, no presente trabalho não se está propondo explicar as diferentes abordagens de Marx e Keynes das crises capitalistas. As diferenças de abordagem entre os dois a esse respeito são muitas, a começar pelos seus objetos de estudo. Como reconhece POLARI (1984), num excelente artigo que critica a concepção keynesiana das crises econômicas, Marx analisa não apenas a tendência à superprodução capitalista como também uma crise na taxa de lucro de longo prazo e, uma crise de superacumulação de capital. Keynes, por outro lado, concentra-se apenas na primeira delas (superprodução)

Assim é que se está buscando aqui compreender apenas o *papel do entesouramento nas crises*. Parece já ter ficado claro também que, em Marx, ele é praticamente nulo quando se trata de explicar as fases de baixas no circuito de circulação das mercadorias (ou que apenas gere dificuldades transitórias nas economias capitalistas desenvolvidas). Em Keynes, como será visto, parece evidente que o entesouramento contribui para o aprofundamento das crises econômicas, configurando-se, pois, num elemento causal, na ausência de medidas exógenas compensatórias, principalmente pelo efeito psicológico que a baixa de liquidez, mesmo que momentânea, pode representar para a formação de expectativas quanto ao futuro dos negócios.

Principiando pela análise do comportamento do consumidor, Keynes aponta para o equívoco de se imaginar que a “poupança” deva ser defendida como elemento chave para a prosperidade. Suas análises vão na direção de apontar a contradição entre o ato de poupar e de “enriquecer”, a partir do impacto negativo que uma decisão de “poupança” exerce sobre a renda (reduzindo-a). No linguajar de Keynes, o ato de não jantar hoje, não significa, de forma alguma, que jantaremos duas vezes amanhã e, mesmo no plano individual, tais decisões não são pequenas o bastante para serem desprezadas, constituindo-se, portanto, em um estudo relevante.

Embora um indivíduo, cujas transações são de pouca importância em relação ao mercado, possa, despreocupadamente, desprezar o fato de que a demanda não é uma operação unilateral, seria insensatez desprezá-lo



tratando-se da demanda agregada. É esta a diferença vital entre a teoria do comportamento econômico da comunidade e a do comportamento de uma unidade individual, na qual admitimos que as variações na demanda do próprio indivíduo não afetam sua renda. (KEYNES, 1996, p.109)

Obviamente, uma dificuldade da qual poucos se apercebem, é que essa análise só seria coerente se assumíssemos que o consumidor teria condições de poupar. E, como o próprio Keynes define a poupança como o excesso de renda sobre o consumo, os consumidores deveriam se encontrar em condições satisfatórias o suficiente para que suas rendas superassem suas necessidades básicas.

Se essa análise, do ponto de vista do consumo fosse centrada no consumo de bens de luxo pelos capitalistas, ela certamente seria mais coerente do que uma abordagem generalizada, a não ser que essa última fosse dirigida para aqueles momentos excepcionais na história capitalista onde os salários estão mais elevados. Cabe lembrar, no entanto, que no estudo da economia, para entender os desdobramentos de uma teoria e mesmo para criticá-la, se for o caso, é necessário que se proceda à análise a partir dos fundamentos de cada corpo teórico com que se defronta o pesquisador. Mas Keynes não fez nenhuma ressalva quanto ao fato dos salários pagos aos trabalhadores tenderem ao “nível de subsistência” clássico. Daí, falar em poupança dos trabalhadores seria um contrassenso.

Talvez por isso, Keynes logo abandona a análise no plano do consumo para se concentrar no plano do empresário (capitalista) e é aí que reside a grande diferença. O entesouramento em Keynes deve ser explicado desse ponto de vista. Para evitar cair na circularidade de algumas digressões tão características de sua escrita, parte-se imediatamente para a análise das decisões de investimento, questão fundamental para explicar as crises em Keynes. Num primeiro momento, convém observar que sua análise do papel do crédito se dá na mesma direção da de Marx, reconhecendo sua importância para a expansão do investimento para além das fronteiras anteriores da possibilidade de acumulação de dinheiro. Assim, Keynes reconhece que,

A ideia de que a criação de crédito pelo sistema bancário permite realizar investimentos, aos quais “nenhuma poupança genuína” correspondente, resulta, unicamente, de se isolar uma das consequências do aumento do crédito bancário, com a exclusão das demais. Se a concessão de um crédito adicional a créditos já existentes permite ao empresário efetuar uma adição ao seu investimento corrente, que de outro modo não poderia ocorrer, as rendas aumentarão necessariamente e numa proporção em que, em geral, excederá a do investimento suplementar. Além disso, salvo em caso de pleno emprego, tanto a renda real como a monetária serão acrescidas. (KEYNES, 1996, p.107)

Mas Keynes aponta algumas dificuldades adicionais que impedem que esse mecanismo funcione corretamente. Em primeiro lugar, vamos considerar o caso em que o empresário deseja fazer uso do crédito, mas não consegue. Do ponto de vista das teorias tradicionais, e mesmo de Marx, seria um contrassenso imaginar que, tendo recursos disponíveis, as instituições financeiras praticassem políticas fortemente restritivas de concessão de crédito. Em Keynes, essa atitude é



plenamente plausível em contextos de crise ou de alta alavancagem empresarial (essas últimas típicas em momentos de superaquecimento).

Nesse caso, o sistema já não funcionaria de forma fluida e as condições para a expansão do equipamento de capital seriam negativamente mudadas. O principal fator objetivo - que marcaria essa mudança de condições de crédito - seria o predomínio da especulação (com as ações como balizadoras, mas não como único elemento determinante). Novamente, fica um tanto obscuro o ponto que marcaria essa mudança nas condições, objetivamente falando.⁶

Mas, pode-se afirmar com segurança que, em ambos os autores (Marx e Keynes) os limites ao investimento são afrouxados a partir da introdução do crédito. A diferença fundamental aqui é que, em Keynes, a possibilidade de haver excesso de poupança, ou (o que para ele é o mesmo: a deficiência nos níveis de investimento) é real e está tão presente nas economias capitalistas que, na prática, constitui-se na melhor explicação para as crises econômicas. Isto é, ao introduzir a “incerteza” sobre os retornos de capital na sua análise (diferenciando sua abordagem da dos economistas clássicos) atribui a esse fator a responsabilidade pela queda do nível de investimentos quando o “empresário” [capitalista] não mais acredita que uma expansão no equipamento de capital lhe traga o retorno apropriado para essa empreitada, o que se constitui no principal obstáculo para a prosperidade econômica.

A incerteza governa a psicologia do investimento em Keynes. Como já se disse aqui, Marx não desprezou a existência desse elemento, pois considerou a atividade capitalista em si incerta, permanentemente cercada de riscos. A diferença na abordagem keynesiana da questão está em considerar a atitude empresarial na vigência de incertezas. Em Keynes, o empresário pode efetuar (e ele realmente o faz segundo seu ponto de vista) uma parada técnica no investimento em momentos de abalo na confiança quanto ao futuro dos negócios. Nessa ocasião, ele pode preferir conservar dinheiro ignorando, inclusive, em muitos casos, a necessidade de reposição do capital físico desgastado.

Tal conclusão parece convidativa em momentos de recessão ou de depressões econômicas se assumirmos a ideia de que as decisões de investimento sejam governadas exclusivamente por comparações entre os rendimentos esperados da produção e os rendimentos especulativos obtidos no sistema financeiro (destino alternativo do capital-dinheiro). Assim parece plausível que muitos capitalistas afligidos por uma mudança no seu “estado de confiança” quanto ao futuro dos negócios paralise os investimentos. Restaria saber os fundamentos econômicos que permitiriam a remuneração de grandes somas de capital-dinheiro paradas nos bancos, ou de onde viria o “valor” que aumentaria esse capital.

Se, como resultado desse agigantamento do capital financeiro, houver uma redução nas taxas de juros sobre o crédito, ainda assim, não haveria garantias, dentro do esquema explicativo keynesiano, de aumento do investimento já que o empresário não observaria apenas o preço do dinheiro (e mesmo o preço dos equipamentos de capital, agora reduzidos) no momento de investir. Definitivamente, a expectativa de retorno – essa variável ora objetiva, ora subjetiva – é que teria o papel fundamental. A corrida para o dinheiro estaria assim explicada.

6 A leitura do capítulo 12 da *Teoria Geral* pode servir para ilustrar todas essas proposições.



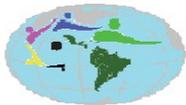
Mas as considerações mais relevantes para o confronto das visões do papel do entesouramento na crise capitalista entre Marx e Keynes recaem sobre os fundos destinados a repor o capital desgastado. Keynes é explícito ao apontá-los como causadores de recessões econômicas, dados os impactos negativos que exercem sobre a demanda efetiva. A riqueza dessa discussão está contida no capítulo oitavo da *Teoria Geral*.

A única ocasião em que tais fundos não trariam problemas para a produção e a circulação de mercadorias, diz ele, seria numa economia estacionária onde os abatimentos sobre os investimentos antigos seriam compensados pelos novos investimentos. Mas, em qualquer situação diferente, os resultados seriam outros, já que “os fundos de amortização e outras reservas análogas podem (...) reduzir o poder de dispêndio do consumidor muito tempo antes que ocorra a necessidade dos gastos de reposição (para os quais tais reservas foram constituídas)” (KEYNES, 1996, p. 121)

Nos Estados Unidos, por exemplo, ao chegar em 1929, a rápida expansão de capital nos cinco anos anteriores levou cumulativamente à constituição, com vista a um equipamento que não necessita ser renovado, de fundos de amortização e de margens de depreciação em investimentos completamente novos apenas para absorver essas reservas financeiras; chegou, ainda, a ser quase impossível encontrar mais investimentos novos em escala suficiente para corresponder ao volume de poupança nova, que uma comunidade próspera e em situação de pleno emprego se dispusera a guardar. Apenas este fator bastaria, provavelmente, para causar uma depressão. E, além disso, a mesma “prudência financeira” continuou a ser exercida ao longo da depressão pelas grandes firmas em condições de fazê-lo, fato que constituiu sério obstáculo para uma recuperação imediata. (KEYNES, 1996, p. 121)

Assim, a dificuldade fundamental, segundo Keynes, residiria no fato de que, enquanto aumenta o estoque de capital, os fundos para a reposição do mesmo aumentam em conjunto e pressionam o sistema no sentido de que expansões maiores ainda de capital passam a ser necessárias, o que tende a reduzir os ganhos provenientes de uma superprodução futura *vis-à-vis* o crescimento mais lento do consumo. O resultado é obvio: *colapso*. E é nessa situação que a parada no investimento parece ser coerente. Porque motivo aumentar o investimento no momento em que tanto os estoques de produtos acabados quanto os de equipamento de capital se encontram em níveis elevados?

Novamente, não se vê qualquer apelo para a guerra da concorrência capitalista. Tais fundos, ademais, causam a redução da renda disponível para o consumo, como Keynes observa, o que por sua vez tem impacto no volume de vendas no presente. A queda do nível de preços das mercadorias derivada do descompasso entre a oferta e a demanda, num momento em que os capitalistas buscam vender ser comprar e os consumidores procuram gastar a menor parcela possível de suas rendas em mercadorias, afeta a formação de expectativas quanto ao futuro dos negócios. Como corolário, tem-se o aprofundamento das recessões, num ciclo vicioso de baixa de expectativas quanto ao retorno futuro, queda dos investimentos, da renda, do consumo e, novamente, das expectativas quanto ao futuro.



O entendimento das causas do ciclo econômico constituiu e ainda se constitui num grande mistério para os economistas. Vários pesquisadores, alinhados com os mais diversos programas de pesquisa tentaram erigir uma teoria que explicasse o ciclo a partir de elementos ora internos ao seu programa de pesquisa, ora completamente externos a eles. Em suas notas sobre o ciclo econômico, no capítulo vinte e dois da Teoria Geral, Keynes argumenta que o investimento se retrai em momentos onde, por algum motivo, o rendimento esperado do capital investido descontado para o valor presente (*eficiência marginal do capital*) se encontre num valor inferior a uma *taxa de remuneração do capital* - em Marx, taxa de remuneração do *capital-dinheiro*- (*juro*). Os investimentos seriam suspensos, o que por si só, já garantiria a derrocada da demanda e seria refletido na queda dos lucros, devido à baixa nos preços das mercadorias.

Nessa análise, não ficam claros os elementos objetivos que permitiriam aos empresários antecipar os valores da eficiência marginal do capital e, tão pouco, o mecanismo que levaria todos os capitalistas (ou empresários) a preverem o mesmo evento. Os elementos objetivos mais explícitos aparecem no capítulo doze quando Keynes afirma que os desenvolvimentos e tendências recentes (no passado e no presente) embasam de alguma forma as projeções futuras e contribuem significativamente para a paz ou a angústia do *espírito animal* do capitalista.

Muitas das críticas as explicações keynesianas sobre as flutuações do volume de negócios guardam relação com o fato de ele dar muita importância a elementos *psicológicos* que afetariam as decisões de investimento, de consumo e de produção, de forma a precipitar uma crise em larga escala no sistema capitalista. Mas, isso não invalida a correção de sua análise na maioria dos pontos. Mesmo no caso em que recorre aos tais fatores psicológicos para a explicação de seus axiomas, Keynes encontra respaldo na evidência empírica de sua época.

Metodologicamente, como já se advertiu aqui, evidências empíricas não garantem a condição de “verdadeira” a uma teoria, mas serve como recurso de retórica para o ganho da “audiência” e o arrebatamento de seguidores. Assim sendo, em nada se pode desautorizar esse ou qualquer outro recurso de exposição pelo simples fato de não se constituir em algo interno ao paradigma compartilhado por determinada comunidade científica.

O que fica claro, porém, é que nos momentos de baixa nos negócios, observa-se uma fuga para a *liquidez* e não há nada mais líquido que o próprio dinheiro. É possível imaginar a situação em que um processo de vendas sem contrapartida em novas compras converta-se em dinheiro depositado a juros nos bancos. Mas é igualmente possível que se instale algum tipo de desconfiança quanto à solvência de todo o sistema financeiro e que se formem tesouros individuais. Mesmo no caso em que o dinheiro permanece nos bancos, não está garantida a interrupção do ciclo de compras e vendas que caracteriza a economia capitalista. A falta de investimentos em níveis adequados, a qualquer taxa de juros, independente de características institucionais e de concorrência, ainda encontraria explicação. Não deve restar dúvida, portanto, que os tesouros acumulados aí (tanto nos bancos, quanto os que se encontram em posse de particulares) representam um grande dano a economia. Numa comparação entre as ideias de Marx e Keynes acerca do entesouramento, BRUNHOFF (1978, p.39) observa ser paradoxal o fato de que é na análise marxiana (segundo ela) que se encontra uma maior ênfase psicológica nos motivos que levam



um indivíduo a entesourar. Para isso, a autora recorre aos trechos *d'O Capital* em que Marx cita a avareza, o gosto pelas qualidades estéticas do ouro, o frenesi da acumulação, etc. Explica ainda que a cobiça pelo ouro é devida à qualidade única da moeda [(sic), dinheiro] equivalente geral ter por função conservar esta unidade.

Contrariamente, a preferência pela liquidez keynesiana relaciona-se com o “motivo especulação”, elemento objetivo da análise que se relaciona ao comportamento observável num mercado monetário e sensível às variações da taxa de juro. BRUNHOFF, op. cit , não se esforça em separar as considerações de Marx em diferentes esferas analíticas (ou seja, as particularidades das considerações de Marx a respeito do entesouramento na reprodução simples, na reprodução ampliada, na análise da questão antes e depois da introdução do sistema de crédito, etc.). O mais provável é que esse fato se deva à falta de um comprometimento com o tema.

Mesmo assim, na seção em que se dedica a discutir o papel do entesouramento em Marx, a autora acredita poder sintetizar as diferentes abordagens entre ele e Keynes apelando para o lado puramente monetário. Assim, com relação às duas abordagens, afirma que:

Sem dúvida, uma e outra implicam uma arbitragem, entre moeda [(sic) dinheiro] e mercadorias, segundo Marx, e entre moeda [(sic) “Money” = dinheiro] e títulos financeiros segundo Keynes, arbitragem que tem por origem o desequilíbrio entre uma quantidade finita (segundo Marx) e uma oferta limitada (segundo Keynes) de disponibilidades monetárias e uma qualidade específica de moeda [(sic) dinheiro] cujo valor de troca é universal. No entanto, nem as condições, nem os efeitos do entesouramento são os mesmos para os dois autores. (BRUNHOFF, 1978, p. 39) ⁷

À GUIA DE CONCLUSÃO

Do que ficou dito, pode-se concluir que a análise do papel do entesouramento nas crises capitalistas merece, no mínimo, um pouco mais de atenção por parte da academia.

No caso específico das visões de Marx e de Keynes, fica claro haver momentos em que a acumulação de tesouros pode e de fato se constitui numa barreira (ainda que transitória) para a circulação de mercadorias.

Em Marx, o entesouramento aparece como decorrência da ruptura do circuito de sucessivas compras e vendas de mercadorias na economia capitalista. Em Keynes, tem-se o mesmo, mas tanto os motivos que levam a essa interrupção quanto as suas consequências (os desdobramentos todos que daí decorrem) são, de alguma maneira, diferentes.

A acumulação de tesouros para a compra de equipamento de capital destinado a repor o que já sofrera desgaste e mesmo para ampliá-lo em escala é, de tudo, o mais importante para o confronto do papel que exerce para esses dois economistas. Diminui-se, aqui, portanto, o papel do tesouro acumulado pelos

⁷ Não se quer cometer injustiças aqui, mas o conceito de dinheiro parece estar sendo usado como sendo o mesmo que moeda, o que não é correto.



indivíduos atingidos pela “febre” do ouro por não se reunir elementos objetivos que sustentem alguma conclusão válida.

Isso porque, já ali, é possível reconhecer uma diferença fundamental. Marx não vê nesse processo de formação de fundos algum grande empecilho para a dinâmica capitalista. Ele é parte do processo de produção, “corre paralelo a ela”. Em Keynes, a dificuldade decorrente da falta de opções para reinvestir esse capital acumulado ao longo dos anos (que ocorre tanto em momentos de crise – caso em que se configura mais grave – como antes dela) leva a uma subutilização dessas “poupanças”, o que pode e deve gerar abalos na economia capitalista, tudo o mais permanecendo constante.

Em particular cabe ainda salientar que as discussões sobre o dinheiro entesourado e seus efeitos sobre a economia voltaram a assumir relevância após episódios de pânico desencadeados pós-crise do *subprime* americano, fazendo com que esse campo de pesquisas se apresente como uma área promissora para a academia sobretudo se os avanços incorporarem variáveis comportamentais aos trabalhos dos autores aqui discutidos.

REFERÊNCIAS

BLAUG, M. **Metodologia da economia**: ou, como os economistas a explicam. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

BRUNHOFF, S. de. **A moeda em Marx**. Tradução de Aloísio Teixeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GERMER, C. M. O conceito de 'padrão-ouro' e os equívocos da economia política. **Value Theory Mini-Conference**, Boston Park Plaza Hotel, March 12-14 1998, at the EEA Annual Conference. Disponível em: <http://www.gre.ac.uk/~fa03/iwgvvt/files/9-germer.rtf> , acesso em: 12/12/2005.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1996.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3.^a edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MARX, K. – Marx - Salário, Preço e Lucro, Abril Cultural, série **Os Economistas**, São Paulo, 1982, cap. VI a XIV.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. 15. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro II. 8. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.



MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro II. Vol. III. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1991.

MARX, K. **Grundrisse**. Disponível em:
<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1857/grundrisse/index.html>. 2002.
Acesso em 23/12/2013.

MIGLIOLI, J. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva**. SP: T. A Queiroz; 1982

PAULANI, L. A atualidade da crítica da economia política. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 10, 2000

POLARI, R. S. A concepção keynesiana das críticas econômicas e sua crítica com base em Marx. **Revista de Economia Política**.V.4 n. 2, abril-junho 1984

RIBEIRO, N. R. **A crise Econômica: uma Visão Marxista**. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária,2008.

*Recebido em 10/09/2016
Aprovado em 31/10/2016*



O USO DA LOGÍSTICA REVERSA PARA ATENDER A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: ESTUDO DE CASO EM UMA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO PARANÁ

THE USE OF REVERSE LOGISTICS TO ATTEND SOCIAL ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY: A CASE STUDY IN A SUGARCANE AGROINDUSTRY IN PARANA

Ana Carolina Alves Gomes*
Angélica Patrícia Sommer Meurer**
Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor***

RESUMO

No contexto atual, as questões relacionadas à logística reversa têm ganhado destaque no mercado, pois os consumidores modernos têm uma visão cada vez maior de preocupação com fatores de ordem ecológica. A responsabilidade socioambiental é um importante instrumento para garantir a sobrevivência econômica da empresa. Sendo assim, este artigo identifica os impactos (econômicos, sociais e ambientais) da aplicação da logística reversa nos resíduos industriais gerados em uma agroindústria canavieira, a Usina Alto Alegre, localizada no estado do Paraná. Além disto, outra questão investigada é a análise da aplicação da logística reversa no atendimento a responsabilidade socioambiental através do Relatório de Sustentabilidade. A metodologia desta pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem predominantemente qualitativa e coleta de dados secundários. Conclui-se que a logística reversa está presente nas ações da usina estudada, e está relacionada diretamente com a Responsabilidade Socioambiental, pois aborda questões de ordem econômica (demonstrativo de valor adicionado), social (programas e projetos para a comunidade interna e externa) e ambientais (ações e investimentos sustentáveis).

Palavras-chaves: logística reversa; agroindústria canavieira; responsabilidade socioambiental.

ABSTRACT

In the current context, issues related to reverse logistics have gained prominence in the market, because modern consumers have a growing concern of ecological factors. Social and environmental responsibility is an important tool to ensure the economic survival of the company. Thus, this article identifies the impacts (economic, social and environmental) of the application of reverse logistics the industrial waste generated in a sugar cane industry, the Usina Alto Alegre, in the state of Parana. Moreover, another issue investigated is the analysis of the application of reverse logistics in meeting environmental responsibility through the Sustainability Report. The methodology of this research is characterized as descriptive, qualitative approach and secondary data collection. Conclude that reverse logistics is present in the actions of the agroindustry studied, and is directly related to Social Responsibility as it addresses issues of economic order (statement of value added), social (programs and projects for the community inside and outside) and environmental (sustainable actions and investments).

Key words: reverse logistics; sugarcane agroindustry; environmental responsibility.

* Analista de agronegócios na Federação da Agricultura e Pecuária do estado de Minas Gerais (FAEMG). Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Toledo). E-mail: anacarolinaufv@gmail.com.

** Professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR-Toledo. Economista e mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Toledo). E-mail: angelicapsmeurer@gmail.com.

*** Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Mestre Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Toledo). E-mail: geisiane.pintor@unila.edu.br ou geisiane.michelle@hotmail.com.



1 INTRODUÇÃO

O cenário social e econômico atual tem demonstrado que a variável socioambiental se tornou uma preocupação essencial nas decisões governamentais entre países, regiões e empresas. O desenvolvimento sustentável é a pauta principal para justificar que as instâncias pública e privada promovam o bem-estar social e permitam a continuidade e manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Todavia, é necessário existir um equilíbrio entre os benefícios advindos com os empreendimentos econômicos e financeiros com a preservação do meio ambiente e os impactos provocados por tais atividades.

No contexto organizacional, inúmeras melhorias sob o aspecto agrícola, tecnológico, produtivo, administrativo e comercial, bem como o reaproveitamento dos resíduos derivados da cana, confirmam os avanços do setor sucroalcooleiro nos últimos anos. Alguns aperfeiçoamentos podem ser evidenciados, tais como: tratamentos culturais, plantio, irrigação e colheita da cana com o emprego de variedades desenvolvidas em experimentos para a adequação em diferentes locais de plantio; a utilização de diferentes recursos no setor de automação industrial; reutilização dos subprodutos da cana-de-açúcar como melaço, óleo fúsel, leveduras e cogeração de energia por meio do bagaço da cana, dentre outros (SHIKIDA et al., 2002).

A logística reversa é um tema de importância crescente na dinâmica do mercado e preocupa as empresas, o governo e a sociedade. Inúmeros motivos impulsionam a relevância deste assunto, tais como a diminuição do ciclo de vida dos produtos, o avanço da tecnologia da informação, a ampliação do comércio eletrônico e a conscientização da necessidade de um desenvolvimento sustentável, primordialmente no que tange à escassez de recursos e à poluição ambiental.

Assim sendo, essa pesquisa analisará a aplicação da logística reversa no gerenciamento ambiental de resíduos industriais gerados por uma agroindústria canavieira, mais especificamente, a Usina Alto Alegre, que se constitui por quatro unidades de produção, sendo que três localizam-se no Paraná, nos municípios de Colorado, Santo Inácio e Florestópolis, e uma em São Paulo na cidade de Presidente Prudente (USINA ALTO ALEGRE, 2013).

Por conseguinte, salienta-se que a cana-de-açúcar é um dos principais produtos agrícolas cultivados no Paraná. O Estado é o quarto produtor nacional (safra 2011/2012), possui 30 unidades produtoras de açúcar e álcool, com impacto econômico sobre 142 municípios, onde são proporcionados aproximadamente 80 mil empregos diretos (ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA DO ESTADO DO PARANÁ – ALCOPAR, 2013).

A logística reversa engloba a transferência de materiais de pós-consumo (no fim de sua vida útil e/ou resíduos gerados ao final dos processos industriais) e de pós-venda (rejeitados por erros comerciais, recall, problemas de garantia, etc...) a partir do seu descarte após a concretização de sua utilidade primitiva pelo primeiro consumidor, até sua reintegração ao ciclo de negócios e/ou produtivo, sem causar maiores danos ambientais (LEITE, 2003).

Os resíduos industriais têm origem nas atividades dos mais diversos ramos da indústria. No caso de uma agroindústria canavieira, os principais resíduos são: o bagaço ou bagacilho, a torta de filtro, a vinhaça, o melaço, o óleo de fúsel, álcool



bruto e a levedura. No processamento de cana-de-açúcar pela agroindústria canavieira são gerados no Brasil aproximadamente 320 bilhões de litros de vinhaça, 88 milhões de toneladas de torta de filtro e 92 milhões de toneladas de bagaço anualmente (SPADOTTO, 2008).

Considerando este cenário atual, o setor sucroalcooleiro tem utilizado a vinhaça (subproduto que se origina na fabricação do etanol) como fertilizante, a torta de filtro (resíduo da filtragem do caldo de cana) na adubação dos canaviais; e também o bagaço da cana na co-geração de energia elétrica. Sendo assim, justifica-se a realização deste estudo no sentido de demonstrar o retorno e o aproveitamento dos resíduos industriais no processo produtivo de uma Usina que aplica a logística reversa em suas diretrizes.

Segundo dados compilados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar – UNICA (2013), o Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, com uma produção de 559 milhões de toneladas na safra 2011/2012, e ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de açúcar com um total produzido de 35,9 milhões de toneladas desta commodity. O País também é o segundo produtor mundial de etanol com 22,6 bilhões de litros (ficando atrás apenas dos Estados Unidos). No âmbito nacional, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013) o estado de São Paulo foi o maior produtor de cana-de-açúcar com 58,20% do total (safra de 2011/2012), seguido de Minas Gerais (9,20%), Goiás (7,50%), Paraná (6,10%).

O setor sucroalcooleiro é alvo constante de inúmeros questionamentos no que se refere aos aspectos positivos e negativos da sua presença em uma determinada região. No que diz respeito à externalidades positivas, esta cultura gera divisas para o Brasil, através da produção do açúcar, do etanol anidro (aditivo para a gasolina) e do etanol hidratado, além de ser um combustível renovável e menos poluente ao meio ambiente.

A agroindústria canavieira apresenta enorme potencial no que tange a impactos ambientais (emissões atmosféricas, contaminação das águas e do solo). Além de riscos ambientais, o cultivo e a moagem da cana geram outros tipos de impactos negativos, com destaque para os sociais, tais como: alterações no modo produtivo dos municípios inseridos na economia sucroalcooleira; competição com outros cultivos alimentares; concentração da posse da terra e a incorporação de terras de pequenos e médios produtores pelas empresas agrícolas.

Deste modo, o objetivo deste estudo é identificar os impactos (econômicos, sociais e ambientais) da aplicação da logística reversa nos resíduos industriais gerados na Usina Alto Alegre, que está entre os maiores complexos industriais de açúcar e álcool do Brasil. Ademais, outra questão que também é investigada e explorada neste trabalho é a análise da aplicação da logística reversa no atendimento a responsabilidade socioambiental através do Relatório de Sustentabilidade.

Este estudo está estruturado em cinco seções, incluindo a presente introdução. Na segunda seção é realizada uma breve revisão sobre o conceito de logística reversa e responsabilidade socioambiental. A terceira seção aborda a metodologia utilizada neste estudo, bem como as fontes de dados. A quarta seção apresenta a caracterização da área do estudo e a discussão dos resultados encontrados. Por fim, considerações finais encerram o trabalho.



2 REVISÃO DA LITERATURA

Atualmente, em decorrência de uma legislação ambiental mais rígida e um maior conhecimento desta por parte dos consumidores, as organizações estão preocupadas em utilizar a maior quantidade possível de materiais reciclados, bem como ainda ter cuidado com o descarte correto de seus produtos ao final de seu ciclo de vida. Deste modo, esta seção apresenta uma breve revisão de literatura sobre os conceitos de logística reversa e responsabilidade socioambiental.

2.1 LOGÍSTICA REVERSA

As inúmeras definições de logística reversa até o momento revelam que o conceito ainda está em evolução, em face das novas possibilidades de negócios relacionados com o crescente interesse empresarial e o interesse por pesquisas nesta área na última década.

Segundo Ballou (2006), a vida de um produto, sob a ótica da logística, não se encerra com a entrega ao consumidor. Sendo assim, pode-se conceituar logística reversa como:

[...] a área da logística empresarial que planeja, opera e controla o fluxo e as informações logísticas correspondentes, do retorno dos bens de pós-venda e de pós-consumo ao ciclo de negócios ou ao ciclo produtivo, por meio dos canais de distribuição reversos, agregando-lhes valor de diversas naturezas: econômico, ecológico, legal, logístico, de imagem corporativa, entre outros (LEITE, 2003, p.16).

Esse ramo da logística tem por objetivo tornar possível o retorno dos bens ou de seus materiais componentes ao ciclo produtivo ou de negócios. Agrega valor econômico, ecológico, legal e de localização ao planejar as redes reversas e as respectivas informações e ao operacionalizar o fluxo desde a coleta dos bens de pós-consumo (produtos que estão no final de sua vida útil, devido ao uso) ou de pós-venda (mercadorias que geralmente apresentam pouco uso, ou nem foram utilizados) por meio de processamentos logísticos de consolidação, separação e seleção, até a reintegração ao ciclo (BALLOU, 2007).

Em razão dos impactos provocados pelos produtos sobre o meio ambiente, as sociedades modernas têm desenvolvido uma série de legislações e novos conceitos de responsabilidade empresarial, de modo a adequar o crescimento econômico às variáveis ambientais. Assim:

As legislações ambientais envolvem diferentes aspectos do ciclo de vida útil de um produto (ou a dos produtos que o constituem), desde a fabricação e o uso de matérias-primas virgens até sua disposição final. Dessa maneira, essas legislações regulamentam a produção e o uso de “selos verdes” para identificar produtos ‘amigáveis’ ao meio ambiente como, por exemplo: os produtos de pós-consumo que podem ou não ser depositados em aterros sanitários, restrição ao uso de produtos com conteúdos de matérias-primas secundárias (LEITE, 2003, p. 22).



As empresas estão cada vez mais comprometidas com questões de preservação ambiental. É nesse contexto que se insere o problema ecológico nos canais de distribuição reversos e o campo de atuação da logística reversa, pois se observa um crescente interesse de empresas modernas, entidades governamentais, partidos políticos e comunidades em geral pelo envolvimento ativo, diretamente ou por meio de associações, nos problemas ecológicos e no posicionamento de sua imagem corporativa.

Essas preocupações têm se traduzido por modificações de projetos visando melhorias nas condições de reaproveitamento, como na utilização de identificação nas diversas embalagens plásticas, adaptabilidade a desmontagens dos bens duráveis, etc...

Logística reversa não é apenas o retorno de produtos que já foram utilizados, mas fundamentalmente, é tudo aquilo que não será aproveitado no processo seguinte, portanto, deve ser re-inserido no mesmo processo ou em outros processos do mesmo sistema, em redes logísticas de outros sistemas, ou sem impacto ao meio ambiente como acontece com alguns dos resíduos de produção das usinas de açúcar e álcool, usados diretamente na adubação e preparo do solo no cultivo da cana-de-açúcar.

A logística reversa consiste em uma prática que promove a sustentabilidade, a qual não é apenas uma onda ecológica passageira, mas sim uma conduta administrativa que pode gerar ganhos financeiros para as corporações. Além de ser economicamente viável, legalizar sistemas ambientalmente e socialmente corretos, torna-se o eixo principal das organizações como resposta a uma pressão da coletividade por modelos de produção com menores danos ao meio ambiente.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Até a década de 1980, as empresas resistiam a iniciativas voltadas para reduzir seus impactos socioambientais. Alegavam que os custos de tais ações comprometeriam seu lucro, competitividade e oferta de emprego, prejudicando acionistas, trabalhadores e consumidores. A partir do final dos anos 80 surgiram, no cenário internacional, discussões sobre questões ambientais e desenvolvimento sustentável (KARABOLAD, 2006).

No Brasil, a responsabilidade social iniciou-se com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE). Em 1982, foi lançado o prêmio Eco de cidadania empresarial, pela Câmara Americana do Comércio de São Paulo. No ano de 1984, foi publicado o primeiro balanço social pela empresa Nitrofertil (ROSA et al., 2009).

Em 1998, o empresário Oded Grajew criou o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, cujo objetivo é divulgar as práticas de responsabilidade social das empresas (ROSA et al., 2009). De acordo com o Instituto Ethos:

Responsabilidade Social Empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a



diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2009, p. 5).

A questão ambiental é essencial no processo de gestão. Para o crescimento das empresas é indispensável a “[...] existência de valores éticos, a responsabilidade social visando a sustentabilidade, a viabilidade econômica e financeira, a contribuição com a preservação e conservação do meio ambiente” (ROSA et al., 2009, p. 4-5). As ações sociais das empresas socialmente responsáveis devem compreender os sete vetores da responsabilidade social corporativa, os quais são:

[...] (i) apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua; (ii) preservação do meio ambiente; (iii) investimento no bem-estar dos funcionários e seus dependentes e num ambiente saudável de trabalho agradável; (iv) comunicações transparentes; (v) retorno aos acionistas; (vi) sinergia com os parceiros; e (vii) satisfação dos clientes e/ou consumidores (BRAGATO et al., 2008, p. 92).

Existem divergências quanto à definição e aplicação das variáveis relacionadas à responsabilidade socioambiental das empresas (CALIXTO, 2008). A responsabilidade socioambiental, um importante instrumento para garantir a sobrevivência econômica da empresa, era vista apenas como o que a empresa poderia ofertar à comunidade por meio de campanhas e doações. Atualmente, responsabilidade socioambiental inclui outros fatores, como “[...] a preservação do meio ambiente, a valorização do colaborador como parte integrante da empresa e, também, a preocupação em criar medidas que proporcionem qualidade de vida dentro da organização” (TACHIZAWA; POZO, 2007, p. 36).

Para que a responsabilidade socioambiental seja efetiva, é necessário que as empresas percam “[...] a visão dicotômica entre o meio ambiente e a competitividade” (KARABOLAD, 2006, p. 28). O conceito de responsabilidade socioambiental, entretanto, ainda é novo e pouco discutido de maneira crítica (KARABOLAD, 2006).

A preocupação com os danos à saúde humana e ao meio ambiente decorrentes da emissão de gases poluentes, como o gás carbônico, levou a busca por combustíveis menos poluentes, o que contribuiu para a expansão do setor sucroalcooleiro (OLIVEIRA et al., 2012).

A produção de açúcar e álcool lança menos de gás carbônico na atmosfera do que a exploração petrolífera. Entretanto, também causa danos ambientais, os quais decorrem, por exemplo, da queima das palhas de cana-de-açúcar e dos resíduos da industrialização da cana-de-açúcar, como o vinhoto (OLIVEIRA et al., 2012).

Além disso, segundo Shikida (2010), há ainda algumas externalidades negativas apresentadas pela atividade sucroalcooleira, tais como: i) uso da força de trabalho humana no corte de cana – trabalho de natureza sacrificante; ii) impactos ambientais conforme já mencionado – poluição do solo, água, ar e da vegetação nativa no entorno dos canais devido ao uso inadequado de herbicidas, além das queimadas; e iii) concentração fundiária – implica na exclusão de agricultores familiares e/ou na não ocupação de terras férteis que poderiam ser utilizadas para produção de outros alimentos.



Deste modo, apesar de o álcool ser um combustível menos poluente que a gasolina, os aspectos relacionados à sua produção devem ser considerados. As empresas do setor canavieiro devem preocupar-se com questões sociais, econômicas e ambientais por meio de medidas preventivas e corretivas no processo de produção de álcool e açúcar (OLIVEIRA et al., 2012).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma análise descritiva e estudo de caso. A abordagem metodológica utilizada é predominantemente qualitativa, com análise bibliográfica, em que se utilizou a coleta de dados secundários disponíveis em artigos, sites e demais materiais de consulta. Já o estudo de caso embasou o trabalho alocando a parte prática, onde é possível constatar empiricamente a aplicação da teoria com a realidade.

A referida pesquisa foi efetuada em uma usina sucroalcooleira, a Usina Alto Alegre, localizada no estado do Paraná. Utilizou-se neste trabalho o Relatório de Sustentabilidade desta usina do ano de 2011. Este se encontra disponível no site da agroindústria e aponta o mapeamento dos impactos de suas operações sobre a sustentabilidade, além dos aspectos sociais (geração e distribuição de riqueza e produzir para satisfazer as necessidades sociais) e da condição de existência e uso de recursos naturais direta ou indiretamente, geração de resíduos, emissões e efluentes (USINA ALTO ALEGRE, 2013).

Além disso, o Relatório possibilita maior controle das ações da usina; busca pela melhoria contínua; atendimento dos requisitos legais e transparência no relacionamento com seus *stakeholders*, ou seja, todos aqueles que influenciam uma empresa ou negócio.

Na área ambiental, sua preocupação é na geração dos impactos da queima da palha da cana, com consequências no volume de emissões de gases de efeito estufa e na fauna; do uso de combustível de origem fóssil na operação da frota; e do uso de recursos naturais diretos e indiretos em grande escala. E na área social, preocupa-se na dispensa de mão-de-obra por aplicação de novas tecnologias que envolvem mecanização.

O Relatório de Sustentabilidade é confeccionado de acordo com a metodologia *Global Reporting Initiative* - GRI, nível C da versão G3 (autodeclarado) – atendendo aos interesses dos *stakeholders* (demonstração de boas práticas de governança e transparência), além do diagnóstico de seus impactos e em seu desempenho socioambiental.

Os indicadores abordados no Relatório de Sustentabilidade da Usina Alto Alegre são questões de ordem administrativa (estratégias, perfil organizacional, parâmetros para o relatório, governança, compromisso e engajamento) e indicadores de desempenho (econômicos, ambientais, trabalhistas, dos direitos humanos, da comunidade e da responsabilidade com o produto).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

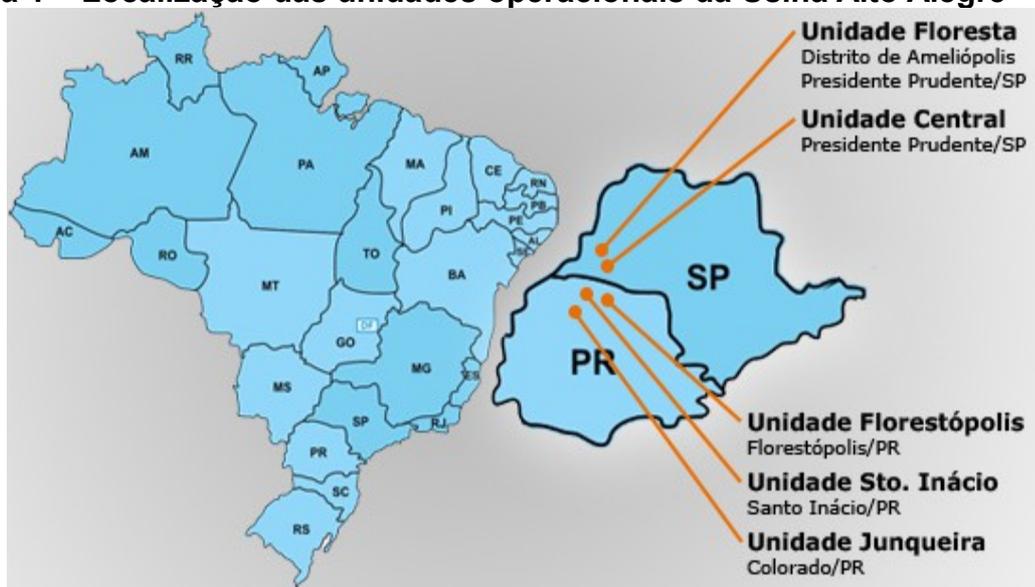
O objetivo deste estudo foi identificar os impactos econômicos, sociais e ambientais da aplicação da logística reversa nos resíduos industriais gerados na Usina Alto Alegre. Para tal, foi realizada uma análise descritiva baseada nos indicadores do Relatório de Sustentabilidade de 2011 da Usina. Esta seção apresenta a caracterização da região e da Usina, bem como os resultados obtidos nesta pesquisa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO E DA USINA ALTO ALEGRE – PR

A Usina Alto Alegre emprega cerca de 49 mil pessoas direta e indiretamente e é responsável pelo plantio, extração, produção e industrialização da cana-de-açúcar, produzindo 17 milhões de sacas de açúcar cristal, 5 milhões de açúcar refinado e 205 milhões de litros de etanol que são comercializados e vendidos interna e externamente para diversos países, além da produção de energia elétrica resultante da queima do bagaço, produzindo cerca de 54MWh (USINA ALTO ALEGRE, 2013).

Conforme pode ser observado na Figura 1, a Usina Alto Alegre é composta por quatro unidades produtivas, sendo três localizadas no estado do Paraná (Unidade Junqueira – Colorado, Unidade Santo Inácio – Santo Inácio e Unidade Florestópolis – Florestópolis), e uma em São Paulo (Unidade Floresta – Presidente Prudente), além da Unidade Central Administrativa localizada neste último município.

Figura 1 – Localização das unidades operacionais da Usina Alto Alegre



Fonte: USINA ALTO ALEGRE (2013).

Os municípios de Florestópolis, Santo Inácio e Colorado, onde se localizam as Unidades Produtivas Florestópolis, Santo Inácio e Junqueira, respectivamente,



pertencem à mesorregião Norte Central do Estado do Paraná. As informações socioeconômicas podem ser resumidamente visualizadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Informações socioeconômicas dos municípios onde se encontra a Usina Alto Alegre

Informações	Ano de referência	Unidade	Colorado	Santo Inácio	Florestópolis
População	2010	habitantes	22.345	5.269	11.222
Área territorial	-	Km ²	403,263	308,491	249,394
Densidade demográfica	2010	hab/Km ²	55,41	17,12	44,41
Grau de urbanização	2010	%	94,0	79,7	93,9
PIB <i>per capita</i>	2010	Reais	19.584	35.383	11.615
Estabelecimentos	2011	Número	671	179	258
Empregos	2011	Número	7.496	2.914	3.004
Produção de cana-de-açúcar	2011	Toneladas	1.092.862	776.144	299.983
Produção de soja	2011	Toneladas	1.785	1.789	20.184
Produção de milho	2011	Toneladas	1.385	3.641	26.764
Produção de bovinos	2011	Cabeças	27.988	21.189	6.447
Produção de aves	2011	Cabeças	353.000	251.780	59.758
Produção de ovinos	2011	Cabeças	2.400	1.109	755
Produção de suínos	2011	Cabeças	1.490	1.960	1.001

Fonte: IPARDES (2013), RAIS (2013), IBGE (2013).

Com relação à produção de cana-de-açúcar no Paraná, segundo dados do IBGE (2013), o estado produziu no ano de 2011 um total de 44,9 milhões de toneladas, ocupando uma área de 641,8 mil hectares, sendo o quarto maior produtor (6,1%), atrás apenas de São Paulo (58,2%), Minas Gerais (9,2%) e Goiás (7,5%). A mesorregião Norte Central é a segunda maior produtora do Paraná, produzindo cerca de 13,4 milhões de toneladas em uma área de 179,4 mil hectares, 29,7% e 28,0%, respectivamente, do total produzido no estado, atrás da mesorregião Noroeste Paranaense.

4.2 A LOGÍSTICA REVERSA NA USINA ALTO ALEGRE – PR

Atualmente, a crescente pressão imposta pelo mercado, as exigências e conscientização dos consumidores, o atendimento à legislação, além da busca pela melhoria na imagem empresarial aumentam a implementação de mecanismos sustentáveis. Nessa perspectiva, a logística reversa torna-se um importante instrumento de ação que contribui com as questões acima citadas.

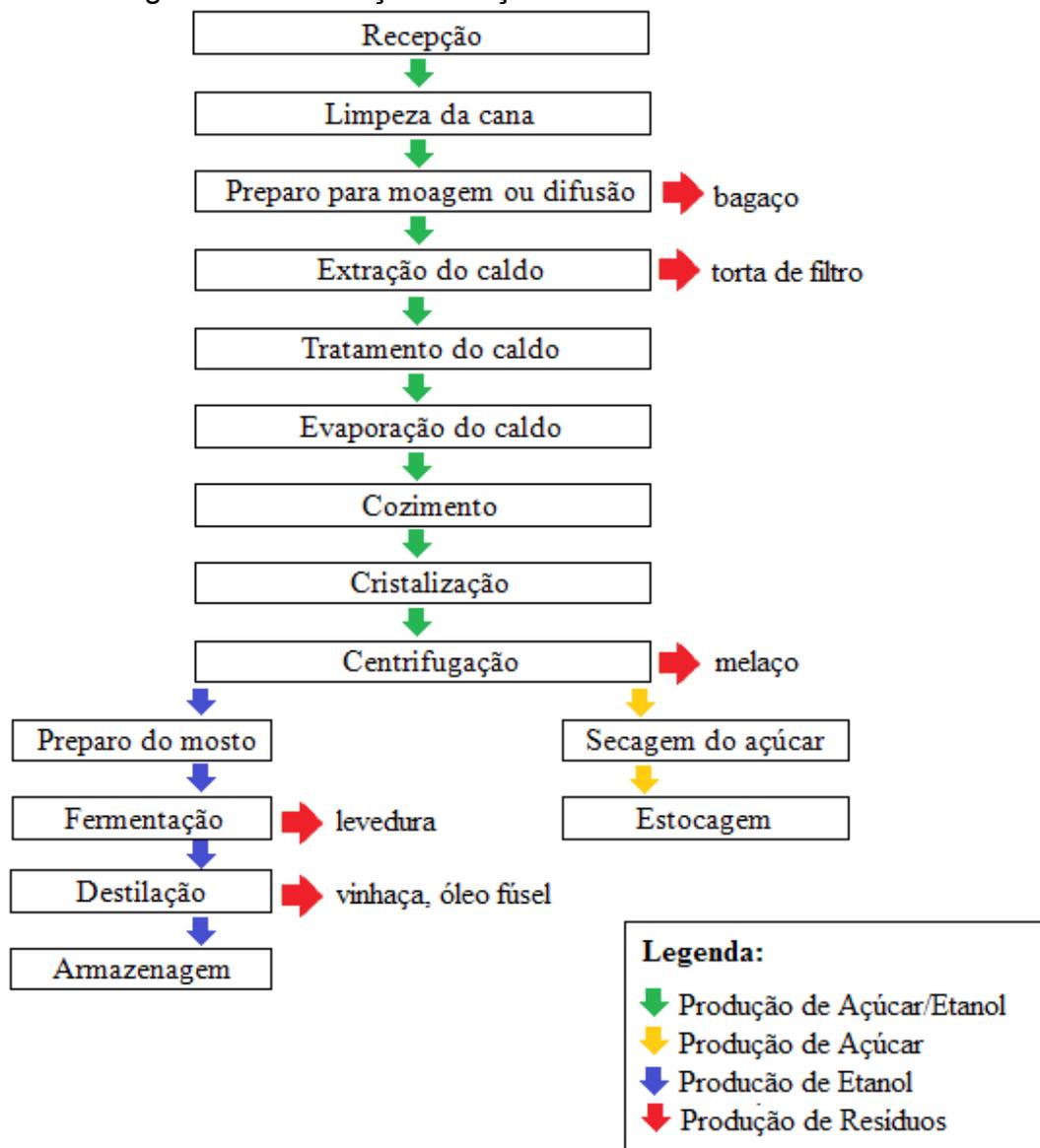
Segundo Guarnieri (2011), ao utilizar-se da logística reversa as empresas amparam-se na sustentabilidade ecológica e econômica, possibilitando gerar lucros, adotar práticas sustentáveis que lhe tragam benefícios e garantam a preservação do meio ambiente para as futuras gerações, além de respeitar a comunidade em que se inserem gerando empregos e renda.

Vale destacar que a logística reversa utiliza-se das mesmas atividades da logística direta, sendo a única diferença a operacionalização do retorno dos resíduos

após sua geração e sua revalorização e reinserção econômica, enquanto que o processo direto encerra-se com a entrega do produto ao consumidor final.

A logística reversa divide-se em duas áreas: (i) pós-venda, em que há o planejamento, o controle e a destinação dos bens sem ou com pouco uso e que retornam por diversos motivos (devoluções por problemas de garantia, avarias no transporte, excesso de estoques, prazo de validade expirado, entre outros) e (ii) pós-consumo, que trata dos bens no final da sua vida útil, dos bens usados com possibilidade de reutilização (embalagens) e os resíduos industriais, retornando os bens ao ciclo de negócios ou ao ciclo produtivo, por meio dos canais de distribuição reversos, agregando-lhes valor de diversas naturezas: econômico, ecológico, legal, logístico, de imagem corporativa, entre outros (GUARNIERI, 2011).

Figura 2 – Fluxograma de Produção de Açúcar e Etanol



Fonte: Elaborado pelas autoras de acordo com Mezaroba et al. (2010) e Meneguetti et al. (2010).



Neste trabalho destacam-se os conceitos de logística reversa de pós-consumo, em que se considera o retorno e aproveitamento dos resíduos industriais no processo produtivo do açúcar e etanol, ou seja, dos resíduos descartados, a princípio, em uma etapa da produção sucroalcooleira e que posteriormente retornam ao ciclo produtivo.

Durante os processos de produção do açúcar e do etanol são gerados subprodutos e resíduos que quando não reutilizados podem causar impactos ambientais. Entre esses resíduos estão: bagaço, torta de filtro, vinhaça, levedura seca, melação e óleo fusel, como pode ser observado na Figura 2.

Algumas medidas de reaproveitamento desses resíduos podem evitar os impactos negativos, diminuir custos e ainda gerar lucros. Pode-se observar os resíduos gerados em cada atividade realizada com a matéria-prima cana-de-açúcar, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Resíduos industriais da produção Sucroalcooleira

Atividade Geradora	Tipos de Resíduos Gerados
Produção de etanol	Bagaço de cana Vinhaça Óleo fúsel Levedura seca Torta de filtro
Produção de açúcar	Bagaço Torta de filtro Melaço

Fonte: Mezaroba et al. (2010) e Meneguetti et al. (2010).

Uma vez gerados os resíduos torna-se necessária a sua destinação adequada, que pode ser feita através da venda direta ao mercado secundário, reaproveitados no processo produtivo ou utilizados como matéria-prima por outras indústrias, ou ainda como subprodutos. No Quadro 2 pode-se destacar algumas destinações dos principais resíduos da produção sucroalcooleira da Usina Alto Alegre.

A Usina em estudo tem procedimentos para monitoramento e tratamento dos efluentes industriais provenientes da água de lavagem de cana e de lavagem de gases das caldeiras. Para tratamento, os efluentes passam por processos de decantação e são destinados para a vinhaça utilizada na fertirrigação. Não há descarte de efluentes.

A gestão dos resíduos ocorre no curto prazo, por meio do gerenciamento, armazenamento, processamento e sua disposição. No longo prazo, visando atenuar os impactos ambientais, a gestão assume a responsabilidade pela busca do uso responsável de recursos naturais.



Quadro 2 – Destinação e/ou aplicação dos resíduos industriais da produção sucroalcooleira da Usina Alto Alegre

Tipos de Resíduos Gerados	Destinação/Aplicação Usina Alto Alegre
Bagaço de cana	É utilizado como matéria-prima para produção de energia elétrica
Levedura seca	Não informado no relatório
Cinzas das caldeiras e terra de lavagem de cana	Enviada para uma área específica autorizada pelo órgão ambiental
Matérias recicláveis	Armazenados em local adequado, depois retirados por empresa especializada
Melaço	Não informado no relatório
Óleo fúsel	Não informado no relatório
Torta de filtro	Utilizada na lavoura, para fertirrigação
Vinhaça	Utilizada na fertirrigação

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Em relação aos materiais utilizados para produção de açúcar, etanol e energia elétrica, a Usina adota ações preventivas destinadas à preservação dos meios físico e biótico, tanto em áreas próprias, quanto nas propriedades pertencentes aos parceiros agrícolas, buscando utilizar o mínimo de produtos não-renováveis, utilizado 0,19% do total necessário para produção e dos materiais renováveis 99,81%, em que a cana-de-açúcar é responsável por 99,97% deste, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 – Principais materiais utilizados na produção de açúcar, etanol e energia elétrica

Principais Materiais em toneladas		Total	%
Não renováveis diretos	Ácido fosfórico	1.045	6,09
	Ácido sulfúrico	1.890	11,02
	Biocida	12	0,07
	Cal	12.282	71,59
	Enxofre	1.769	10,31
	Metabissulfito	7	0,04
	Monoetilenoglicol	35	0,20
	Polímero	116	0,68
	Total	17.156	-
Renováveis diretos	Sacas de rafia	915	0,01
	Sacas valvuladas	19	0,00
	Embalagens de papel	550	0,01
	Embalagens plásticas	1.371	0,02
	Cana	8.801.877	99,97
	Total	8.804.732	-
Total para produção		8.821.888	

Fonte: Dados da pesquisa (2013).



Para produção é necessário um grande consumo de energia a partir de fontes renováveis e não renováveis, em que se utiliza a maior parte de energia não renovável (96,13%), conforme pode ser visualizado na Tabela 3.

Tabela 3 – Energia utilizada para produção de açúcar, etanol e energia elétrica

Tipos de Energia em GJ		Total	%
Não renováveis	Óleo diesel	39.760.955	99,96
	Gasolina	10.992	0,03
	GLP	3.904	0,01
	Total	39.775.851	-
Renováveis	Etanol	1.537.876	95,94
	Lenha	65.117	4,06
	Total	1.602.993	-
Total para produzir		41.378.844	

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Ao analisar as emissões de CO₂ (gás carbônico) geradas, observou-se que as quantidades de CO₂ emitidas na geração de vapor (queima de lenha e bagaço) e na fermentação do caldo não são consideradas, pois são reassimiladas durante o próximo cultivo da cana através da fotossíntese, o que representa aproximadamente 93% do total emitido. Além disso, a Usina comercializa créditos de carbono certificados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Os cálculos das emissões de gases de efeito estufa foram baseados em dados default das metodologias provenientes do IPCC (Grupo Intergovernamental de Especialistas em Mudanças Climáticas). Para isso, foram utilizadas as informações descritas nos indicadores EN3 (Consumo de energia direta, discriminado por fonte de energia primária) e EN4 (Consumo de energia indireta, discriminado por fonte primária), e as quantidades emitidas são mostradas na Tabela 4.

Tabela 4 – Total de emissões de gás carbônico da Usina Alto Alegre

Tipo de Emissão (ton CO ₂ eq)	Total	%
Combustíveis fósseis	107.260	6,99
Biocombustíveis	1.828	0,12
Compra de energia elétrica	465	0,03
Queima da palha	1.429.425	93,12
Total	1.534.978	

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Vale destacar que a queima da palha e bagaço é responsável pela geração de energia elétrica para uso e venda do excedente, atendendo às condições de energia limpa.



Na busca da sustentabilidade, a Usina Alto Alegre investe em tecnologias e em ações de melhoria dos processos executados. A Tabela 5 mostra os valores investidos em proteção ambiental nos últimos anos.

Tabela 5 – Investimentos realizados pela Usina Alto Alegre para alcance da sustentabilidade

Tipo de Investimento (R\$)	2010	2011	Total
Melhorias na geração de vapor	0	13.013.696	13.013.696
Melhorias na geração de energia	1.317.000	2.056.749	3.373.749
Impermeabilização de tanques e canais de vinhaça	868.000	840.975	1.708.975
Tratamento de efluentes	1.605.881	64.205	1.670.086
Bacia de contenção de tanques de álcool	100.000	0	100.000
Tratamento e reaproveitamento de água	943.675	0	943.675
Total	4.834.556	15.975.625	20.810.181

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Percebe-se que a preocupação ambiental é uma constante na Usina Alto Alegre, em que todas as unidades produtivas possuem licença de operação junto a órgãos ambientais. Busca-se o equilíbrio ambiental que está presente em todas as etapas do sistema de produção da cana e dos processos industriais para fabricação do açúcar, do etanol e da cogeração de energia elétrica, além da adesão ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar que determina que até 2017 a colheita manual com queima seja eliminada, mecanizando o processo.

Tabela 6 – Demonstrativo de Valor Adicionado pela Usina Alto Alegre

Demonstrativo de Valor Adicionado	Abril de 2011	Abril de 2012
1- Receitas	1.315.273	1.418.251
2- Insumos adquiridos de terceiros	626.995	610.683
3- Valor Adicionado Bruto (1-2)	688.278	807.568
4- Depreciação, Amortização e Exaustão	72.015	80.458
5- Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	616.263	727.110
6- Valor Adicionado Recebido em Transferência	89.167	152.433
7- Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	705.430	879.543
8- Distribuição do Valor Adicionado	705.430	879.543
8.1- Pessoal	235.044	275.030
8.2- Impostos, taxas e contribuições	167.204	237.403
8.3- Remuneração de capitais de terceiros	80.587	159.931
8.4- Remuneração de capitais próprios	222.595	207.179

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Ainda na perspectiva ambiental, a biodiversidade é priorizada principalmente quando é necessário expandir o cultivo de cana para suprir as demandas, em que são avaliadas áreas de parcerias a partir de critérios socioambientais, e áreas classificadas como habitat legalmente protegidos são demarcadas e preservadas,



com autorização das instituições ambientais responsáveis de cada estado em que atua.

Já a perspectiva econômica da Usina Alto Alegre mostrou-se positiva, gerando receitas para sua sobrevivência e renda a terceiros, como pode ser observado na Tabela 6.

A preocupação social também está presente nas ações da Usina Alto Alegre, pois se realizam programas que envolvem a comunidade interna (recursos humanos; saúde e segurança; capacitação e treinamento; direitos humanos; recrutamento); a comunidade externa (impactos econômicos indiretos); os clientes através dos programas e diretrizes de qualidade (saúde e segurança – ISO 9000 e 22000), rotulagem dos produtos comercializados de acordo com a legislação vigente, pesquisa de satisfação e a comunicação de marketing.

Há ações envolvendo a sociedade, tais como projetos do dia das crianças com o slogan “Criança alegre, cidade feliz”; dia do professor com o slogan “A postura de educador e líder que o professor deve ter”; visitas às famílias por agentes sociais da empresa aos funcionários afastados ou que estejam com dificuldades familiares ou de saúde; atendimento odontológico os funcionários efetivos com tempo de serviço determinado, bem como para seus dependentes; pensando no futuro, em que estudantes de diversas áreas realizam estágios na empresa, com eventual contratação; e o projeto jovem aprendiz, no qual através de parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), capacita filhos de funcionários e jovens com idade entre 18 e 22 anos com cursos técnico profissionalizante.

Assim, percebe-se que a logística reversa está presente nas ações da Usina Alto Alegre, e essa faz relação direta com a Responsabilidade Socioambiental, pois aborda questões de ordem econômica (demonstrativo de valor adicionado), social (programas e projetos para a comunidade interna e externa) e ambientais (ações e investimentos sustentáveis). Constata-se que, por mais que a usina não tenha um registro oficial de responsabilidade socioambiental, a mesma possui ações concretas que vão de encontro a esse compromisso, atendendo em vários aspectos as questões propostas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente as sociedades demonstram uma preocupação crescente com condutas que possam incentivar uma redução da degradação ambiental e uma maior preservação do meio ambiente. Desta forma, as questões relacionadas à logística reversa têm ganhado destaque no mercado.

Por conseguinte, este estudo teve por objetivo identificar os impactos econômicos, sociais e ambientais da aplicação da logística reversa nos resíduos industriais gerados por uma agroindústria canavieira, a Usina Alto Alegre, que está entre os maiores complexos industriais de açúcar e álcool do Brasil. Para tal, foi realizada uma análise descritiva baseada nos indicadores do Relatório de Sustentabilidade de 2011 da Usina.

Observou-se através dos dados analisados que, especificamente esta Usina tem procedimentos para monitoramento e tratamento dos efluentes industriais provenientes da água de lavagem de cana e de gases das caldeiras. No que tange a tratamento, os efluentes atravessam processos de decantação e são destinados



para a vinhaça empregada na fertirrigação, deste modo, não ocorre descarte de efluentes.

Constatou-se neste trabalho que a preocupação ambiental é uma constante na Usina Alto Alegre, pois todas as unidades produtivas possuem licença de operação junto a órgãos ambientais. Percebeu-se que a empresa busca atingir o equilíbrio ambiental, uma vez que o mesmo está presente em todas as etapas do sistema de produção da cana e dos processos industriais para fabricação do açúcar, do etanol e da cogeração de energia elétrica.

Assim, concluiu-se que a logística reversa se faz presente nas atividades da Usina Alto Alegre, e essa tem relação direta com a Responsabilidade Socioambiental, visto que aborda questões de ordem econômica (demonstrativo de valor adicionado), social (programas e projetos para a comunidade interna e externa) e ambientais (ações e investimentos sustentáveis).

Por fim, este artigo visa contribuir para uma reflexão sobre o uso da logística reversa no atendimento a responsabilidade socioambiental, através de um estudo de caso em uma Usina. Acredita-se que outros estudos possam ser desenvolvidos, no intento de responder a outras questões e complementar a análise acerca dessa prática.

REFERÊNCIAS

ALCOPAR, Associação dos Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná. **Histórico da Cana-de-Açúcar**. Disponível em: <http://www.alcopar.org.br/produtos/hist_cana.php>. Acesso em: 01 Set. 2013.

BALLOU, R.H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: logística empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BALLOU, R. H. **Logística empresarial: transportes, administração de materiais, distribuição física**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRAGATO, I. R.; SIQUEIRA, E. S.; GRAZIANO, G. O.; SPERS, E. E. Produção de açúcar e álcool vs. responsabilidade social corporativa: as ações desenvolvidas pelas usinas de cana-de-açúcar frente às externalidades negativas. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 15, n. 1, p. 89-100, jan./abr. 2008.

CALIXTO, L. Responsabilidade socioambiental: pública ou privada?. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 123-147, jul./set. 2008.

GUARNIERI, P. **Logística Reversa: em busca do equilíbrio econômico e ambiental**. 1ª ed. Recife: Ed. Clube de Autores, 2011. 307p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: Paraná**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/uf.php?coduf=41&search=parana>>. Acesso em: 16 Ago. 2013.



_____. **Produção Agrícola Municipal.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=11&i=P&c=1612>>. Acesso em: 16 Ago. 2013.

INSTITUTO ETHOS. **Práticas e perspectivas da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil 2008.** São Paulo, julho de 2009. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/1Sum%C3%A1rio-da-Pesquisa-Relat%C3%B3rio-publicado.pdf>>. Acesso em: 11 Mar. 2013.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil dos municípios.** Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=29>. Acesso em: 20 Ago. 2013.

KARABOLAD, Natalia. **Os caminhos e desafios para governança global e a responsabilidade socioambiental como ferramenta à sustentabilidade.** 2006. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). São Paulo, 2006. Disponível em: <http://ethos.org.br/_Uniethos/Documents/Os%20Caminhos%20e%20Desafios%20para%20Governan%C3%A7a%20Global.pdf>. Acesso em: 11 Mar. 2013.

LEITE, P.R. **Logística reversa: meio ambiente e competitividade.** São Paulo: Prentice Hall, 2003.

MENEGUETTI, C. C; MEZAROBA, S; GROFF, A. M. **Processos de produção do álcool etílico de cana-de-açúcar e os possíveis reaproveitamentos dos resíduos resultantes do sistema.** In: IV ENCONTRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL, 17 a 19 de novembro de 2010, FECILCAM, Campo Mourão – Paraná, 2010.

MEZAROBA, S; MENEGUETTI, C. C; GROFF, A. M. **Processos de produção do açúcar de cana e os possíveis reaproveitamentos dos subprodutos e resíduos resultantes do sistema.** In: IV ENCONTRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL, 17 a 19 de novembro de 2010, FECILCAM, Campo Mourão – Paraná, 2010.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo de; SILVA, Ilza Maria de Menezes; REZENDE, Eunice; OLIVEIRA, Fernanda Roberta Cham de. Um estudo acerca da responsabilidade social na agroindústria canavieira brasileira. In: VIII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, v. VIII, 8 e 9 de junho de 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos.** Disponível em: <http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg8/anais/T12_0501_2715.pdf>. Acesso em: 12 Mar. 2013.

RAIS, Relação Anual de Informações Sociais. Dados e estatísticas. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/rais/>>. Acesso em: 20 Ago. 2013.

ROSA, A. M.; NASS, B. A.; PACHECO; J. D. C. S.; VENDRAME; F. C.; SILVA, H. H. R. **Responsabilidade sócio-ambiental.** Disponível em:



<<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC30220260800.pdf>>
>. Acesso em: 09 Mar. 2013.

SHIKIDA, P.F.A.; NEVES, M.F.; REZENDE, R.A. Notas sobre dinâmica tecnológica e agroindústria canavieira no Brasil. In: MORAES, M.A.F.D.; SHIKIDA, P.F.A. (Coords.). **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002, p.125-127.

SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento socioeconômico e agroindústria canavieira no Paraná. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, ano XIX, n.3, p. 67-82, Jul./Ago./Set. 2010.

SPADOTTO, C. A. **Gestão de resíduos: realizações e desafios no setor sucroalcooleiro**. Disponível em: <http://www.cnpma.embrapa.br/down_hp/360.pdf>. Acesso em: 08 Set. 2013.

TACHIZAWA, T.; POZO, H. Gestão socioambiental e desenvolvimento sustentável: um indicador para avaliar a sustentabilidade ambiental. **REDE – Revista Eletrônica do Prodema**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 35-54, 2007.

UNICA, União da Indústria de Cana-de-açúcar. **Unicadata**, 2013. Disponível em: <<http://www.unicadata.com.br/historico-de-producao-emoagem.php?idMn=31&tipoHistorico=2>>. Acesso em: 14 de Ago. 2013.

USINA ALTO ALEGRE. **Relatório de Sustentabilidade 2011**. Disponível em: <http://www4.altoalegre.com.br/docs/RELATORIO_SUSTENTABILIDADE_2011.pdf>. Acesso em: 26 Mar 2013.

_____. **Usina Alto Alegre: açúcar, etanol e energia**. Disponível em: <<http://www4.altoalegre.com.br/default.aspx>>. Acesso em: 26 Mar 2013.

*Recebido em 26/11/2016
Aprovado em 20/12/2016*



MERCADO EÓLICO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA EÓLICA MOTRIZ PARA O NORDESTE BRASILEIRO

WIND MARKET AND REGIONAL DEVELOPMENT: TRAINING PERSPECTIVES OF A DRIVING WIND INDUSTRY FOR THE NORTHEAST BRAZIL

Calisto Rocha de Oliveira Neto*
Elaine Carvalho de Lima**

RESUMO

Este artigo objetiva investigar as possibilidades de desenvolvimento regional no Nordeste a partir da atividade eólica, utilizando como suporte teórico as teorias de localização desenvolvida pela Ciência Regional. A metodologia aplicada contempla uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a questão da desigualdade regional brasileira. Além do levantamento de dados e informações em instituições públicas e privadas. Os resultados mostram que os incentivos alavancam os investimentos no setor eólico, beneficiando aspectos do desenvolvimento regional, social e ambiental, além de diversificar a matriz energética nacional. Assim, a partir da atuação do Estado no desenvolvimento de políticas de incentivo, houve atração dos investimentos para o setor eólico, o que resultou na expansão da produção e na industrialização, fomentando um polo industrial na região Nordeste.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Energia Eólica; Nordeste brasileiro.

ABSTRACT

This study aims to investigate the regional development opportunities in the Northeast from wind activity which the analysis based on the location of theories developed by Regional Science. The methodology includes a literature search on the issue of Brazilian regional inequality, and a descriptive analysis of data and information in public and private institutions. The results show that the incentives leverage investments in the wind sector, benefiting aspects of regional, social and environmental development, as well as diversifying the national energy matrix. With the state developing incentive policies, foreign investments are increasing in the country, expanding production and industrialization of wind energy, promoting the formation of an industrial hub in the Northeast because of its greater wind potential.

Keywords: Regional Development; Wind Energy; Nordeste brasileiro

* Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: calisto_neto@hotmail.com

** Doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: elainecarvalhoonline@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, o homem sempre usou alguma fonte de energia para sua sobrevivência e alcançar as necessidades frente a natureza, além de buscar o desenvolvimento e a evolução de sua espécie. De modo que, a partir da primeira revolução industrial, a energia se transformou num fator primordial para garantir o crescimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento socioeconômico. Assim, a obtenção e manipulação de algum tipo de fonte de energia pelo homem transformaram o seu comportamento e suas formas de interação (OLIVEIRA NETO; APOLINÁRIO, 2016; GOLDEMBERG, 2010).

Assim, com o desenvolvimento científico e posterior domínio da tecnologia permitiram que diversas fontes de energia fossem utilizadas ao longo da evolução da humanidade, principalmente, as fontes tradicionais de geração de energia, como carvão, petróleo, energia nuclear e gás (OLIVEIRA NETO, 2016).

Contudo, a predominância de produção e consumo de energia baseado em combustíveis fósseis tem-se mostrado cada vez mais insustentável, tanto do ponto de vista econômico, pois não há garantia do suprimento de energia por fontes não renováveis, quanto ambiental, pois essas fontes tradicionais contribuem para emissões de gases poluentes.

Neste contexto, surge a preocupação no mundo em torno do setor energético, pois é necessário garantir o suprimento de energia e preservar os recursos naturais do meio ambiente. Então, novas estratégias e planejamento se fizeram necessário para desenvolver e introduzir as fontes renováveis de energias na matriz energética do mundo, como alternativa para geração de energia (OLIVEIRA NETO, 2016).

No entanto, por se tratar de novas fontes, as energias alternativas necessitam de incentivos via políticas públicas específicas para impulsionar o setor para competir com as fontes tradicionais já estabelecidas no mercado. Sendo assim, a energia eólica surge como uma das mais promissoras fontes de geração complementar às tradicionais. Ademais, a energia eólica pode-se tornar uma alternativa ao desenvolvimento regional no Brasil, pois o país possui as condições naturais favoráveis, principalmente no Nordeste brasileiro, onde há “abundância de ventos” (OLIVEIRA NETO, 2016; WWF - BRASIL, 2015).

Neste sentido, com as condições naturais favoráveis, a exploração das potencialidades do espaço pode gerar oportunidades e boas perspectivas de transformação da estrutura produtiva pelo setor eólico, principalmente, na região Nordeste do Brasil, que tem o maior potencial eólico do país.

Nestes termos, a localização das atividades socioeconômicas no espaço tem um papel fundamental para a teoria econômica. Tema que, a partir da década de 1950 tornou-se mais relevante na ciência econômica por preocupar-se com a organização da estrutura espacial (LIMA, *et al*, 2014). Sendo assim, Souza (2005) explica que as preocupações com o espaço e sua gestão busca estudar as diferenciações espaciais com objetivo de atenuar as desigualdades sociais e regionais. De modo que, a ciência regional surge para entender os problemas da região, buscando minimizar as conseqüências que as disparidades podem provocar nesses espaços.



No caso brasileiro, a questão da desigualdade regional se apresenta historicamente como obstáculo ao desenvolvimento econômico homogêneo da nação. A concentração industrial e da produção em São Paulo intensifica o debate sobre os desequilíbrios entre regiões e passa a ser o cerne do pensamento econômico nacional a partir de 1950 (DINIZ, 2009). Assim, é importante mencionar as políticas públicas de incentivo à desconcentração industrial, principalmente, a partir de 1970, que permitiu a regiões, como o Nordeste fomentar um processo de modernização da sua economia e aumentar a integração da região com o resto do país.

No entanto, o estado de São Paulo ainda centraliza o protagonismo que rege o dinamismo econômico nacional, o que exige a continuidade do debate sobre a complexa problemática do desenvolvimento regional.

Além desta introdução, o artigo contempla mais quatro seções. A segunda seção traz o referencial teórico que dá embasamento para se entender a questão regional e as teorias do espaço. Na terceira seção é abordada a possibilidade de inserção da energia eólica na matriz elétrica nacional. Na quarta seção é feita uma análise dos desafios e oportunidades para o desenvolvimento do setor eólico no nordeste. Por fim, na quinta seção, há as considerações finais.

2. ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DA QUESTÃO REGIONAL E AS RAÍZES DO ATRASO ECONÔMICO DO NORDESTE BRASILEIRO

Países ou regiões que apresentem baixos indicadores econômicos, como renda, produção, emprego, entre outros, o fomento à industrialização tem sido difundido como solução para o atraso econômico, que, conseqüentemente, levaria ao desenvolvimento da economia daqueles espaços. Neste sentido, depois da segunda guerra mundial a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) advertiu, aos chamados países subdesenvolvidos, para o crescente distanciamento entre os países ricos e pobres numa relação conhecida como “centro-periferia”, na qual a ideia era que as economias do “centro” do mundo capitalista, beneficiavam-se das relações de troca com a “periferia” capitalista, que eram os países que apenas exportava bens primários (CANO, 2007; FURTADO, 2009).

Assim, no campo dos estudos sobre o subdesenvolvimento, a CEPAL, tendo como maiores pensadores desta temática para América Latina Celso Furtado (1920-2004) e Raul Prebisch (1901-1986), formulou teorias que propunham uma industrialização por meio de substituição de importações¹ para estreitar as enormes e crescentes disparidades econômicas entre os territórios, bem como diminuir as relações de dependência com outras regiões mais desenvolvidas, ou seja, alcançar um patamar mínimo de autonomia econômica, buscando progresso técnico e aumento da produtividade do fator trabalho (DINIZ, 2009; CANO, 2007; FURTADO, 1987).

A problemática da questão regional no Brasil advém desde o século XIX motivada por dois fatores: a questão das secas no Nordeste e suas conseqüências sociais e questão da necessidade de controle do território da Amazônia. Contudo, é

1 Para mais informações consultar texto da Prof(a) Maria da Conceição Tavares: Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Editora Zahar, 1983.



no processo de concentração industrial na região sudeste, sobretudo em São Paulo, a partir da metade do século XIX, que os debates surgem em favor de encontrar soluções para romper com a estrutura de concentração espacial (FURTADO, 2003; DINIZ 2009; CANO, 2014).

Com a eclosão da crise econômica de 1929, a nível mundial, o Brasil muda o eixo dinâmico da economia, saindo de uma economia primário exportadora para construir uma política de industrialização visando o mercado interno. No entanto, CANO (2014) adverte que, “as condições para o funcionamento desse embrionário capitalismo estavam concentradas no estado de São Paulo” (CANO, 2014, P. 445).

CANO (1998), explica dois aspectos fundamentais do porquê São Paulo vira o centro dinâmico da economia brasileira. Primeiro, antes da crise de 1929, São Paulo detinha 37,5% do total da produção industrial brasileira com uma estrutura produtiva diversificada e uma agricultura relativamente desenvolvida e expressiva, o que facilitava a implantação de um complexo econômico industrial robusto. Segundo, o desempenho econômico apresentado nas regiões subdesenvolvidas era bastante incipiente.

Em contrapartida, a região nordeste continha apenas dois produtos que determinava a dinâmica local via exportação, o açúcar e o algodão. Porém, não respondia de forma endógena ao crescimento de São Paulo. A consequência prática era a enorme concentração de renda e de propriedade, que resultava em pouca integração com o resto da economia do país (CANO, 1998).

Essas desigualdades regionais suscitaram em políticas públicas na década de 1950 com intuito de reduzir a concentração industrial. Assim, o Estado brasileiro dá o primeiro passo com a elaboração do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) para estudar as diferenças entre o centro dinâmico (Sudeste) e a região Nordeste. O resultado foi a produção de um relatório com interpretação inédita da realidade regional e conscientização política (CANO, 1998; VIDAL, 2003; DINIZ, 2009).

Dessa forma, o planejamento regional começa a sair do papel em 1959, quando o governo federal cria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esta instituição tinha o objetivo de promover o desenvolvimento econômico através do processo de fomento a industrialização do território nordestino, que, conseqüentemente, criaria um polo dinâmico centrado em atividades industriais modernas. Assim, as ações do Estado promoveram mudanças consideráveis no cenário da economia nordestina. Pode-se citar maior oferta em infraestrutura (transporte e energia), presença de um banco regional de desenvolvimento (BNB), incentivos fiscais e financeiros, a racionalização dos gastos públicos, entre outros (CANO, 2008; GUIMARÃES NETO, 1997)

Então, a ambiciosa política de desconcentração das atividades começa a partir da década de 1970 em resposta as políticas públicas. Esse período é marcado por crescimento econômico em todas as regiões, que ficou conhecido na literatura como “milagre econômico”. Então, houve desconcentração industrial provocada pelas políticas econômicas territoriais viabilizadas pelo Estado com grandes projetos econômicos levados para outras regiões do país (CANO, 2008).

A chegada da década 1980 foi caracterizada por crise e estagnação da economia brasileira devido à dívida externa, que ficou conhecida como a década perdida. A crise impacta negativamente na capacidade do Estado de fazer



investimento (CANO, 2008). Isso refletiu no esgotamento das políticas keynesianas, que tinha no Estado o agente indutor do desenvolvimento econômico, porém, nesse período houve uma mudança teórica na atuação do Estado.

Desse modo, o limiar da década de 1990 é marcado por reformas importantes na teoria econômica, que foi denominada de neoliberalismo. Neste período, o Brasil adota reformas neoliberais na economia, onde a principal característica foi a saída do Estado desenvolvimentista (CANO, 2008).

Sendo assim, as reformas neoliberais dos anos 1990, com pouca atuação estatal nos moldes de uma política nacional de desenvolvimento e, diante de uma economia nacional heterogênea atrelada a um processo de desenvolvimento desigual entre regiões, provocaram entre os estados menos desenvolvidos da nação uma Guerra Fiscal. Esta criou uma disputa acirrada por novos investimentos produtivos, em que, prevalece a competição e não a cooperação entre os estados e municípios da federação (CANO, 2008; DINIZ; CROCCO 2006).

Ambiente de desigualdades econômicas e suas relações no espaço são o objeto de estudo da Economia Regional. Logo, os diferentes níveis de desenvolvimento econômico suscitam a necessidade de políticas públicas voltadas a atender as particularidades de cada região.

Por fim, o aproveitamento de novas atividades em certos espaços é fator fundamental para criar situações de sucesso econômico em regiões com pouco desenvolvimento, como, a região Nordeste. Sendo assim, o fato do Nordeste concentrar o maior potencial eólico do país possibilita que aquela região tenha um polo industrial de desenvolvimento a partir do complexo produtivo da energia eólica.

3. TEORIAS DO ESPAÇO: UMA BREVE ABORDAGEM

3.1 As propostas da Teoria do lugar central

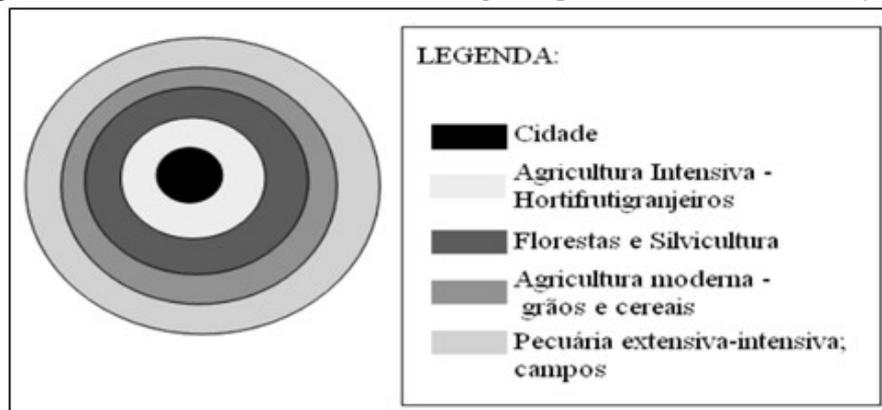
A teoria clássica da localização desenvolvida por VON THÜNEN (1783 - 1850) foi um pioneirismo na elaboração de modelos de localização de atividades econômicas no espaço. O modelo de VON THÜNEN é desenvolvido a partir da observação empírica da localização das atividades agrícolas. O autor caracterizou seu modelo por um estado isolado autossustentável, baseado na ideia de que os fatores físicos não apresentariam variação. Sendo assim, o funcionamento desse estado, com terras propícias a agricultura, se dá pela sua relação com um grande centro urbano, centralmente localizado, onde os agricultores forneceriam seus produtos e a cidade abasteceria com produtos industriais (MESQUITA, 1978).

O modelo é ilustrado a partir da figura 1 abaixo, onde o esquema teórico aborda a relação entre cidade e o rural. Desse modo, VON THÜNEN analisa a distinção desses dois espaços. Assim, o espaço central corresponde a cidade (urbano) e ao seu redor estão os anéis concêntricos (atividades agrícolas), de modo que, há uma delimitação entre o meio urbano e rural bastante distinto na condução da economia (ALVES, 2011).

Os pressupostos de análise para localização das unidades produtivas, em certos pontos dos anéis, estão em função de dois elementos básicos: o custo de transporte e a renda da terra. Enquanto que, o fator distância exerce um papel

importante na determinação da renda, no sentido de que, a renda da terra é maior quanto menor a distância da atividade econômica ao centro urbano e vice-versa, o custo de transporte exerce a função de concentrador das atividades em um determinado espaço, pois o custo de transporte aumenta quanto mais afastado for do centro de consumo, se comportando de forma contrária a renda da terra. Desse modo, o ponto de equilíbrio entre renda da terra e o custo de transporte se daria pela localização ótima das atividades (HADDAD, 1989). Por exemplo, na figura 1, o círculo rural mais próximo a cidade era destinado a produção de hortaliças, legumes e frutas para encurtar o tempo com transporte.

Figura 1: Modelo da Teoria da Localização Agrícola de Von Thünen (1826)



Fonte: Alves & Maia (2009)

Esta teoria configurou um modelo inovador para as especificidades da economia espacial, organizando as relações entre centro urbano e o rural pelos fatores distância e custos de transporte. Observando como a inter relação entre aqueles fatores afeta a renda de diferentes atividades econômicas espacialmente localizadas. E, apesar de ser um modelo teórico que aborda somente a produção agrícola, esta teoria influenciou, posteriormente, outros trabalhos em diferentes ramos das ciências humanas, tendo como foco o espaço geográfico, como a geografia, a sociologia, a economia, entre outros. Como afirma Braga (2008), como o espaço é organizado de diversas formas e por diferentes atores, pode-se analisar o desenvolvimento local, regional ou nacional por diferentes enfoques.

Portanto, esta teoria do lugar central pode ser adequada a um projeto de desenvolvimento de uma indústria eólica localizada geograficamente no Nordeste, pois a região apresenta baixo índice de industrialização e o maior potencial eólico do país se localiza naquela região, baixando os custos de produção.

3.2 Abordagem histórica da teoria dos Polos de Crescimento

A Teoria dos Polos de Crescimento foi elaborada por FRANÇOIS PERROUX (1903-1987) na década de 1950 a partir do aparecimento da chamada indústria motriz. Conquanto, ALFRED MARSHALL (1842-1924), no seu livro *Princípios de Economia* (1890), foi pioneiro ao estudar os fatores que explicavam a localização e formação de aglomerações industriais. SOBRINHO E AZZONI (2014), afirmam que,



para Marshall, a concentração industrial é explicada pela presença de economias externas a indústria e internas a firma, proporcionando vantagens comparativas pela formação de uma especialização regional.

Posteriormente, nos anos 1950, o economista francês FRANÇOIS PERROUX (1903-1987) desenvolve a teoria do polo de crescimento, estimulado, *a priori* pelo conceito de economias aglomerativas de Marshall, mas, foram as ideias sobre inovações de Schumpeter sua principal inspiração para elaborar sua teoria. Em síntese, a principal ideia da teoria do polo de crescimento baseia-se no aparecimento de uma indústria motriz, que funcionaria como agente dinamizador, principalmente, em regiões com desigualdades econômicas, uma vez que, através dos seus efeitos para frente e para trás, seria capaz de desenvolver um pólo de crescimento num determinado espaço e, conseqüentemente, promoveria um desenvolvimento econômico (DINIZ; CROCCO, 2006; CAVALCANTE, 2008).

De acordo com Cavalcante (2008), PERROUX buscou analisar as relações econômicas que estabeleciam entre a indústria motriz, que tinha o poder de influenciar a dinâmica das outras empresas, e as indústrias movidas, que eram influenciadas positivamente pela presença de uma indústria motriz, tendo como suporte teórico o papel das inovações, proposto por Schumpeter, para o dinamismo econômico regional.

Sendo assim, PERROUX desenvolveu suas concepções teóricas ao analisar, empiricamente, o complexo industrial francês, concentrado nos arredores de Paris e, também, na Alemanha, localizado ao longo do Vale Ruhr com grandes fontes de matérias primas, e constatou, a partir de suas observações, que um polo industrial de crescimento causa uma interdependência entre as unidades pertencentes ao complexo industrial, no qual essas relações podem gerar impactos positivos para o resto da economia (SOUZA, 2005 *apud* PERROUX, 1977).

SOUZA (1981) sintetiza essa questão sobre polos de crescimento dizendo:

A teoria da polarização deriva da observação de que o crescimento não se distribui de maneira homogênea no espaço, mas se concentra em pontos ou pólos de crescimento, podendo difundir-se a partir daí no conjunto da economia. A matriz de insumo produto é um instrumento indispensável para a análise da polarização técnica, isto é, para a constatação de pólos de indústrias dentro de subconjuntos da matriz (complexos industriais fortemente conectados). A polarização é também geográfica, podendo ser analisada em termos de uma matriz de relações inter-regionais; a polarização humana pode ser detectada com uma matriz dos movimentos alternantes domicílio-trabalho (migrações diárias urbanas ou interurbanas). Os diversos métodos de análise da polarização têm como objetivo determinar os pontos fortes de relações (pólos) e os pontos de estrangulamento que dificultam os contatos entre os pontos (ausência de certas atividades, falta de algumas estradas, ou transportes coletivos) (SOUZA, 1981, p. 75).

Ainda segundo SOUZA (2005) os polos de crescimento surgem nos espaços geográficos em torno de alguma aglomeração. Por exemplo, importantes aglomerações urbanas, regiões com grandes fluxos comerciais e/ou locais com abundância em matérias primas são propícios ao aparecimento de polos de crescimento, que é resultado das economias de aglomeração advindas dos



complexos industriais, onde as indústrias motrizes é a principal fonte de crescimento (SOUZA, 2005).

Com a noção schumpeteriana de inovações no sistema econômico, PERROUX acreditava que a indústria motriz poderia, por um lado, liderar o processo de crescimento e de inovações e, por outro lado, disseminaria o progresso técnico no espaço, causando impactos positivos às indústrias movidas. Assim, a indústria motriz seria capaz de modificar as estruturas econômicas e sociais de um determinado espaço, contribuindo com o desenvolvimento econômico local, regional ou nacional. Contudo, houve muitas críticas a esse conceito, pois as tentativas de implementar polos de crescimento baseadas nessa teoria não obteve sucesso, uma vez que as indústrias motrizes não conseguiam disseminar inovações para o resto do complexo industrial (CAVALCANTE, 2011; SOUZA, 2005).

SOUZA (2005) elenca algumas características da indústria motriz. Primeiro, a taxa de crescimento médio desta indústria é superior a taxa média da indústria nacional. Segundo, há numerosas ligações de insumo-produto via compras e vendas de insumos. Terceiro, identifica-se como indústria inovadora, de grande porte e oligopolizada. Quarto, a indústria motriz apresenta poder de mercado, influenciando a taxa de crescimento das atividades ligadas a ela. E, finalmente, a quinta característica é sobre a produção, onde a indústria motriz produz para o mercado nacional e internacional (SOUZA, 2005, p. 89).

Para PERROUX (1967), o espaço econômico é definido como espaço abstrato que abrange o espaço geográfico e as relações econômicas de produção. Dessa forma, o espaço econômico é dividido em três partes. Primeiro, há o espaço como conteúdo de um plano, que é apresentado como uma relação entre oferta e demanda, ou seja, há relações entre os fornecedores de matérias-primas, mão-de-obra e capital de um lado e, do outro lado, há os seus compradores intermediários e finais. Segundo, há o espaço como conjunto homogêneo, que são relações homogêneas entre empresas no mesmo espaço econômico. Por fim, há o espaço como campo de força que é caracterizado por centros que distribuem dispersão das atividades (forças centrífugas) e que favorecem a aglomeração de atividades (forças centrípetas) (LIMA, 2015).

Desse modo, a polarização industrial caracteriza-se pelo processo de concentração geográfica das plantas industriais, que influencia na aglomeração de outras plantas econômicas, que atendem as demandas do complexo industrial. De tal maneira que, as demandas surgem de diversas formas para atender as necessidades coletivas, como, transportes, serviços públicos e alojamentos, que no final atraem outras atividades econômicas impulsionando ainda mais a economia (AMARAL NETO, 2012).

Utilizando as contribuições teóricas desenvolvidas pela Ciência Regional pode-se enxergar na atividade eólica e sua cadeia produtiva uma possibilidade de introduzir na região Nordeste indústrias ligadas ao complexo industrial eólico. Por esta atividade depender de recurso eólico em abundância para produzir energia, a localização de um complexo industrial estará próximo aos recursos naturais. Assim, isso seria um facilitador para a tomada de decisão de uma empresa no ramo.

Por fim, o complexo da cadeia produtiva de bens e serviços da energia eólica pode fomentar economias de aglomeração, atraindo outras atividades, como fornecedores e serviços dos complexos industriais, tornando-se, assim, uma



indústria motriz. Ademais, como a energia eólica possui intensidade tecnológica alta, as inovações tecnológicas podem virar uma constante dentro do processo de desenvolvimento da atividade em meio as características do espaço nordestino.

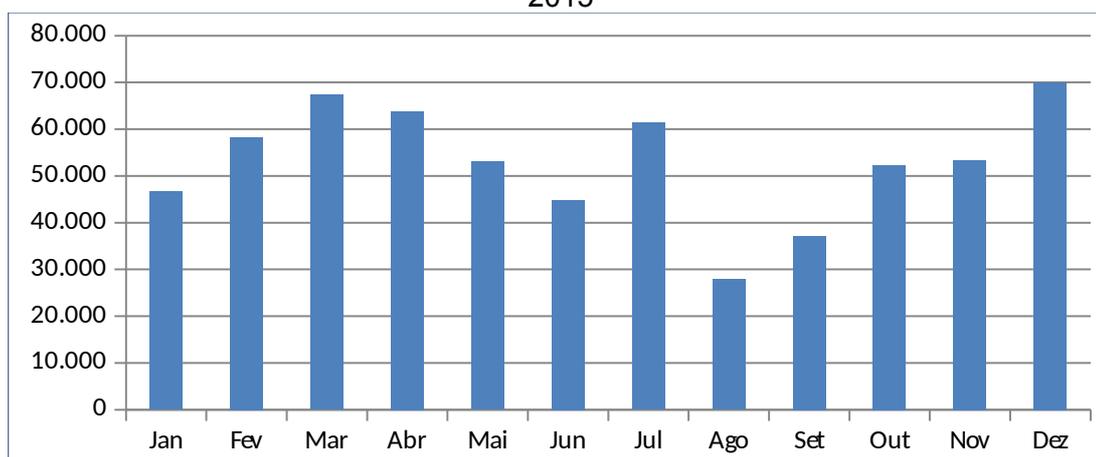
4. COMPLEMENTO DA ENERGIA EÓLICA PARA MATRIZ ELÉTRICA NACIONAL

O Sistema Elétrico Brasileiro (SEB) é, historicamente, vocacionado a gerar energia pela fonte hidrológica, no qual, só desta fonte, a produção de energia chega superar os 60%. É uma composição singular e privilegiada quando comparada com a matriz elétrica de outros países, pois, mais de 70% da geração total do SEB são por fontes renováveis, incluindo grandes hidrelétricas, usinas eólicas e solar e pequenas centrais hidrelétricas. Esse perfil de matriz dá ao Brasil uma estrutura de produção com benefícios em termos de oferta de eletricidade, de menores custos de geração e de menor agressão ao meio ambiente (CASTRO *et al*, 2010; ANEEL, 2016; ABEEÓLICA, 2015).

No gráfico 1, a seguir, a sazonalidade é ilustrada de acordo com as precipitações de chuvas ao longo do ano. Mostra-se a série histórica para cada mês no ano de 2015. Foram usados os dados das bacias hidrográficas das regiões Norte, Sul, Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste.

Assim, o período com maior intensidade de chuvas vai do mês de outubro até abril. No gráfico percebe-se que em dezembro a oferta de energia chega a 70 mil MWmed de possibilidade de produção. Por outro lado, na época da seca, que vai de maio a setembro, a disponibilidade cai ao menor nível em agosto com 28 mil MWmed.

Gráfico 1: Energia Natural Afluentes² das regiões N, NE, S, SE/CO: média histórica anual de 2015



Fonte: Elaboração própria dos autores a partir dos dados do ONS (www.ons.org.br)

² Energia Natural Afluyente (ENA) é a energia hídrica que corre pelos rios com fins energéticos (CASTRO *et al*, 2010).



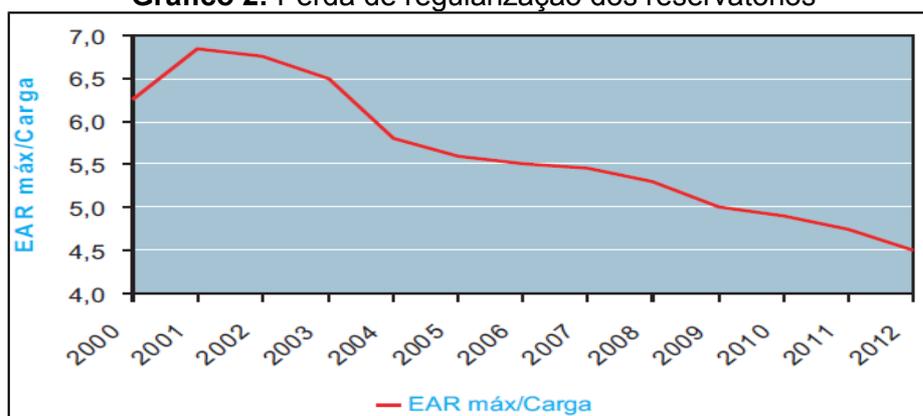
Sendo assim, CASTRO *et al* (2010) explica que a fonte hídrica, principalmente, as grandes hidrelétricas, exerce um papel estratégico no controle da oferta de energia elétrica durante o ano inteiro, uma vez que os reservatórios são de grande porte, que podem estocar água no período de chuva e utilizar essa reserva durante o período seco do ano. Assim, pode-se atender a demanda por energia durante o ano inteiro. Porém, aquela fonte depende do regime de chuvas. Uma variável natural e não controlável que faz com que o sistema seja sazonal, ou seja, há incerteza quanto a intensidade das chuvas.

A presença de grandes hidrelétricas foi para suportar o processo de industrialização da economia nacional, iniciado no pós-crise econômica de 1929. Assim, as hidrelétricas foram construídas perto dos grandes centros urbanos para atender a demanda crescente por energia. Dessa forma, à medida que a economia brasileira se expandia a demanda por energia aumentava em todo país. Logo, a exploração e expansão da produção de energia por fonte hídrica se deslocam para as outras regiões do Brasil. Sendo a região Norte a última grande oferta remanescente do país (CASTRO, 1985; CASTRO *et al*, 2010).

No entanto, para utilizar o potencial hídrico existente na região Norte necessariamente tem que explorar a região amazônica, o que gera discussões em termos dos impactos socioambientais. Desse modo, construir grandes hidrelétricas têm esbarrado em questões geográficas, porque a topografia do terreno não armazena grandes volumes de água, e, principalmente, nas leis ambientais (CASTRO *et al*, 2010).

Neste contexto, com a demanda por energia sempre presente e, por vezes, crescente, o SEB necessitará cada vez de fontes que complementem a oferta das hidrelétricas. O gráfico 2, a seguir, mostra que os grandes reservatórios vem perdendo a capacidade de regularizar a oferta de energia nos últimos anos. Segundo CASTRO *et al* (2010) nos anos 2000 os reservatórios cheios eram capazes de ofertar energia seis vezes mais do que a demanda. Todavia, essa capacidade de controlar a oferta de energia vem diminuindo ao longo dos anos por vários motivos, como, a diminuição das precipitações de chuvas e aumento da demanda.

Gráfico 2: Perda de regularização dos reservatórios



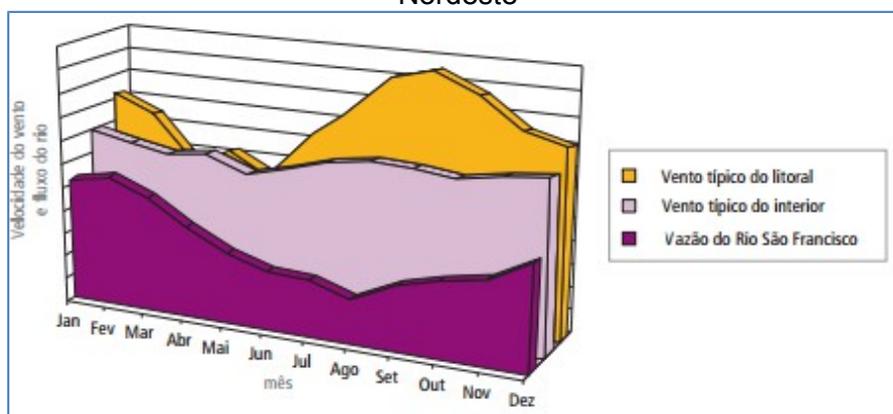
Fonte: CHIPP (2008) adaptado por CASTRO *et al* (2010)

Diante deste quadro, a busca por fontes que complementem a oferta de energia por fonte hídrica é uma necessidade. Assim, estudos sobre o potencial,

viabilidade técnica e econômica no SEB se justificam. Contudo, a ampliação de novas fontes no SEB terá de ser renovável, de baixa emissão de poluentes e menos agressivas ao meio ambiente. Neste sentido, a energia eólica apresenta as características necessárias a esse propósito, pois, é complementar a fonte hídrica, bem como compatível com a busca da preservação ambiental.

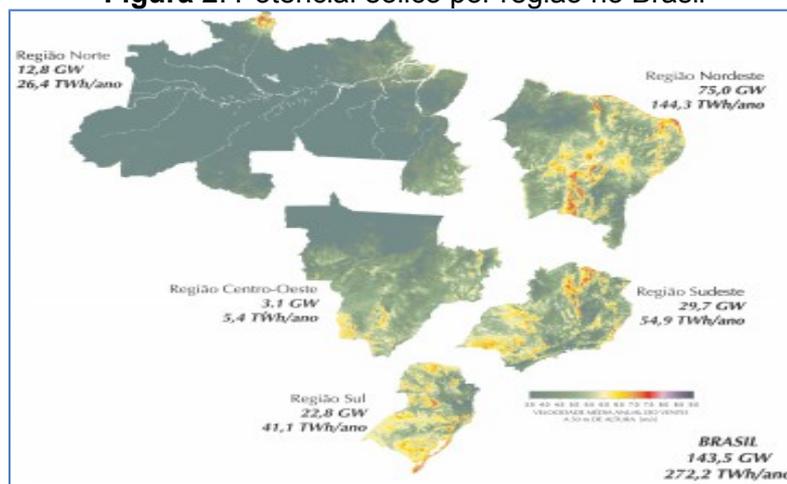
Sendo assim, a operação de hidrelétricas com energia eólica pode garantir o fornecimento de energia em longo prazo. Conforme CASTRO *et al* (2010) a energia eólica pode atuar complementando e/ou dando suporte em casos de riscos na oferta pela fonte hídrica. O gráfico 3, abaixo, mostra que nos meses menos intensos em chuvas são os que apresentam os ventos mais intensos, sobretudo, na região Nordeste do país.

Gráfico 3: Vazão do Rio São Francisco e Comportamento médio do Vento na Região Nordeste



Fonte: CBBE, 2000 *apud* DUTRA, 2001

Figura 2: Potencial eólico por região no Brasil



Fonte: ATLAS DO POTENCIAL EÓLICO BRASILEIRO (2000)



Em termos de viabilidade técnica o Brasil tem um enorme potencial eólico. Segundo dados do ATLAS DO POTENCIAL EÓLICO BRASILEIRO (2001) o recurso eólico em terra é estimado em mais de 143 GW com torres de 50 metros. Sendo que a Região Nordeste possui mais da metade desse potencial, ou seja, 75 GW (ver figura 2 a seguir). Em termos de intensidade dos ventos, o Nordeste é uma das regiões com maior incidência de ventos com velocidade média entre 6 m/s e 8,5 m/s.

Assim, o Brasil possui uma das melhores matrizes eólica do mundo, com ventos de qualidade e condições naturais favoráveis para gerar energia elétrica, onde a matriz elétrica pode ter ganhos de oferta e benefícios ambientais.

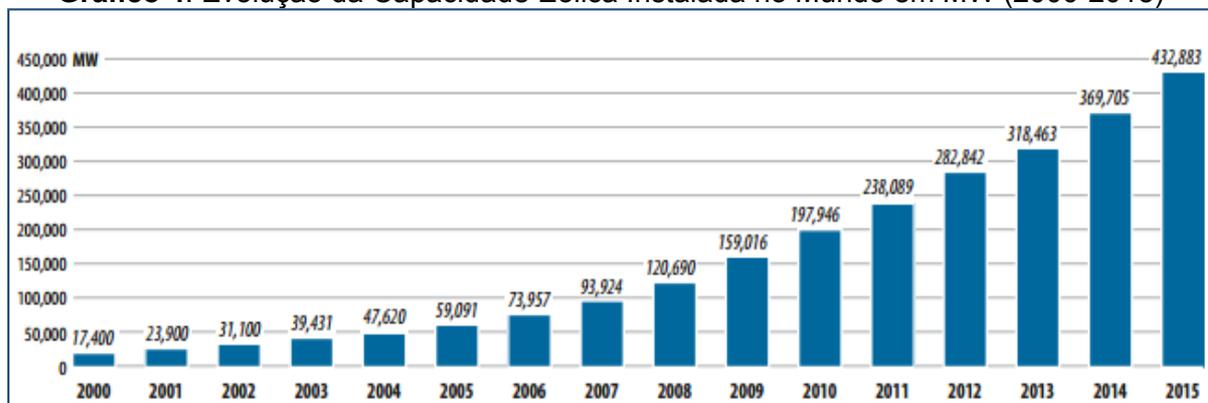
5. PANORAMA DA ENERGIA EÓLICA NO NORDESTE BRASILEIRO

Nos relatórios anuais da *GLOBAL WORLD ENERGY COUNCIL (GWEC)* mostram que diversos países no mundo têm investido em energia eólica, pois, a cada ano os dados apontam para uma expansão de capacidade instalada. Isso é resultado de políticas públicas que criam um ambiente institucional favorável aos investimentos em energia eólica tanto para produção quanto para desenvolver a indústria eólica em larga escala (OLIVEIRA NETO, 2012: GWEC, 2015).

Assim, com o debate mundial sobre a questão ambiental e as mudanças climáticas, a segurança energética passa a ser motivo de preocupação a nível mundial, e as energias renováveis ganham importância pelo fato de produzirem energia e amenizar os impactos ao meio ambiente. Neste sentido, a produção de energia elétrica por fontes renováveis terá um papel relevante para o meio ambiente, sendo fundamental para composição das matrizes energéticas dos países e, conseqüentemente, para o futuro do planeta.

No relatório de 2015 da *GLOBAL WORLD ENERGY COUNCIL (GWEC)* sobre os dados da produção da fonte eólica mostra que o setor está em plena expansão. No início do século XXI o mundo tinha uma capacidade instalada acumulada de 17.400 MW, já em 2015 essa capacidade saltou para 432.883 MW (GWEC, 2015). Mesmo com a crise financeira internacional de 2008/2009, a produção do setor continuou crescendo nos anos seguintes (ver gráfico 4 a seguir).

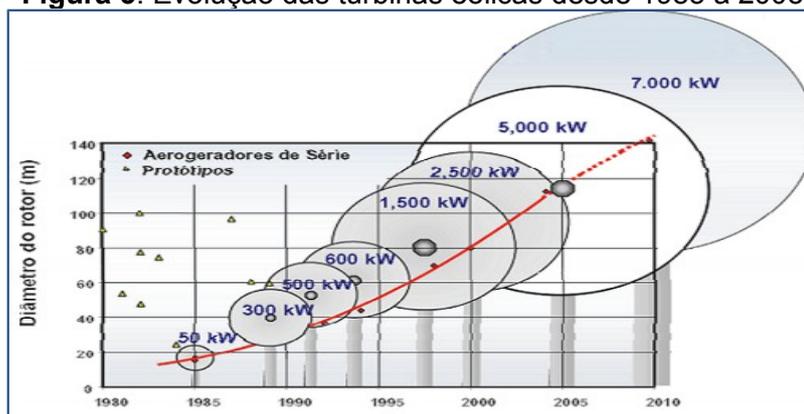
Gráfico 4: Evolução da Capacidade Eólica Instalada no Mundo em MW (2000-2015)



Fonte: Dados da GWEC (2015)

Com a expansão da capacidade instalada da fonte eólica, a indústria de turbinas eólicas acompanhou essa tendência. Conforme, informações do CRESESB (2008), o comércio de turbinas eólicas ou aerogeradores, a nível mundial, se desenvolveu rapidamente desde a década de 1980. Na figura 3, a seguir, mostra-se que a indústria produzia aerogeradores com 50 Kw de potência, porém, com avanço tecnológico e investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualmente a indústria pode produzir aerogeradores de 7 MW de potência (CRESESB, 2008).

Figura 3: Evolução das turbinas eólicas desde 1985 a 2005



Fonte: CRESESB (2008)

Nestes termos, o desenvolvimento de conhecimentos, de tecnologias e o aprofundamento de técnicas de produção permitem que a indústria do setor produza grandes aerogeradores. Logo, diante do crescimento da energia eólica na matriz energética mundial, as perspectivas são que a indústria continue evoluindo em termos tecnológicos e de inovações. Assim, os equipamentos terão melhores desempenhos e confiabilidade na operação (OLIVEIRA NETO, 2016).

DUTRA (2007) explica que, de 1990 a 2002, os maiores investimentos para desenvolvimento tecnológico das energias renováveis foram de países desenvolvidos, justificados pela necessidade de se garantir o suprimento energia e diminuir a dependência de importações combustíveis fósseis. Esses investimentos também possibilitam que regiões, com potencial de produção eólico, desenvolvam uma indústria motriz da cadeia produtiva dos aerogeradores.

No Brasil, a energia eólica só foi introduzida no SEB, de forma comercial, pós racionamento de energia elétrica de 2001, que revelou um grave problema estrutural, no qual a oferta de eletricidade não atendia a demanda. Então, houve a necessidade de se repensar o planejamento do SEB, em que, era necessária a participação do Estado com políticas de incentivos, financiamentos e investimento, além de buscar parcerias estratégicas com o setor privado (OLIVEIRA NETO, 2012). Duas políticas públicas fundamentais são adotadas pelo Estado brasileiro para incentivar o desenvolvimento de fontes alternativas de energia no país: o Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) e os Leilões de energia.

Lançado em 2002, O PROINFA foi um mecanismo de políticas públicas importante, que foi destinado a incentivar a participação de fontes alternativas de



energia no SEB, como Energia Eólica, Pequenas Centrais Hidrelétrica (PCH) e Biomassa (DUTRA, 2007).

Posteriormente, em 2009, o Governo Federal adota os Leilões de energia, que garantem a contratação de energia eólica no ambiente regulado. De modo geral, as duas políticas fazem parte de um planejamento setorial adotado pelo novo modelo do Sistema Elétrico Brasileiro com a retomada do planejamento do SEB pelo Estado (MACEDO, 2015; OLIVEIRA NETO, 2016). Por outro lado, o PROINFA e os LEILÕES abriam caminho para a fixação da indústria de componentes e turbinas eólicas no país, sendo um mecanismo de criação de mercado.

Entre 2005 e 2015, o mercado eólico brasileiro deu um salto importante na capacidade eólica instalada. Em 2005 eram apenas 27 MW, já em 2015 a capacidade instalada chegou a 8.715 MW de potência, potência suficiente para atender a demanda por energia elétrica da região Sul do país (ABEEÓLICA, 2016). Esse crescimento na produção de energia por fonte eólica acelera a entrada de indústrias na região, gerando duas externalidades positivas. A primeira é a expansão da oferta e a segunda é o barateamento dos custos de produção pelos ganhos de economia de escala.

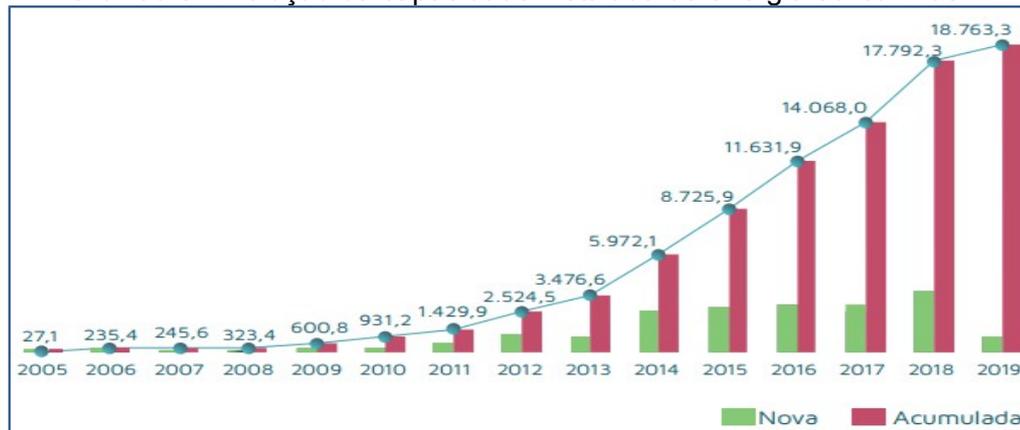
Dessa forma, o gráfico 5 a seguir, mostra que, em termos de capacidade instalada, a fonte eólica está em plena ascensão no mercado brasileiro. Quando se analisa os últimos dados desagregados para o país, que são de 2015, o Brasil já é o décimo no *ranking* mundial na produção de energia por fonte eólica e o primeiro entre os países da América Latina (ABEEÓLICA, 2015; GWEC, 2015).

Com essa expansão, a fonte eólica é que mais cresce em termos de participação na matriz elétrica nacional. Em 2015, levando em conta todas as fontes, foram instalados 7.000 MW de capacidade na matriz elétrica, sendo que a energia eólica liderou em participação, gerando 39% do total. Em 2016 a eólica terá 7% de participação na matriz elétrica nacional. E a previsão é que o mercado continue crescendo, pois existem contratos já firmados nos leilões e no mercado livre para o futuro. Assim, no gráfico 5 abaixo percebe-se que o mercado eólico continuará adicionando (cor verde) capacidade instalada pelo menos até 2019 (ABEEÓLICA, 2015; GWEC, 2015).

Aliás, segundo informações do boletim de dezembro de 2016 da ABEEÓLICA, o Brasil chegou a marca de 10.6 GW ou 10.600 MW de capacidade eólica instalada com de mais de 424 parques eólicos instalados. Sendo que, entre parques em construção e contratados via leilões há mais 7 GW de capacidade a ser incorporada na matriz elétrica. Em termos de investimentos industriais, o setor também tem números expressivos, de 2011 a 2016 as empresas da cadeia produtiva do setor investiram R\$ 48 bilhões, e só em 2016 a energia eólica gerou mais 41 mil empregos com 80% da cadeia produtiva nacionalizada.



Gráfico 5: Evolução da capacidade instalada de energia eólica Brasil



Fonte: ABEEÓLICA (2016)

Numa análise mais focalizada, as políticas de incentivos estatais impulsionaram a região Nordeste a receber a maioria das instalações de parques eólicos devido a sua abundância em bons ventos, atraindo grandes investimentos, tanto para produção de energia quanto para o desenvolvimento do setor industrial.

Quando os primeiros leilões foram organizados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), os empreendimentos eólicos concentraram-se nos estados do RN, CE e BA. Dessa forma, em 2009 foi lançado o 1º leilão exclusivo para energia eólica, onde 71 empreendimentos eólicos foram contemplados, dos quais 63 projetos foram para o Nordeste e o restante foi para região Sul do país. Dos 63 empreendimentos, 62 foram para os estados da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte. Sendo que, 18 foram para BA, 21 para CE e 23 projetos para o RN com preço médio de R\$ 148,39/Mega Watt hora (MWh). Em 2010, no 2º leilão das fontes alternativas, RN, BA e CE também se destacaram. Foram 70 empreendimentos contratados com 2.047 MW de capacidade instalada. Foram 50 projetos no 1º leilão com preço médio de R\$ 134,46/MWh e 20 projetos no segundo leilão com R\$ 122,69/MWh de preço médio. O RN recebeu 1.064 MW, o CE 150, a BA com 587 MW e RS com 245 MW (EPE, 2009; EPE, 2010).

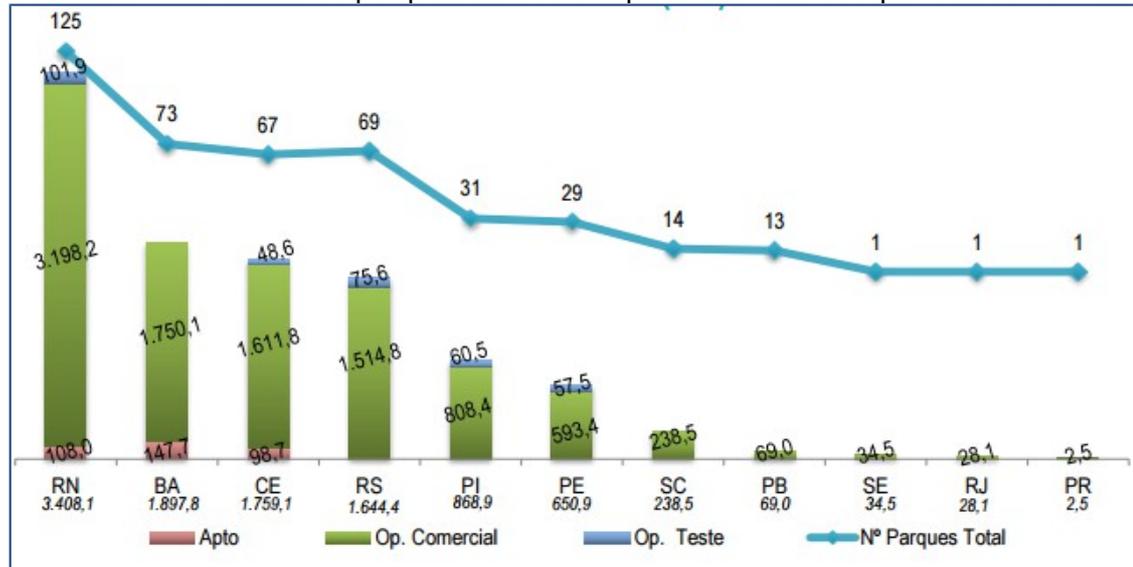
MACEDO (2015), destaca que esses valores do MWh em queda são explicados pela política dos leilões, em que, a lógica é, quem pagar o menor preço pelo MWh ganha o projeto, e, sobretudo, por conta de um cenário favorável de baixo custo dos equipamentos da energia eólica devido ao processo de capacidade instalada ociosa da indústria pelos conglomerados do setor. Isso por causa da crise financeira de 2008/2009, onde a indústria eólica buscou novos mercados em potencial, o Brasil é um desses mercados (MACEDO, 2015).

Então, nos leilões mais recentes, verifica-se uma tendência de desconcentração nos investimentos e, conseqüentemente, na implementação dos parques entre os estados do Nordeste. Os estados de Pernambuco, Piauí, Maranhão, Paraíba e Sergipe também estão sendo contemplados com parques eólicos. Já em 2014, Pernambuco e Piauí colocaram em funcionamento 79,9 MW e 70 MW de capacidade instalada, respectivamente (MACEDO, 2015).

Segundo informações da ABEEÓLICA (2016), os parques eólicos instalados são a classificação em três categorias: aptos a operar, operando em teste e

operando comercialmente. Essa classificação indica a capacidade instalada total de cada estado, bem como o número de parques. No gráfico 6 a seguir, levando em consideração apenas os empreendimentos eólicos em operação, observa-se que o estado do RN lidera em potência instalada com 3.198 MW, seguido por BA e CE com 1.750 MW e 1.611 MW, respectivamente. Contudo, estados, como, Piauí e Pernambuco, que não figuravam entre os maiores produtores de energia eólica, começam a se destacar no cenário nacional. O estado do PI é o 5º com 808 MW de capacidade instalada e PE vem em seguida com 593 MW (ABEEÓLICA, 2016).

Gráfico 6: Quantidade de parques eólicos e capacidade instalada por estado no Brasil



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Abeeólica (2015)

Essa expansão de capacidade instalada dos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará é explicada pelo fato desses estados terem integrado a cadeia produtiva de equipamentos eólicos, composta por aerogeradores, pás e torres, nesses espaços. No caso do Piauí a expansão dos parques eólicos é devido as melhorias em infraestrutura e políticas de incentivo. Já com o Rio Grande do Norte isso não aconteceu, o estado tem apenas em seu território apenas duas fábricas de torres³. MACEDO (2015) chama atenção para o fato dos estados da BA, PE e CE apresentar, aos investidores do setor eólico, uma melhor infraestrutura e políticas de incentivo para receber os investimentos produtivos. A autora cita os portos, a escala de produção e de escopo, os incentivos fiscais e financeiros como diferenciais para receber investimentos (MACEDO, 2015).

Sendo assim, a escolha do local para a instalar uma fábrica de equipamentos eólicos segue motivações diferentes, como mostra um estudo da AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI) feito em 2014. Nesse estudo, fatores como infraestrutura do espaço, proximidade com os locais de maior potencial, proximidade com a cadeia de fornecedores, entre outros, são determinantes para a indústria instalar-se sua unidade de produção (ABDI, 2014).

3 Atualmente, o RN tem apenas uma fábrica de torres eólica.



Quadro 1: Localização e capacidade das fábricas de montagem de aerogeradores

MONTADORAS DE AEROGERADORES	LOCALIZAÇÃO	UF	CAPACIDADE ANUAL (PREVISTA)
IMPSA	SUAPE	PE	400 AEROGERADORES, EXPANSÍVEL PARA 500
IMPSA	GUAÍBA	RS	100 AEROGERADORES, EXPANSÍVEL PARA 200
WEG	JARAGUÁ DO SUL	SC	100 MW, CHEGANDO A 200 MW EM 2014
WOB BEN	SOROCABA	SP	500 MW
GE	CAMPINAS	SP	500 MW
ALSTOM	CAMAÇARI	BA	400 MW
GAMESA	CAMAÇARI	BA	400 MW
ACCIONA	SIMÕES FILHO	BA	135 CUBOS E 100 NACELES
VESTAS	AQUIRAZ	CE	400 MW

Fonte: Dados adaptado a partir das informações da ABDI (2014)

Quadro 2: Fabricantes de torres por tipo, com localizações e capacidade fabril

FABRICANTES DE TORRES	TIPO	LOCALIZAÇÃO	UF	CAPACIDADE ANUAL (PREVISÃO)
GESTAMP	AÇO	CABO DE SANTO AGOSTINHO	PE	450
ENGE BASA	AÇO	CUBATÃO	SP	168
ENGE BASA	AÇO	GUAÍBA	RS	-300
TORREBRAS (WINDAR)	AÇO	CAMAÇARI	BA	220
INTECNIAL	AÇO	ERECHIM	RS	100
TECNOMAQ	AÇO	AQUIRAZ	CE	-100
BRASILSAT	AÇO	CURITIBA	PR	50
ICEC-SCS	AÇO	MIRASSOL	SP	100
ALSTOM	AÇO	CANOAS	RS	120
ALSTOM	AÇO	JACOBINA	BA	-150
ERNESTO WOEBCKE	CONCRETO	GRAVATAÍ	RS	*
WOB BEN	CONCRETO	PARAZINHO	RN	500
CTZ EOLIC TOWER	CONCRETO	FORTALEZA	CE	120
INNEO	CONCRETO	TRAIRI CASA NOVA	CE/BA	250
EOLICABRÁS/(SEDE)	CONCRETO	SÃO PAULO	SP	40 A 50

Fonte: Dados adaptado a partir das informações da ABDI (2014)

Por sua vez, a montagem da nacele e do cubo do rotor as empresas Alstom, Gamesa, Acciona e IMPSA, preferiram instalar suas unidades no Nordeste e no Rio Grande do Sul, por causa do potencial eólico desses espaços (ABDI, 2014). No caso



da WEG e GE Energy, estas preferiram ter suas fábricas em Jaraguá do Sul e Campinas, respectivamente, para utilizar a estrutura fabril destas cidades. Já a Wobben usou a estratégia de se instalar próxima à cadeia de fornecedores em São Paulo, assim como a General Electric.

No que se refere aos fabricantes de torres a localização espacial tem uma melhor distribuição locacional. Isso, porque, há uma correlação entre as fábricas de torres e as localidades receptoras dos parques eólicos, pelo fato de facilitar na logística do transporte, principalmente, com as torres de concreto, como é o caso do RN, CE e BA. No caso das fábricas de torres de aço, estas podem ou não se instalar próximo aos empreendimentos, uma vez que as lâminas de aço podem ser transportadas. Isso vai depender do tipo de projeto eólico altura do gerador, custo, montagem e manutenção, além da facilidade do transporte (ABDI, 2014).

Por fim, os fabricantes de pás estão localizadas no estado de São Paulo e no Nordeste, sobretudo, Ceará e Pernambuco. Segundo informações da ABDI (2014), a ida de fabricantes de pás para CE e PE tem a ver com duas questões. A primeira é a logística, pois esses estados possuem portos adequados para transporte dos equipamentos. Segundo, a maioria dos parques estão sendo instalados no litoral, isso facilita o deslocamento das pás até o local do projeto.

Quadro 3: Fabricantes de pás eólicas com localizações e capacidade fabril

FABRICANTE DE PÁS	LOCALIZAÇÃO	UF	CAPACIDADE ANUAL (EM UNID)
TECSIS	SOROCABA	SP	6000
WOB BEN	SOROCABA	SP	1500 (TOTAL)
WOB BEN	PECÉM	CE	CE/SP
AERIS	PECÉM	CE	600
LM WIND POWER	SUAPE	PE	1000

Fonte: Dados adaptado a partir das informações da ABDI (2014)

Como pôde ser observado, o Brasil já possui uma boa estrutura da cadeia produtiva do setor eólico. São unidades de montagem de aerogeradores, pás e torres, bem como fabricantes de componentes e subcomponentes. MELO (2013) destaca a importância de um ambiente institucional bem organizado e estruturado, como o Proinfa e os leilões, além das linhas de financiamento do BNDES, que sinaliza para indústria uma segurança quanto aos investimentos na cadeia produtiva. MACEDO (2015) acrescenta, afirmando que, a conjuntura desfavorável nos mercados dos países desenvolvidos também ajudou na vinda dos fabricantes internacionais da cadeia produtiva para o Brasil, principalmente, a partir de 2009/2010, motivados pela capacidade produtiva ociosa ocasionada pela crise financeira internacional de 2008.



Neste sentido, em termos de distribuição espacial desta cadeia produtiva, verifica-se uma concentração de fábricas nas regiões Sul e Sudeste, sobretudo, em São Paulo, e não no Nordeste, uma vez que, esta região possui maior potencial em recurso eólico do Brasil. Contudo, como adverte MACEDO (2015):

(..) não basta ter vento. É preciso adicionalmente fomentar o encadeamento produtivo com investimento em infraestrutura de transmissão e de logística, e com incentivos financeiros, como aliás assim o fizeram e fazem os países que estão na vanguarda em termos de capacidade instalada em MW, os quais também desenvolveram toda uma estrutura de P&D, com o objetivo de dar substância à geração de energia eólica de modo mais eficiente, tendo em vista a característica intermitente que essa fonte apresenta (MACEDO, 2015, p. 317).

Logo, para o Nordeste desenvolver um polo industrial do setor eólico integrado e homogêneo no seu espaço, é necessário enfrentar questões históricas e estruturais de sua economia. De modo que, um projeto de desenvolvimento do setor eólico na região nesses termos passaria por políticas de Estado. Questões como, gargalos de infraestrutura, logística, mão de obra qualificada, P&D, entre outros, são fatores que estão ligados ao subdesenvolvimento.

Estados como, BA, CE e PE estão na dianteira para conseguir integrar a cadeia produtiva. Esses estados estão realizando planejando e/ou desenvolvendo mecanismos de competitividade para a atração de fabricantes eólicos para seus territórios.

Por outro lado, ainda há a questão de desenvolver e ofertar alguns itens que atendam características naturais do Brasil (clima, temperatura, maresia, etc), que passa por uma formulação de P&D e/ou acordos de transferência de tecnologia ou parcerias para alcançar e atender as exigências específicas. Assim, a fabricação nacional, por exemplo, de massas e revestimentos para o acabamento das pás, que resista à erosão e as variações de temperatura, requer o desenvolvimento de formulações específicas.

Para finalizar, o desenvolvimento espacial da indústria eólica no Nordeste, vislumbra para região oportunidades socioeconômicas e ambientais, tais como novos conhecimentos científicos e tecnológicos, geração de emprego, contribuição ao meio ambiente em termos de não emissão de poluentes. De todo modo, os investimentos em empreendimentos eólicos e na expansão industrial, via empresas estrangeiras podem gerar conhecimento, aprendizado e acumular experiências.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o debate sobre a questão do desenvolvimento regional vem sendo retomado, sob uma nova ótica diante da realidade de políticas econômicas de cunho neoliberal. A redução das desigualdades regionais no Brasil sempre foi tema recorrente, pois o país apresenta altos índices de concentração das atividades econômicas na região sudeste. Desse modo, as novas oportunidades de fomento ao desenvolvimento regional, como é o caso da atividade eólica, sejam aproveitadas para implantação de um polo industrial.



Neste sentido, uma análise mais detalhada do ambiente locacional da energia eólica seria interessante para postular uma formação de um complexo industrial desta atividade no Nordeste. MELO (2013) salienta a importância do crescimento industrial nos últimos anos com as políticas públicas, como Proinfa e os Leilões. Porém, há três grandes desafios a enfrentar, como, aumentar a capacidade fabril, linhas de créditos via BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) e, por fim, aperfeiçoar o conhecimento das características dos ventos para ter maior eficiência nos projetos.

Desse modo, via de regra, os projetos realizados pelas empresas estrangeiras nos seus países de origem são adaptados as características do Brasil. De forma que, os aerogeradores e os componentes mais tecnológicos são fabricados para atuar com as características daqueles países. Então, todo o esforço de aprendizado, evolução e geração de conhecimento em novos equipamentos ou inovações no setor se volta para os principais mercados mundiais e para atender as necessidades destes países, e não necessariamente as do Brasil.

Portanto, torna-se essencial tomar medidas com políticas claras para o setor de energia no Brasil, e adotar estratégias para inserir o Nordeste no complexo industrial de peças e equipamentos que internalize a cadeia produtiva, bem como conectá-la com as demais atividades da energia eólica, como o setor de serviços.

De todo modo, como pôde ser observado, houve uma melhor irradiação da cadeia produtiva da energia eólica no país, principalmente, se deslocando para alguns estados do Nordeste, isto possibilitará acumular aprendizado e conhecimento sobre setor.

É plausível afirmar que, a combinação de políticas específicas relativas à produção, como o Proinfa e os Leilões de energia (fator competitivo para estabelecer menor preço da tarifa), associada a projetos CT&I voltados para a realidade do país/região/estado, poderia efetivamente estimular a atividade com transbordamento sobre o desenvolvimento locacional (DUTRA; SZKLO, 2006). Logo, sugere-se que é preciso ir além da produção de energia por fonte eólica. É preciso investir mais e mais na tecnologia industrial, abrir parcerias com instituições e empresas líderes, visando acumular conhecimento e progredir tecnologicamente. Caso contrário, o país e a região Nordeste continuarão sendo dependentes da tecnologia estrangeira.

Acredita-se ainda que estas ações, somadas a inúmeras outras políticas públicas poderiam realmente empoderar e valorizar os espaços, conforme sugere Macedo (2015), quiçá redefinindo a lógica exógena que predomina no setor, na atualidade. Isto é sumamente importante, inclusive porque o Brasil/NE apresentam elevado potencial em outras energias renováveis altamente estratégicas para o desenvolvimento sustentável neste milênio (ex: solar, bioenergia).

REFERÊNCIAS

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. **Mapeamento da Cadeia Produtiva da Indústria Eólica no Brasil, 2014**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1410360044.pdf>. Acesso em: 01 out 2016.



ABEEÓLICA: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA EÓLICA. **Boletim anual de geração, 2015.** Disponível em: http://www.abeeolica.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Abeeolica_BOLETIM-2015_low.pdf. Acesso em: 02 nov 2016.

_____. **Dados mensais. Dezembro, 2016.** Disponível em <http://www.abeeolica.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Dados-Mensais-ABEEolica-Dezembro-2016.pdf>. Acesso em: 13 nov 2016.

ALVES, F. D. **Notas Teórico-Methodológicas entre Geografia Econômica e Desenvolvimento Regional.** CEPAL – 60 anos de Desenvolvimento na América Latina, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 17 a 19 de agosto de 2011.

ALVES, F. D; MAIA, A C. **Teorias sobre o espaço e a questão rural-urbano.** In: FERREIRA, Darlene Ap. O. & FERRERA, Enéas F. (Org.). Estudos Agrários: Conceitos e Práticas. Rio Claro: Pós-Graduação em Geografia - IGCE, 2009.

AMARAL NETO, R. P. **A Atividade Eólica e o Desenvolvimento Regional: perspectivas na formação do polo eólico no Rio Grande do Norte.** 2016, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRN, Natal/RN.

ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Banco de Informações de Geração 2016.** Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>. Acesso em: 01 nov 2016.

ARAUJO, T. B. **Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional.** Revista Economia do Nordeste, BNB, Fortaleza, 4-6/1999. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=143. Acesso em 20 Jun 2016.

ATLAS DO POTENCIAL EÓLICA BRASILEIRO, 2001. Disponível em: http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/Atlas%20do%20Potencial%20Eolico%20Brasileiro.pdf. Acesso em: 01 nov 2016.

BARROS, A. R. **Desigualdades Regionais no Brasil: natureza, causas, origens e solução.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/25848/24678>. Acesso em: 15 Ago 2016.

BRAGA, R. M. **Tendências e perspectivas das teorias locacionais no Capitalismo Contemporâneo.** Geografares, Revista Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), nº 6, 2008.

CAIADO, A. S. C. **Desconcentração Industrial Regional no Brasil (1985 – 1998): Pausa ou Retrocesso?** Tese de Doutorado: Universidade Estadual de Campinas:



2002. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000289890>. Acesso em: 02 Jul 2016.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1995)** Campinas, IE/UNICAMP, 1998.

_____. **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento.** Revista de Economia Política, vol. 35, nº 3 (140), pp. 444-460, julho-setembro/2015.

_____. **Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005.** Editora Unesp, São Paulo/SP, 2008.

CASTRO, N. J. **Avanços na reestruturação do setor de energia elétrica.** IFE: Informe Eletrônico, Rio de Janeiro, n. 1081, 2 p., 31 mar. 2003. Disponível em: <<http://www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/eletrobras/artigos/castro6.htm>> Acesso em: 5 mar. 2016.

_____. **Considerações sobre a Ampliação da Geração Complementar ao Parque Hídrico Brasileiro.** III Seminário Mercados de Electricidade e Gás Natural: Investimentos, Riscos e Regulação. Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Portugal, 2010.

CASTRO, N. J. *et. al.* **Considerações sobre as Perspectivas da Matriz Elétrica Brasileira.** GESEL – Grupo de Estudos do Setor Elétrico do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Textos de Discussão Nº 19, Rio de Janeiro/RJ, 2010.

CAVALCANTE, L. R. M. T. **Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização.** Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 2, p. 9-32, 2008. Disponível em: http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/0906201115360781_Producao_Teorica_.pdf. Acesso em 11 Abr 2016.

CENTRO DE PESQUISA DE ENERGIA ELÉTRICA (Org.). **Potencial Eólico do Brasil, 2001.** Disponível em: <http://www.cresesb.cepel.br/index.php?link=/atlas_eolico_brasil/atlas.htm> . Acesso em: 20 de mar 2016.

CHIPP, H. **Procedimentos Operativos para Assegurar o Suprimento Energético do SIN.** Apresentação no Grupo de Estudos do Setor Elétrico (GESEL) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2008.

CRESESB - Centro de Referência para Energia Solar e Eólica Sérgio de Salvo Brito. **Energia Eólica. Princípios e Tecnologias.** Equipe CEPEL/CRESESB. Revisão, ampliação e atualização Ricardo Marques Dutra – Maio, 2008. Disponível em:



<http://www.portal-energia.com/downloads/energia-eolica-principios-tecnologias.pdf>.
Acesso em: 05 nov 2016.

DINIZ, C. C. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Nova Economia, Belo Horizonte – MG, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n2/a01v19n2.pdf>. Acesso em: 02 Nov. 2016.

DINIZ, C.C.; CROCCO, M (Org). **Economia Regional e Urbana**: contribuições teóricas recentes. Ed. UFMG, Minas Gerais, 2006.

DUTRA, R. M. **Propostas de Políticas Específicas para Energia Eólica no Brasil após a Primeira fase do Proinfa**, 2007. 437 f. Tese Doutorado – Curso de Engenharia do Departamento de Ciências em Planejamento Energético da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/tese/200704_dutra_r_m_dr.pdf. Acesso em: 29 nov 2016.

_____. **Viabilidade Técnico-Econômica da Energia Eólica Face ao Novo Marco Regulatório do Setor Elétrico Brasileiro**. 2001. 309 p. Dissertação (mestrado em Planejamento Energético). Universidade Federal do Rio de Janeiro-COPPE, Rio de Janeiro, 2001.

DUTRA, R.M.; SZKLO, A. S. **A Energia Eólica no Brasil: Proinfa e o Novo Modelo do Setor Elétrico**. Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2006, p. 855-868.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Informe a imprensa. Leilão de Energia Reserva - Leilão**. Disponível em: http://www.epe.gov.br/imprensa/PressReleases/20091214_1.pdf. Acesso em: 09 nov 2016.

_____. Informe à Imprensa. Leilões de Fontes Alternativas 2010. Disponível em: http://www.epe.gov.br/imprensa/PressReleases/20100826_1.pdf. Acesso em: 09 nov 2016.

_____. **Viabilidade Técnico-Econômica da Energia Eólica Face ao Novo Marco Regulatório do Setor Elétrico Brasileiro**. 2001. 309 p. Dissertação (mestrado em Planejamento Energético). Universidade Federal do Rio de Janeiro-COPPE, Rio de Janeiro, 2001.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2003, 32ª edição.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. Ed. Nacional, São Paulo, 1987, 9ª edição.



_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Centro Internacional Celso Furtado para Políticas para o Desenvolvimento, 2009. Ed. Contraponto, 5ª edição, Rio de Janeiro/RJ.

GOLDEMBERG, J. **Energia e desenvolvimento sustentável.** São Paulo. Ed, Blucher, 2010. Série Sustentabilidade.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à Formação Econômica do Nordeste,** Massangana-FJN, 1989.

_____. Trajetória Econômica de uma região periférica. In: **Estudos avançados,** São Paulo, ano 11, n 29, p. 37-54, 1997.

GWEC: GLOBAL WIND ENERGY COUNCIL. **Global Wind Report.** Annual Market Update, 2014. Disponível em: <http://www.gwec.net/wp-content/uploads/2015/03/GWEC_Global_Wind_2014_Report_LR.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2016.

_____. **Global Wind Report.** Annual Market Update, 2015. Disponível em: http://www.gwec.net/wp-content/uploads/vip/GWEC-Global-Wind-2015-Report_April-2016_22_04.pdf. Acesso em: 01 nov 2016.

FERREIRA, C.M.C. **As teorias de localização e organização espacial da economia.** In: HADDAD, P.R. (Org). *Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise.* Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. ETENE, 1989.

LIMA, A.C.; SIMÕES, R.; MONTE-MOR, R.L.M. **Espaço, cidades e escalas territoriais: novas implicações de políticas de desenvolvimento regional.** *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 1 (50), p. 223-242, abr. 2014

MACEDO. L. D. **Produção de Energia Elétrica por Fonte Eólica no Brasil e Aspectos de seu Impacto na Região Nordeste e Rio Grande do Norte.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo (SP), 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000949591>. Acesso em: 01 Jul. 2016.

OLIVEIRA NETO, C. R. **ENERGIA EÓLICA NO BRASIL: mais do que uma alternativa energética, 2012.** Monografia de Graduação apresentada ao Departamento de Economia da UFRN como requisito para obtenção do título de Bacharel em Economia.

_____. **ENERGIA EÓLICA E DESENVOLVIMENTO NO TERCEIRO MILÊNIO: reflexões a partir do Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte.** 2016, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Economia da UFRN, Natal/RN.



PACHECO, C. A. **A fragmentação da nação**. Tese de Doutorado. Campinas, Ed. Unicamp/Instituto de Economia, 1998.

SOBRINHO, E. M. G; AZZONI, C. R. **AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS RELEVANTES DO BRASIL**. Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo – Nereus, 07/2014. São Paulo, 2014.

SOUZA, N. J. **ECONOMIA REGIONAL: CONCEITO E FUNDAMENTOS TEÓRICOS**. Artigo publicado originalmente na revista Perspectiva Econômica, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Ano XVI, v. 11, n. 32, 1981, p. 67-102. Disponível em: http://www.nalijosouza.web.br.com/downloads/outros-textos/desenvolvimento/teoria_econ_reg.pdf. Acesso em: 02 Nov 2016.

_____. **Teoria dos polos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação**. Porto Alegre, jan/jul 2005, análise, v. 16, nº 1, p. 87-112. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/266/215>. Acesso em: 07 Ago 2016.

VIDAL, F. C. B. **Nordeste do Brasil – atualidade de uma velha questão: vicissitudes da teoria do subdesenvolvimento regional no contexto do capitalismo contemporâneo**. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. **A problemática do semi-árido nordestino à luz de Celso Furtado: permanência da pobreza estrutural**. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311532340.F_VIDAL3.pdf. Acesso: 06 Nov 2016.

World Wide Found for Nature - WWF-Brasil. **Desafios e Oportunidades para a energia eólica no Brasil: recomendações para políticas públicas**. 1a edição Brasília WWF-Brasil – Fundo Mundial para a Natureza, 2015.

*Recebido em 01/09/2016
Aprovado em 15/12/2016*



ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A *Revista Orbis Latina* está aberta a colaborações de pesquisadores de qualquer parte do planeta. Os artigos, resenhas e demais contribuições devem girar em torno de temáticas que envolvam racionalidades, desenvolvimento ou fronteiras, abordagens e perspectivas de caráter interdisciplinar. Trata-se de uma revista *online*, formatada em pdf, publicada exclusivamente em ambiente virtual (internet) de acesso irrestrito. Os artigos, resenhas e demais contribuições publicadas implicam na transferência de direitos do(s) autor(es) para a revista. É de extrema importância salientar que não são pagos direitos autorais pelos textos publicados.

Os artigos, resenhas e demais contribuições enviadas para publicação na *Revista Orbis Latina* são apreciados por pareceristas pelo sistema *blind review*.

A *Revista Orbis Latina* receberá textos que contenham as seguintes características:

- i) Artigos Científicos – Os textos devem conter no mínimo 5 e no máximo 30 laudas em formato *Word* ou equivalente. Os artigos devem obrigatoriamente apresentar título, resumo (300 palavras no máximo) e palavras-chave (mínimo três e máximo de sete) em, pelo menos, dois idiomas, introdução, conclusão e referências. Na folha de rosto deverá aparecer o título e o(s) nome(s) do(s) autor(es), com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação do artigo deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* e/ou arial 12 e espaçamento simples. Artigos de iniciação científica devem ter, no máximo, 10 laudas.
- ii) Resenhas – As resenhas devem conter no mínimo 3 e no máximo 25 laudas em formato *word* ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer os dados do livro e o nome do autor da resenha, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* e/ou arial 12 e espaçamento simples.
- iii) Demais Contribuições – As contribuições de caráter cultural devem conter no máximo 10 laudas em formato *word* ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer o título e os dados do autor, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* e/ou arial 12 e espaçamento simples.

Os autores de artigos, resenhas e demais contribuições devem encaminhar suas colaborações, sem identificação, através do *website da revista* - <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>.